SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVIII • nº 88 JANEIRO 2013

COMPORTAMENTO

A difícil hora da "separação"

Rompendo o cordão umbilical

O primeiro dia de aula de uma criança é sempre cercado de muitas expectativas e ansiedade. Ambiente novo, colegas diferentes, novos professores. Agora tente imaginar como é enfrentar a situação pela primeira vez na vida?

Essa é a fase em que se encontram alguns bebês, filhos de servidoras da Casa, que estão próximos de sair do berçário do Tribunal. Eles terão o primeiro contato com o ambiente escolar ou com outras creches que os recebam nesse período de transição.

O Berçário do STJ é composto por uma equipe multidisciplinar de profissionais. Nutricionistas, psicólogas, pediatra, pedagoga, cuidadoras e servidora da área administrativa fazem parte do time que cuida dos pequenos desde os seis meses de idade até completarem um ano e meio de vida.

Nesse período, a presença da mãe no berçário é frequente. Ela pode amamentar seu bebê e manter o forte vínculo existente entre os dois. Para as mamães que, por um ou outro motivo, não podem mais amamentar, existe a alternativa de acompanhar a rotina dos filhos pela tela de seus computadores.

O Tribunal disponibiliza um programa eletrônico, instalado nas máquinas das mães e de toda a equipe do Berçário, interligado a câmeras de vídeo alojadas em todas as salas do ambiente. As câmeras transmitem imagens em tempo real do que acontece no espaço.

"O fato de podermos enxergar nossos bebês pelo computador traz um conforto, mata a saudade", afirma a servidora Cláudia de Almeida Ferreira da Silva, cujo filho Davi, de um ano e quatro meses, está prestes a sair do Berçário. "Chamamos de Big Brother dos Bebês", diz.

Formada em psicologia, Rubenite Maria de Sousa está lotada no Berçário. Após vários anos atuando na área, é categórica em suas palavras: "Tenho certeza de que o Berçário contribui para o rendimento das mães no trabalho". Com ele, as mães podem trabalhar com tranquilidade, sem alteração no desempenho diário, sabendo que seus filhos estão bem cuidados.

Porém, dentro de dois meses, Cláudia vai experimentar sensação bem diferente. Davi completa um ano e meio de vida e deve sair do Berçário. Mas, com essa idade, a maior parte das instituições de ensino ainda não recebe os pequenos, por não terem autonomia corporal suficiente para frequentar o ambiente.

Foto: Gustavo Lima

Os últimos dias de Berçário são aproveitados por Lilian e Alice ...

Foto: Luiz Antônio

... e por Cláudia e Davi

A saída adotada por várias mães é deixar seus pimpolhos em outra creche, até que adquiram o amadurecimento necessário para ingressar na escola. E o primeiro dia na nova creche gera sempre muita expectativa e ansiedade por parte das mamães e dos papais.

E agora?

Esse é o segundo rompimento do cordão umbilical. As crianças não estarão mais ao alcance de um telefonema, ou das imagens do BBB. Lilian Paiva Ramos Martins, servidora lotada na seção de validação e indexação, possui uma filha chamada Alice. A pequerrucha de um ano e três meses também está prestes a sair do berçário. Lilian fala um pouco sobre as preocupações que permeiam esse momento.

"No início de fevereiro, a Alice irá para outra creche. Esse é um momento difícil em que temos que nos afastar um pouco mais dos nossos filhos e criar nova rotina. Acho que as principais preocupações são se eles serão tão bem cuidados quanto são aqui, o fato de que não estarão mais tão pertinho de nós e se eles irão se adaptar à nova realidade. O "BBB" fará muita falta! Mas acho que essa é uma etapa em que percebemos que os bebês estão crescendo, ficando mais independentes e preparando-se para a vida", reflete.

Cláudia, a servidora citada anteriormente, é mãe também de João, um rapazinho de 3 anos, que já frequentou o Berçário do STJ. Ela relata a experiência que teve quando o primeiro filho saiu do berçário do STJ.

"Infelizmente, o local que pude financiar não era tão bom quanto parecia. A creche não se atentou para as sutilezas que a idade do João exigia. Ele começou a emagrecer, percebemos o surgimento de uma alergia a leite. E, na creche, mesmo tendo alertado para não oferecerem alimentos com leite e derivados, eles ofereceram. Descobrimos que o cardápio era uma fraude. Não foi trágico porque a alergia dele não era tão grave, que causasse um fechamento de glote", desabafou.

"Essa fase é difícil", continua Cláudia, "porque a criança é pequena, não sabe falar exatamente o que acontece, não sabe dizer o que comeu ou o que fez. Então, exceto se você puder pagar um local que tenha uma referência até nacional, você até entrega de coração mais aberto, mas quando você tem que levar para esses locais intermediários, o coração vai apertado, porque na prática você não sabe como estão tratando a sua criança".

A solução vislumbrada pelas mães do STJ é de que seus filhos possam sair do Berçário apenas quando tiverem mais independência motora e maior habilidade de comunicação. A idade ideal seria aos dois anos. Na prática, apenas mais seis meses. Isso evitaria tanta preocupação e seguidas adaptações das crianças.

Elas se organizaram e reivindicam para a alta administração da Corte adaptações na área que permitam a permanência dos filhos no Berçário até estarem prontos para a estreia escolar. O assunto está sendo discutido e estudado.

O que fazer

Enquanto aguardam, já estão tomando algumas atitudes para que a transição seja feita de forma mais tranquila. Se você está em situação parecida, anote as dicas:

O comportamento dos pais influencia na forma como as crianças lidam com o primeiro dia de aula, ou com a nova creche. É preciso transmitir segurança para o pequeno, para que ele não fique inseguro com o novo ambiente.

Lilian acha imprescindível conversar sobre tudo o que acontece na vida da filha. "Apesar de os bebês ainda não terem um vocabulário totalmente formado, eles são sensíveis e entendem tudo que está a sua volta. Tenho conversado bastante e digo que ela vai para outra escolinha tão especial quanto a que ela está, que terá novos amiguinhos, novas tias e que todos os dias eu vou levá-la e buscá-la".

Cláudia vai adotar a dica da psicóloga do Berçário. "Ela deu a sugestão de, antes de tirar a criança daqui, já levá-la para a escola ou creche que ela vai frequentar. Então, no último mês dele aqui, vou levá-lo para a próxima creche, ou escolinha, porque, quando ele sair daqui, já vai estar acostumado lá, para não ser algo totalmente novo".

Rubenite aconselha as mães a visitar a escola, conhecer a metodologia, observar as crianças e observar como as pessoas falam com você. É importante estar atento não apenas à estrutura física da instituição, sua manutenção e higiene, mas também aos profissionais que lá trabalham. Saber sobre a formação do quadro. E, principalmente, observar se o ambiente é harmônico, se as crianças estão sempre agitadas e chorosas ou se é um local tranquilo e leve.

Vale a pena buscar um contato mais próximo com os professores dos seus filhos e, sobretudo, observar atentamente o comportamento dos pequenos. Após a fase de adaptação da criança, observe se existe mudança brusca no humor, no semblante ou no comportamento dela. É importante que a criança tenha espaço para se expressar. Esteja atento a ela, acolha e converse sempre. ▪

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

Oficina do STJ de cara nova após 45 anos sem obras

Transformação total

Sediada em um antigo prédio do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR), a oficina mecânica do Superior Tribunal de Justiça (STJ) está de cara nova após passar por obras de ampla reforma.

Tudo novinho em folha, cheirando à tinta. Quem vê as novas instalações do bloco da oficina mecânica do STJ nem imagina que o local passou por um verdadeiro terremoto transformador e deixou no passado o lugar que já não oferecia condições adequadas de trabalho.

A oficina, localizada no Setor de Garagens (Seraga), próximo ao Palácio do Buriti, foi construída em 1967, ainda pelo extinto TFR, passando a pertencer ao STJ após sua criação em 1988. A oficina integra a Seção de Manutenção de Veículos do Tribunal, unidade responsável pela manutenção de todos os veículos do STJ: os de representação, de serviço, de transporte coletivo e os de carga.

Foto: arquivo/CEAR

Fachada da oficina após a reforma

Trabalho longo e minucioso

A reforma do bloco da oficina mecânica era necessária e urgente. Isso porque o estado das instalações prediais, já muito antigas, era precário. Além disso, o prédio não possuía sistemas importantes como os de combate a incêndio e os de iluminação de emergência. "Também foi necessária a modernização do sistema de comunicação com a instalação de sistema de rede de dados, além da reforma de quase todos os ambientes, principalmente banheiros, copa, área da oficina e as áreas externas, que se encontravam bastante desgastados pelo uso e pelos quase 45 anos de deterioração causadas pelo tempo", explica Joaquim Gaião Torreão Braz, autor do projeto arquitetônico da obra e servidor da Coordenadoria de Arquitetura e Engenharia (CEAR) do STJ.

"No início, os profissionais da Seção de Arquitetura (Searq) fizeram o levantamento completo da situação, conferindo o estado de conservação de toda a edificação, fazendo medições dos ambientes, inclusive da cobertura, produzindo fotografias gerais. Em seguida, todos os dados coletados foram usados na elaboração do estudo preliminar, isto é, a etapa de projeto que compreende o desenho da solução inicial proposta a partir da situação existente", detalha o arquiteto.

Melhorias muito bem-vindas

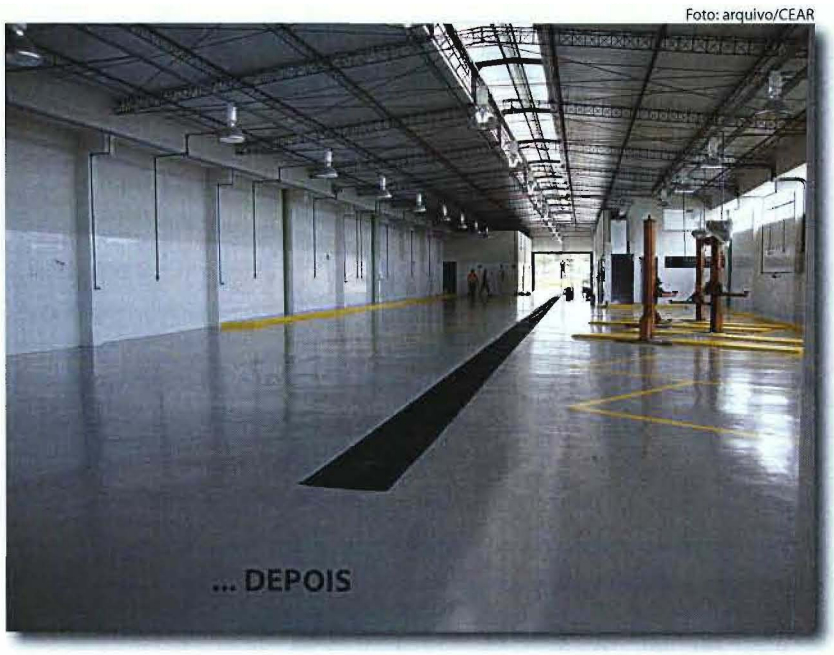
A reforma foi para melhorar tanto a parte de revestimentos quanto a das instalações, e oferecer mais segurança ao prédio. "Na década de oitenta foram realizadas algumas pequenas intervenções, mas nunca havia sido realizada uma reforma tão ampla como a de agora. É um prédio antigo e as instalações estavam obsoletas", explica a servidora Andréa de Almeida Heringer, da Seção de Orçamentos Técnicos (Seort) da CEAR.

"Trabalhávamos em péssimas condições aqui, tanto de limpeza quanto de ventilação, e principalmente de luminosidade, o que trazia muita dificuldade. Por mais que se tenha boa vontade em lavar e limpar o local, você se sentia mal no ambiente de trabalho", conta Gilberto Silveira da Silva, chefe da Seção de Manutenção de Veículos. O servidor conhece a oficina como ninguém. Ele está lotado lá desde 1985 e contribuiu muito com a obra, fornecendo aos profissionais da CEAR todas as demandas que deveriam ser atendidas.

Mas as dificuldades, agora, não existem mais; ao contrário, tudo foi trocado. Na parte de obras civis, o antigo telhado constituído de telhas de amianto foi substituído por telhas termoacústicas; a estrutura metálica da cobertura passou por uma revisão geral; houve a troca de todo o revestimento cerâmico das paredes; o piso de concreto da oficina, além de refeito, agora conta com uma resistente pintura de epóxi. Além disso, todos os banheiros foram reformados e houve revisão e adaptação das instalações hidrossanitárias, com substituição das caixas d'água antigas de fibrocimento de amianto por novas de aço inox.

Foto: arquivo/CEAR

Foto: arquivo/CEAR



Outra importante modificação ocorreu na parte de instalações: o local tem agora um moderno sistema de combate e prevenção a incêndio e um novo sistema de para-raios. Já na parte de instalações elétricas, que foi totalmente refeita, a CEAR providenciou a troca de toda a fiação, a colocação de quadros elétricos novos, a instalação de nova iluminação, que deixa o ambiente bastante claro. Se faltar energia, as novas lâmpadas de emergência entram em ação imediatamente.

Responsabilidade socioambiental

Nenhum detalhe foi esquecido. A responsabilidade com o meio ambiente também se fez presente na obra. O piso externo de cimento foi substituído por bloquetes de concreto intertravados. Esse tipo de revestimento permite que a água da chuva seja absorvida e reaproveitada pelo solo, colaborando também com a rede de águas pluviais, que receberá um volume menor de água da chuva. Os sanitários também receberam torneiras hidromecânicas, de abertura e fechamento automáticos, e boxe com barras de apoio para cadeirantes.

A troca das esquadrias e a pintura geral do imóvel deram o toque final para que tudo ficasse perfeito. A nova estrutura encanta até quem não conhecia as instalações anteriores. Os ambientes agora oferecem condições adequadas ao trabalho dos 13 servidores da área administrativa que estão lotados lá e também para os 11 profissionais da oficina mecânica.

Preservação do patrimônio público

O arquiteto Joaquim Gaião Torreão Braz ressalta que esse tipo de intervenção é muito importante para qualquer edificação que esteja tão desgastada como era o caso do bloco da oficina do STJ. "O investimento em manutenção é muito pouco valorizado na nossa cultura e, principalmente, no âmbito do poder público. É bastante comum casos de viadutos, estradas e equipamentos urbanos em péssimo estado de conservação, que, certamente, irão exigir um gasto muito maior para a sua recuperação", alerta o arquiteto.

"Assim, em oposição a esse tipo de situação, é que as diversas administrações do STJ vêm se empenhando em manter todas as suas edificações em bom estado de conservação, e não somente a sua sede, cuja manutenção é feita 24 horas por dia, pela equipe de 26 servidores e estagiários da CEAR. O trabalho envolveu diversos setores do Tribunal e o custo de execução foi exatamente o previsto inicialmente, sem nenhum termo aditivo ao contrato, o que denota o bom planejamento que a obra teve", comemora Joaquim.

Apoio triplo

O projeto para a reforma da oficina, devido a sua ampla dimensão, exigindo a obediência de normas existentes, passou pelas mãos de três presidências do STJ. Os ministros entenderam a necessidade da obra e apoiaram sua realização.

"Os trâmites internos iniciaram-se, efetivamente, durante a gestão do ministro Cesar Asfor Rocha. Já na administração do ministro Ari Pargendler foi feito todo o planejamento da obra: elaboração do projeto arquitetônico e sua aprovação junto aos órgãos competentes, contratação dos projetos de instalações prediais, elaboração do orçamento técnico e do caderno de encargos que compõem o termo de referência da obra, a elaboração de minuta de contrato, do edital de licitação para contração da empresa de construção civil. Assim, os trabalhos de reforma começaram em meados de 2011, e somente agora na gestão do ministro Felix Fischer estão sendo concluídos", detalha o servidor Joaquim Torreão Braz.

De volta à casa

Os serviços profissionais não foram interrompidos enquanto pisos, paredes e cobertura eram reformados. Servidores, funcionários terceirizados, equipamentos e mobiliários, tudo e todos foram transferidos, provisoriamente, para o setor de garagem dos ônibus do STJ e outros locais.

Obras concluídas, o bloco da oficina mecânica do STJ está completo. Quem já conhecia o lugar pôde fazer a comparação, em uma espécie de antes e depois, sobre o resultado. Satisfeito, Gilberto da Silva não vê a hora de fazer o caminho de volta para a seção que ficou novinha em folha. "Estou encantado com o prédio, e, pelo estado em que estava a oficina, até para achar defeito, hoje, é difícil, porque ficou muito bonito. Estou ansioso para mudar e usufruir de tudo isso aqui", revela o servidor. ▪

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Secretário-geral da Presidência:** André Luiz Salge Pereira • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Hélio Ramos • **Diagramação:** Taís Villela/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8408 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XVIII • nº 89 FEVEREIRO 2013

OUVIDORIA

Parceria com outras unidades resulta em ações

Os olhos e a voz do cidadão

O conceito de Ouvidoria surgiu na Suécia, em 1809, quando o parlamento elegia uma pessoa, o Ombudsman (representante do povo), para atuar como defensor dos interesses dos indivíduos contra os abusos do poder público. No Brasil, está presente desde o Brasil-Colônia, evoluindo conforme as transformações sociopolíticas.

"O modelo das ouvidorias que temos hoje no Brasil surgiu com a redemocratização, iniciada em 1984. Até então, o cidadão tinha medo de demandar contra o Estado. Depois, foi perdendo o medo não só de demandar, mas também de fiscalizar, denunciar, cobrar providências e buscar informações", explica a atual ouvidora do Superior Tribunal de Justiça, Cristiana Duque de Faria Pereira.

No STJ, existe desde abril de 2004. Na época, o ouvidor-geral era designado pelo presidente, e os servidores eram cedidos de outras unidades. Oito anos depois, a Ouvidoria passou por diversas modificações, mas o princípio básico de cidadania permanece, afirma o atual diretor, ministro João Otávio de Noronha.

"A Ouvidoria é sinal de transparência. Todo mundo pode reclamar, todo mundo pode trazer seu pleito. Nós temos que responder. O sistema democrático requer uma gestão transparente, e um dos instrumentos dessa transparência é a Ouvidoria", esclarece o ministro. "A atuação da Ouvidoria significa, na sua essência, a concretização do exercício pleno da democracia participativa", completa a ouvidora.

Foto: Luis Antonio

Ministro Otávio Noronha: ouvidoria é sinal de transparência

Como funciona hoje

Em busca da melhoria dos serviços oferecidos pela Casa e da promoção do diálogo entre Tribunal, servidores e cidadãos, a Ouvidoria foi restruturada em 2012. Atualmente é dirigida, de forma autônoma, por um ministro eleito pela Corte Especial, por um ano, podendo ser reconduzido. A ele cabe indicar o ouvidor.

Posteriormente, para atender às exigências da Lei de Acesso à Informação, a Ouvidoria passou a responder pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). É nele que servidores e cidadãos podem fazer consultas, reclamações, denúncias, pedir esclarecimentos sobre qualquer ato praticado ou de responsabilidade do Tribunal. Os pedidos devem estar especificados e identificados, exceto nos casos de sigilo previsto em lei, esclarece o diretor.

"A competência da Ouvidoria está prevista em resolução e é bem abrangente. Ela permite que qualquer cidadão, por escrito ou por meio eletrônico, formule sua pretensão ao Tribunal. A Ouvidoria é um canal entre a gestão do Tribunal e o jurisdicionado. No modo como está estruturada, é muito fácil o acesso. Além disso, não compadece com a transparência democrática o anonimato", afirma o ministro Noronha.

"Ouvidoria não é Corregedoria, pois não é órgão acusador nem investigativo. A linha mestra do nosso trabalho é fazer a mediação entre a sociedade e o Tribunal", esclarece a ouvidora: "Por meio da Ouvidoria, a voz do cidadão ganha tom e direção dentro do Tribunal, contribuindo para a melhoria dos serviços oferecidos". E conclui: "A consolidação das Ouvidorias no Poder Judiciário representa fundamental importância para o fortalecimento da democracia participativa", acrescenta.

Resultados

Pesquisa realizada entre agosto e dezembro de 2012 revelou 68% de aprovação dos serviços disponibilizados – um grande avanço, considerando o pouco tempo desde a sua restruturação. Nesse período, foram atendidas 4.856 manifestações, das quais 53% foram apresentadas por cidadãos, 30% se identificaram como parte em processo e 66 pessoas se identificaram como servidores da Casa. Mais de 60% das manifestações se referiam às atribuições do STJ e o restante (39%) estava relacionado a outros órgãos da Administração Pública ou a pedidos de orientação jurídica. O tempo médio de resposta às manifestações foi de cinco dias.

"Todos esses pedidos podem, por meio de parcerias com outras unidades, resultar em melhorias de forma a atender aos interesses dos usuários e cidadãos", explica o ministro Noronha.

"A Ouvidoria nos dá dicas de gestão. Com o que o jurisdicionado não está satisfeito? É a hora de, como gestores, atuarmos pontualmente para corrigirmos os equívocos", garante. Por isso é necessária a sensibilização dos gabinetes e demais setores do Tribunal quanto à importância na brevidade das respostas aos interessados, principalmente no que se refere à Lei de Acesso à Informação (LAI).

É intenção da Ouvidoria se consolidar como unidade de diálogo com servidores e cidadãos, reafirmando o STJ como Tribunal da Cidadania. "Para isso, é primordial a participação de todos", garante o ministro. "As pessoas que acreditam que as reclamações não resolvem nada estão equivocadas. Tenha certeza que, em sua grande maioria, as reclamações se transformam em ações do Tribunal para corrigir procedimentos", finaliza.

A parceria da Ouvidoria com as diversas unidades do STJ já rende ações imediatas para reclamações reincidentes. A melhoria da qualidade e da forma de exposição dos alimentos oferecidos pelo restaurante, assim como a alteração da posição das catracas próximas aos bancos, na Central de Atendimento ao Cidadão (CAC), para evitar entradas e saídas desnecessárias, são bons exemplos disso.

Lembre-se: sugestões, reclamações, denúncias ou elogios exercem um papel fundamental para o aprimoramento ou permanência de medidas e atividades positivas que atendam ao interesse coletivo. ▪

Karla Bezerra
aredes@stj.jus.br

Fale com a Ouvidoria

As manifestações podem ser feitas eletronicamente, por meio de formulário disponível no portal do Tribunal (www.stj.jus.br), no link Fale Conosco; por carta, endereçada para SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III, CEP: 70.095-900, Brasília-DF; ou pessoalmente na Ouvidoria, que funciona na CAC (térreo do Ed. dos Plenários). As questões referentes à LAI devem ser dirigidas ao diretor-geral do STJ; as demais, diretamente à ouvidora.

Veja como funciona a Ouvidora

Ilustração: Carlos Figueiredo

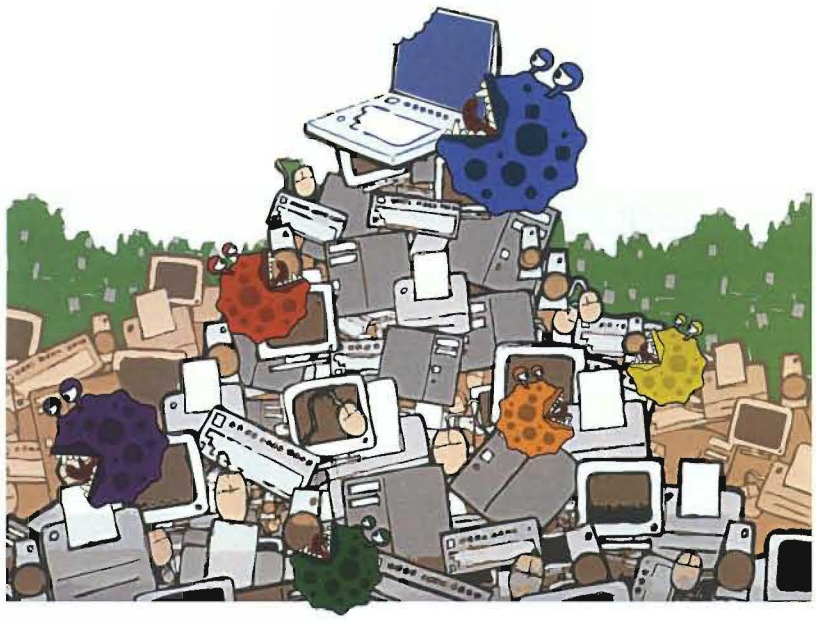
Campanha de reciclagem ganha novo fôlego e coletores são reformulados

Seu lixo eletrônico no lugar certo

É muito comum, tanto em organizações como em residências, ocorrer o acúmulo de equipamentos e de acessórios eletroeletrônicos que foram substituídos por modelos mais modernos ou que ficaram inutilizados por defeito irrecuperável. São monitores, teclados, cabos, impressoras, placas eletrônicas, aparelhos de telefone, entre outros, que vão ficando amontoados em prateleiras ou gavetas. Toda essa tranqueira agora tem nome: lixo eletrônico ou e-lixo.

Quando a montanha de sucata começa a incomodar, chega o momento de dar destino a ela.

E muitos equívocos são praticados para dar fim a esse problema. Entre eles está despejar as indesejáveis quinquilharias na natureza, que acaba virando um depósito de lixo a céu aberto. Essa prática representa grande ameaça para o meio ambiente, porque os resíduos eletrônicos possuem enorme quantidade de substâncias tóxicas, como cádmio, cromo, chumbo, arsênico, mercúrio, fósforo. Quando jogados no meio ambiente, provocam a contaminação do solo e dos lençóis subterrâneos de água.



Campanha ECOtrônico
Alimente o Papatrônico e salve o Planeta!

Tribunal do meio ambiente

No STJ, uma iniciativa do Programa de Responsabilidade Socioambiental vem colaborar para a conscientização do correto descarte do e-lixo. Trata-se da Campanha Ecotrônico - Seu lixo agora tem nome e destino!

"O recolhimento dos resíduos eletrônicos faz parte do trabalho da coleta seletiva que vem sendo implementado no Tribunal desde 2008. Implantamos efetivamente o recolhimento de plástico, papel, vidro, metal. A campanha de educação ambiental é contínua. E o lixo eletrônico, aqui no STJ, já tem uma destinação. Juntamos todos os equipamentos velhos para fazer a doação desse material para instituições de caridade que fazem montagem e desmontagem de peças", relata Ketlin Feitosa, coordenadora do Socioambiental.

Ketlin acrescenta que a campanha não para por aí. A ação se preocupa com o lixo eletrônico produzido pelo servidor fora do STJ. "Nosso trabalho vai além de lidar com os resíduos do Tribunal. Precisamos conscientizar o servidor; quando conseguimos transformar atitudes, ele passa a ser um agente multiplicador desse trabalho".

De cara nova

Para reforçar a campanha, a equipe do Socioambiental reformulou as caixas coletoras dos equipamentos. Agora, além de terem capacidade para receber um volume de material maior do que as antigas comportavam, os recipientes, feitos em madeira, com novo leiaute, vão ficar em pontos estratégicos para facilitar o depósito dos equipamentos, para que assim todos, indistintamente, possam ter condições de participar da ação. "As caixas vão ficar na parte externa das portarias dos edifícios da Administração, da Taquigrafia, do estacionamento externo leste. Assim, o servidor e os visitantes não precisarão entrar com esse material, muitas vezes pesado, no Tribunal. Uma caixa ficará também na Praça do Servidor", conta a coordenadora.

Benefício social

Todo material recolhido é doado para a Estação de Metarreciclagem de Samambaia, instituição sem fins lucrativos, apoiada pelo Governo do Distrito Federal e pela Fundação Banco do Brasil. A Estação trabalha, desde 2011, com o recondicionamento dos equipamentos de informática e o descarte correto dos resíduos eletrônicos.

O espaço oferece, gratuitamente, capacitação técnica na área de informática para adolescentes e adultos da comunidade local, utilizando o material doado pelo STJ e por outras instituições. Segundo a Estação de Metarreciclagem de Samambaia, os alunos recebem bolsa-auxílio e aprendem a fazer manutenção em computadores, avaliar componentes das máquinas e suas funcionalidades, conceitos básicos de robótica, eletrônica, entre outros conhecimentos, e saem prontos para o mercado de trabalho.

A coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ ressalta que a participação dos servidores do Tribunal na campanha faz dele um agente multiplicador da ação. "Quando o servidor traz seu lixo eletrônico, ele contribui para programas como o da Estação. E, à medida que consegue conscientizar-se de sua responsabilidade com o Tribunal e com o lixo de sua casa, faz algo melhor pela própria comunidade e também pelo mundo inteiro. Esse entendimento ele vai repassar para os filhos, os amigos, e assim por diante", acrescenta Ketlin Feitosa. Essa corrente contribuirá para uma sociedade mais consciente de seu papel na defesa do meio ambiente. Doe você também e seja parceiro do Tribunal da Cidadania. ▪

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

STJ adota nova metodologia de classificação de processos

Vapt-vupt

O STJ acaba de implantar uma novidade que vai trazer rapidez para a atividade judicante. A Classificação Processual Avançada é uma nova metodologia de classificação, também conhecida como classificação por tese, e faz parte do projeto estratégico chamado Recursos Repetitivos.

De acordo com o secretário judiciário, Rubens Cesar Gonçalves Rios, ela é uma classificação mais profunda e pormenorizada. "Hoje, no Tribunal, nós classificamos os processos de acordo com a matéria de fundo, somente para que consigamos direcionar (distribuir) o processo, se é questão de direito público, direito privado, direito penal, que são as seções do Tribunal".

Porém, muitas vezes, ao chegar ao Gabinete, esses recursos sofrem nova análise, para revelar as teses trazidas e se o assunto pode ser julgado junto com outros, por serem semelhantes. Agora, essa análise será feita no momento da classificação.

Foto: Gustavo Lima

Servidores passam por treinamento: mudança na classificação

Entenda a Classificação

Quem detalha o assunto é o chefe da Seção de Análise de Matéria Repetitiva, Rodrigo Flávio de Oliveira Miranda. "Com a Classificação Avançada, nós vamos fazer a análise de todas as teses que existem no processo. É como um mapeamento do processo, para que, ao chegar ao Gabinete, seja possível ter a visão direta do que trata aquele recurso principal".

De acordo com Rubens, o tempo que seria gasto no Gabinete pode ser aproveitado no melhor estudo da matéria ou então no julgamento de outros recursos.

Os resultados práticos

Rodrigo explica que essa medida vai acelerar o trabalho de várias unidades da Casa. "O processo já vai para jurisprudência pronto, com a informação do que o processo trata. A Classificação Avançada é impactante não só para a Secretaria Judiciária (SJD) ou para os gabinetes, mas para toda a estrutura do STJ".

Capacitar e motivar

Para o STJ começar a trabalhar com a nova sistemática será necessária a capacitação dos servidores envolvidos. E eles já começaram a ser treinados. No dia 14 de fevereiro tiveram uma palestra com o professor da Universidade de Brasília (UNB) Antônio Flávio Testa, que os preparou para a mudança na metodologia de trabalho. Além do treinamento específico no novo método, está previsto curso de interpretação de texto para auxiliar no desenvolvimento desse trabalho de excelência.

O servidor Antônio Carlos Sobrinho dos Reis é chefe da Seção de Apoio à Classificação de Processos Recursais e afirma que o trabalho da sua área terá um significado maior. "Traz inclusive qualidade de vida, porque um trabalho bem feito traz satisfação pessoal e profissional. Estamos agregando valor à classificação".

Rodrigo destaca que o STJ é uma instituição que não está parada no tempo. "Ele capacita o servidor e se moderniza, e, ao se modernizar, melhora ainda mais o serviço que presta à sociedade".

Quem ganha?

O Secretário Judiciário enfatiza que todos ganham com a iniciativa: a sociedade, com qualidade e celeridade no julgamento dos processos; o Poder Judiciário, que consegue realizar uma prestação jurisdicional mais célere; os gabinetes; a Secretaria Judiciária e a de Jurisprudência e o Tribunal como um todo, porque fará um trabalho de excelência. ▪

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho • **Secretária de Comunicação Social:** Armando de Araújo Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Hélio Antônio Ramos • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVIII • nº 90 MARÇO 2013

COMPORTAMENTO

A data agrega sentimentos e crenças que colocam em comunhão povos do mundo inteiro

Páscoa: mais que tradição

Quando a Páscoa chega, junto com ela vêm, muitas vezes, as lembranças dos momentos doces da infância. A data, que em vários países é comemorada com a tradicional troca de ovos de chocolate, divide o lugar com os costumes religiosos e com o mercado consumidor.

A Páscoa ocorre 40 dias depois do Carnaval, contados a partir da Quarta-feira de Cinzas – as cinzas representam o que fica da queima ou da corrupção das coisas e leva ao início da Quaresma, tempo de penitência e privação, que termina na quinta-feira antes da Páscoa.

Este ano o Domingo de Páscoa cai em 31 de março. A data não se destina apenas à troca de delícias de chocolate; ela está envolta por significados que vão muito além das guloseimas que fazem a alegria da criançada e de chocólatras de todo o mundo.

Religiosidade

Do hebraico Pessach, a palavra "páscoa" significa passagem. A Páscoa é considerada um dos dias mais importantes da religião cristã por celebrar a ressurreição de Jesus Cristo que teria ocorrido nesta época do ano em 30 ou 33 da Era Comum. Historicamente, essa passagem coincide com a Páscoa judaica, celebrada por oito dias, festa em que os judeus comemoram a libertação e fuga de seu povo escravizado no Egito. Um ritual de passagem, assim como a de Cristo, da morte para a vida (ressurreição).

Devotos de vários países aproveitam a Páscoa para viver momentos de paz e reflexão, em cerimônias litúrgicas. No Brasil, que possui expressiva tradição cristã, a Sexta-feira Santa e o Domingo de Páscoa têm grande conteúdo simbólico e contam com a realização de procissões, missas, cultos, rituais e encenações teatrais.

Muitos seguidores de religiões cristãs aproveitam a Quaresma para fazer jejum e penitência. O servidor Edimar Lisboa das Chagas, chefe da Seção de Atendimento a Área Judiciária (da STI), alerta que estas práticas não devem visar uma troca. "O feito de Jesus me chama atenção para insistir no amor sem limites. Por isso, estou aproveitando estes momentos para cortar vícios que acredito me afastarem deste objetivo", conta Edimar.

Ele está se privando de alguns alimentos, de ouvir música e de falar palavrões (principalmente no trânsito, segundo confessa). "Apesar de bem pequenas, essas ações estão me fazendo viver momentos bem diferentes. O bacana é que, depois que se começa, não dá mais pra parar, pois algo novo nasce em você e você não quer mais ficar alheio", relata.

Ovos

A origem do consumo do ovo de páscoa está ligada à proibição imposta pela igreja, no século IV, de consumir alimentos de origem animal no período da quaresma, substituindo-os por ovos de chocolate, de amendoins, marzipãs, entre outros.

Seja qual for o motivo, presentear com ovos de Páscoa faz parte das tradições de vários povos nesse período. Há ovos de todos os tipos e variedade de chocolate, tamanho, forma, cor, recheios... e preços.

Surgida na Ucrânia, centenas de anos antes da era cristã, a tradição de pintar ovos de galinha à mão representa boa sorte, fertilidade, amor e fortuna. Os cristãos primitivos foram os primeiros a dar ovos coloridos – as pêssankas – na Páscoa, simbolizando ressurreição. E, com o passar do tempo, o presente original virou tradição das festas cristãs da Ressurreição na Páscoa, e os ovos de galinhas são substituídos, em alguns países, por ovos no mesmo formato, mas de chocolate.

Coelho

A festa tradicional também associa a imagem do coelho, considerado um símbolo de fertilidade. Em nosso país, há famílias que fazem da data um momento de descontração e alegria, em que os adultos ensinam as crianças a fazerem ninhos (que podem ser de vime, madeira ou papel), forrados com palha ou papel picado. Esses ninhos ficam em algum ponto da casa, esperando que os ovos sejam ali deixados "pelos coelhinhos", na madrugada da Páscoa. Outra brincadeira divertida é a caça ao ovo, na qual as crianças devem encontrar as guloseimas escondidas pelos adultos no quintal ou em outros lugares da casa.

Seja qual for a sua crença, aproveite a Páscoa e seja feliz! ▪

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

Como eu celebro a Páscoa

Bruno Leonardo Cardoso Barros

Coordenadoria de Serviços Gerais

"Embora não seja adepto a nenhuma religião, conquanto cristão, celebro a Páscoa reunindo-me com a família para um almoço de comunhão e a entrega dos ovos para a criançada. Acredito que reunir a família, os amigos, é algo que devamos fazer sempre. Porém, em razão das nossas obrigações habituais, acabamos colocando isso em segundo plano, e nada melhor que uma data comemorativa para reunir aqueles que amamos."

Gabriela Jennings dos Santos

Seção de Informações Processuais

"Nós, evangélicos, celebramos a Santa Ceia uma vez por mês. Portanto, comemoramos a Páscoa durante todo o ano. No feriado, participarei de um culto contínuo de 80 horas. Não me oponho ao consumo de ovos de Páscoa, mas sim à distorção do significado da data festiva, que deveria ser lembrada de modo a conscientizar as pessoas de sacrifício de Jesus, e do que ele nos proporciona: perdão, redenção e vida eterna."

Rubens Cesar Gonçalves Rios

Secretaria Judiciária

"Comemoro a Páscoa em oração e meditação sobre o sacrifício de Cristo, como nosso Cordeiro Pascoal. Isso pode se dar em casa mesmo, ou no templo, em retiros espirituais. Também vou à igreja com a família, onde participamos da celebração da Ceia do Senhor, instituída por Jesus antes de sua crucificação. A celebração tem o intuito de relembrar o sacrifício de Jesus por nós, provendo salvação a todo aquele que n'Ele crê."

Dora Célia Rozendo Vianna

Coordenadoria de Taquigrafia

"De uns tempos para cá, dou prioridade em ofertar um chocolate para alguém que não faz parte do meu convívio. Com isso, passei a me sentir mais grata, mais feliz, por participar da Páscoa dessa pessoa, levando um pouquinho de doçura. Para mim, a Páscoa é dia de renascimento. Se quisermos ser felizes, o primeiro passo é: faça alguém feliz! O sorriso de quem recebe a surpresa vale muito a pena!"

Marcos Antônio da Silva Sousa

Representação do MPF no STJ

"A Páscoa é a maior festa da Igreja Católica. Todos os anos eu e minha família participamos da Vigília de Páscoa, também chamada de Vigília Pascal ou a Grande Vigília, celebrada no Sábado Santo. Na Sexta-feira-Santa farei jejum, como em anos anteriores. No domingo, vamos à missa da Páscoa, e quando chegamos em casa entrego aos meus filhos ovos de Páscoa e fazemos uma festa."

Biblioteca

Dia 12 de março é o Dia do Bibliotecário: a eles, nossos parabéns!

Por trás dos acervos

Foi o primeiro bibliotecário concursado do Brasil quem definiu a data de que trata essa matéria. No dia 12 de março de 1882, nasceu Manuel Bastos Tigre, lá em Pernambuco. Ele se formou em engenharia, mas decidiu trocar a construção civil pela construção intelectual da sociedade, seguindo a carreira bibliotecária. Ele trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro e fez história como o pioneiro a desbravar um caminho trilhado depois por outros profissionais. Hoje, os bibliotecários tomam conta dos acervos do Brasil, dentre os quais, o do STJ.

"Ser bibliotecário é servir", é como define Arlan Morais de Lima, chefe da Seção de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, que hoje abriga mais de 170 mil livros e periódicos. Ele conta que não há satisfação maior para um bibliotecário do que ouvir do usuário que obteve exatamente aquilo que precisava por meio do serviço prestado.

Os bibliotecários filtram toda a grande carga de informação a ser incluída no acervo, selecionam a de maior credibilidade e valor para o usuário, e buscam a melhor forma de o conhecimento ser armazenado, encontrado e aproveitado. Para eles, realizar essa função é um desafio, e ao mesmo tempo um fascínio.

A expectativa positiva é geral, do estagiário ao chefe de seção, uma mesma visão sobre a biblioteconomia: um futuro promissor. A estudante Caroline Lago, estagiária do setor, se interessa por possibilitar o conhecimento para quem o deseja; o chefe de Seção de Periódicos Eletrônicos, Allan Rafael Lima Leite, sente-se motivado em auxiliar nos julgamentos. Ambos concordam: é uma área que conquista o profissional. O resultado é a perfeita sincronia entre o desejo de quem disponibiliza o conhecimento e o de quem precisa dele.

Foto: Luis Antonio

Missão: servir e disponibilizar o conhecimento a quem precisa

Guardando o passado, construindo o futuro

A profissão não era muito conhecida na época em que Najla Bastos de Melo começou a trabalhar no STJ. A servidora, lotada na Biblioteca há 16 anos, presenciou o avanço tecnológico da atividade, e fala o que apenas um clique não é capaz de mostrar. "Por trás de uma biblioteca digital e de sua programação, existe todo o trabalho de formatar essa informação precisa e de qualidade".

Najla Bastos faz a sua aposta para o futuro: "A Biblioteca do STJ tem todo o potencial para se tornar a mais importante biblioteca jurídica do Brasil, e talvez, da América Latina". Enxergando o seu trabalho como um exercício da democracia, completa: "Bibliotecas de qualidade para todos os brasileiros é o sonho de consumo dos bibliotecários do Brasil".

A sociedade muda, o usuário evolui, e os bibliotecários seguem o avanço. A coordenadora da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, Raquel Ribeiro Caetano, conta que a equipe trabalha em projetos voltados para a tecnologia, o que proporciona mais autonomia para o usuário, para que ele, sozinho, possa realizar o empréstimo e a devolução. O desejo é de que seja cada vez maior o acervo e a quantidade de usuários, ampliando a rede de conhecimento: "Já aconteceu de realizarmos uma pesquisa durante a tarde, e quando chegamos em casa, à noite, receber a notícia de que o STJ julgou um caso a partir daquela informação. Você vê que ajudou o Tribunal a tomar uma decisão que vai servir para o país inteiro", comemora Raquel.

Homenagem

Uma biblioteca é muito mais que um conjunto de livros e documentos, é também um time de bibliotecários que entra em campo pelo registro da história contada pelas melhores fontes. Entre as estantes, há parceria e uma missão a ser cumprida. Por trás de cada referência bibliográfica, há alguém que se encantou pelo serviço de compartilhar conhecimento. Aos bibliotecários e colaboradores da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, o feedback: Parabéns! ▪

Carolina Cruz
ccpereir@stj.jus.br

Mulher

Elas trazem diferencial para o serviço público e garantem reconhecimento profissional

Sem espaço para distinção

Basta olhar uma sala de curso preparatório para concursos: as mulheres interessam-se, cada vez mais, pelas carreiras públicas. No último grande concurso realizado para o STJ, em 2008, entre os 21.526 aprovados, 12.148 eram mulheres, o que correspondeu à conquista de, aproximadamente, 56,43% das vagas por elas.

Claudia de Oliveira, coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas (CDEP), avalia esse interesse pela carreira pública: "O serviço público é atrativo para todos, por causa da estabilidade e tranquilidade que proporciona. Além disso, o STJ, por exemplo, apoia as mães de crianças pequenas, pois oferece serviço de berçário".

Em um universo de 1.412 servidoras ativas no STJ, aproximadamente 90,6% delas apresentam nível superior e especializações (850 servidoras concluíram pós-graduação). Mais qualificadas academicamente, as mulheres procuram no serviço público os benefícios que este oferece. Salário em dia e boa aposentadoria, concorrer aos cargos em igualdade de condições, entre outros, são pontos que tornam mais vantajosa a opção.

A escalada das mulheres em praticamente todas as profissões demonstra que é possível haver igualdade entre os gêneros na ocupação de qualquer cargo. Alair Faria da Silva Calheiros, assessora de gabinete do ministro Raul Araújo, acredita que, por ser um órgão público, a diferenciação não se faz presente na Casa. "Sou assessora de ministro, e conheço assessores de ambos os sexos. Os problemas eventuais que possam surgir se devem ao temperamento ou modo de pensar de cada um", opina.

O trabalho no serviço público, dependendo do cargo ocupado, demanda tanto tempo das mulheres quanto qualquer outra ocupação na iniciativa privada. A assessora da ministra Eliana Calmon Erica Ramos Venosa Mazzola conta como consegue conciliar o tempo destinado ao trabalho e à sua família: "Quando a carga está pesada, entre o trabalho e a família, vejo o que está precisando mais de mim. E, assim, vou moldando meu tempo conforme as necessidades vão aparecendo".

> *No concurso de 2008, 56% dos aprovados foram mulheres*

Tânia Bécil Ferreira Helou, chefe de gabinete do ministro Marco Buzzi, avalia que a mulher tem um olhar diferenciado, o que possibilita atuação distinta da masculina. "Nós temos tendência mais agregadora. Olhamos tudo com uma ótica diferenciada, com maior atenção e sensibilidade", aponta.

A opinião é compartilhada por Erica: em decisões de casos de família, adoção, disputa de busca e apreensão de criança, "o ponto de vista da mulher faz todo o contraponto", relata. Apesar desse reconhecimento, o número de mulheres no Tribunal é um pouco menor que o de homens. Um comparativo mostra que os homens são 51% dos servidores do STJ. Outro levantamento mostra, ainda, que 55,5% dos cargos de assessoria de ministros são ocupados por servidores do sexo masculino. O quadro pode parecer desfavorável a elas, mas quando contraposto com o que se vê na magistratura, por exemplo, percebe-se que lá a diferença é bem maior. Dados da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) revelam que a carreira conta apenas com 30% de mulheres. ▪

Ariane Petry
silvaaps@stj.jus.br

Raquel Monteiro
rjuliana@stj.jus.br

Consumo consciente
A redução de gastos com material continua! Gestão mais racional é o tema da nova campanha de consumo consciente que iniciará em abril. Mais uma vez, você, servidor, é peça fundamental para o sucesso da ideia. O programa vai continuar com as palestras nas unidades, mas a ênfase será nas rotinas de trabalho. A intenção é promover a discussão e a troca de experiências. As melhores práticas voltadas para a racionalização das atividades e a redução de gastos poderão ser registradas em um banco de ideias. As propostas serão analisadas por uma comissão e, em conjunto com a unidade, verificarão a possibilidade de aplicação prática.

Tribunal azul
No Brasil, dois milhões de pessoas são acometidas pelo autismo, um transtorno caracterizado pela dificuldade de interação social, por comportamentos repetitivos, geralmente descoberto na infância. Em comemoração ao Dia Mundial de Consciência sobre o Autismo, 2 de abril, decretado pela ONU desde 2008, a fachada do Tribunal ficará iluminada de azul (cor símbolo do autismo). O Programa de Responsabilidade Socioambiental convida os servidores que queiram apoiar a causa a aderirem à cor neste dia. E esse mês, a edição do Informe-se também vem em azul, numa lembrança à campanha.

Política nacional
Também no dia 2 de abril, Adriana Alves Leitão Cotta, voluntária do Movimento Orgulho Autista do Brasil (MOAB), fará uma palestra sobre a nova Lei 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro. O evento será na Sala de Conferências, com a presença do ministro Mauro Campbell, a partir das 10h. Alunos da Escola Classe 416 Sul, que trabalha com inclusão de portadores da síndrome, também estarão presentes e participarão de uma visita guiada ao Tribunal.

Orgulho autista
Na Praça do Servidor, das 11h às 17h, serão montados dois estandes: um da Associação dos Amigos dos Autistas de Brasília (AMA) com uma exposição de peças (material reciclado) produzidas nas oficinas terapêuticas de artesanato; e outro do Movimento Orgulho Autista do Brasil (MOAB), com oficina de artesanato de peças feitas de papel, oferecida pelo mestre Eduardo Neto, voluntário do movimento.

Karla Bezerra
aredes@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho • **Secretária de Comunicação Social:** Armando de Araújo Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Hélio Antônio Ramos • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

ABRIL 2013

Ano XVIII - nº 91

SEGURANÇA

Ocorrências no estacionamento caíram 81,8% no primeiro trimestre de 2013

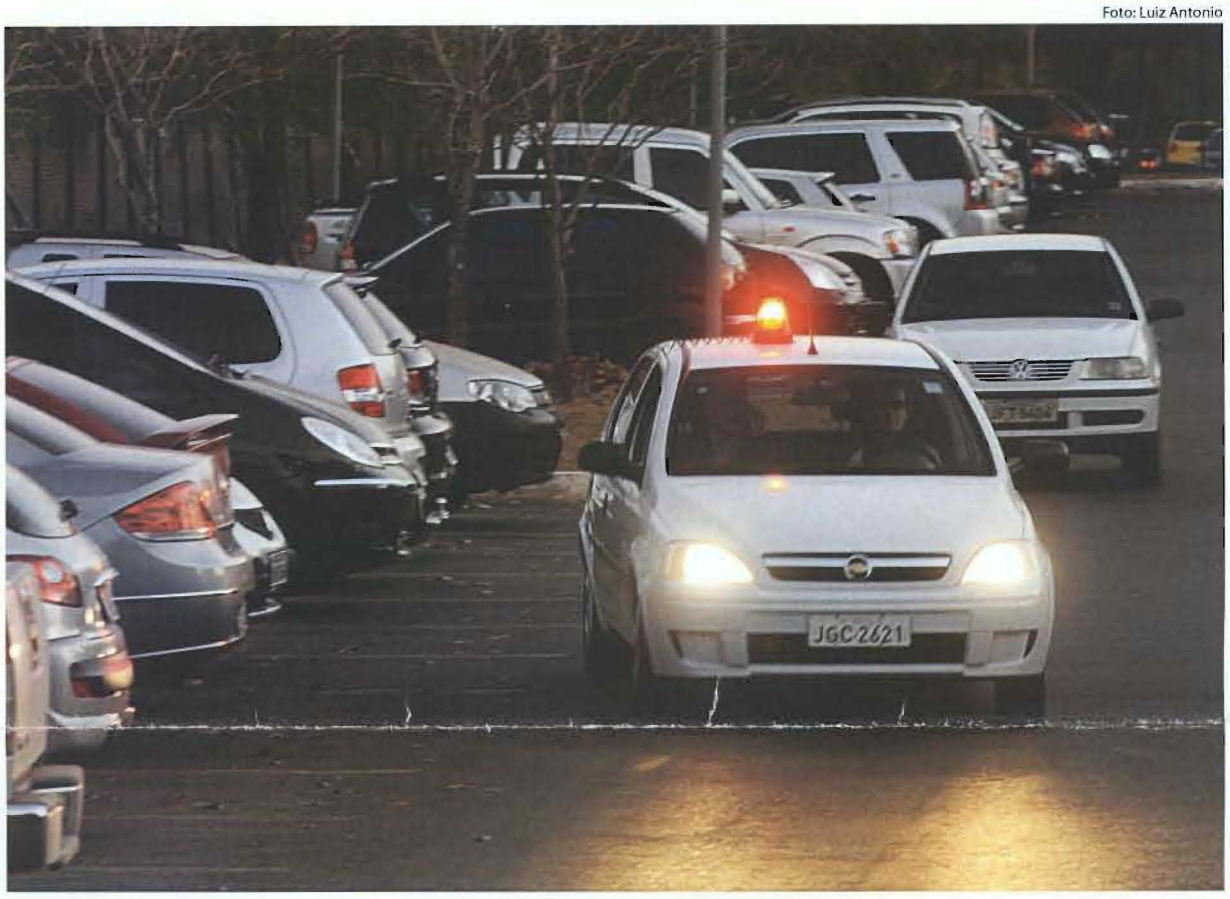
Estacionamentos mais seguros

Os servidores do Superior Tribunal de Justiça têm muito que comemorar. Depois de um período de insegurança ao chegar e sair dos estacionamentos nos arredores do Tribunal, a boa nova: dados de 2010 a 2012 registram uma queda de 25,9% nas ocorrências de furtos e arrombamentos a veículos.

No primeiro trimestre do ano passado, foram registradas 11 ocorrências em todos os estacionamentos; no mesmo período deste ano, a diferença: apenas duas – 81,8% a menos. Desde 2004, os registros nunca caíram tanto.

O cenário torna o percentual ainda mais interessante. A redução se dá em um período em que os arrombamentos e roubos de veículos aumentaram no Plano Piloto. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), o número desses casos aumentou 22,7% de dezembro de 2012 ao final de janeiro deste ano. Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste são onde se concentra a maior parte dos servidores do tribunal. Isto significa que 47,9% deles estão entre os mais desprotegidos do DF em estacionamentos.

Foto: Luiz Antonio



Segurança, uma ação conjunta: vigilância intensiva e servidor alerta

Segurança intensificada

Os números no STJ começaram a baixar desde que os agentes da Seção de Serviços da Central de Segurança passaram a realizar rondas na área. Como explica o chefe de Seção de Segurança de Áreas e Instalações, Nelson Luiz Elias, os vigilantes que se encontram próximos às portarias têm permissão para acompanhar o servidor até o carro. "Nós tentamos fazer o máximo possível para minimizar o número de ocorrências. É claro que não dá para conseguir cobrir 100%, mas temos conseguido diminuir o índice".

Uma nova guarita foi construída no estacionamento oeste, próximo ao Berçário. O local era considerado um ponto cego para a equipe.

Além disso, por iniciativa da Secretaria de Segurança do Tribunal, cartilhas de segurança pessoal distribuídas nos edifícios Ministros I, Ministros II e da Administração dão recomendações principalmente aos motoristas, usuários do estacionamento, orientando como agir no trânsito e também ao sair ou chegar em estacionamentos. Ensina também os cuidados que se devem ter na rua, no banco ou caixa eletrônico, em ônibus.

A primeira orientação da publicação é: "Procure andar acompanhado, evitando se deslocar por lugares desertos ou mal iluminados, que possam facilitar ações criminosas". E alerta: "Eles nunca estão sozinhos". Uma referência à ameaça a que todos estamos expostos – os ladrões.

Prevenir não significa se tornar imune, mas diminui a vulnerabilidade. E isso faz toda a diferença.

Ocorrência invisível

O furto de bens de difícil recuperação costuma se tornar invisível. O motivo: falta do registro da ocorrência na delegacia. Dados dos últimos nove anos mostram que, atualmente, a ocorrência mais registrada no tribunal é a de furto de rodas e estepe. As outras duas maiores ocorrências são furto de som e acessórios e tentativa de furto, com 16,7% ambas. O furto de veículos fica em 3º lugar, com 15,1%.

"A maioria das pessoas acha que registrar ocorrência pode não dar em nada", é o que diz o delegado chefe da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos, Rafael Ferreira. O que essas pessoas não sabem é que, ao registrar, desencadeia-se uma série de medidas de extrema importância. "Quando um veículo é furtado, é possível, através da perícia do carro, colher as impressões digitais e identificar o criminoso. Às vezes, ocorrências registradas referentes a um mesmo lugar podem também favorecer a recuperação dos bens, considerando-se a possibilidade de ligação da autoria de um crime a outro", explica o delegado.

A causa é também defendida por Nelson Luiz: "A Segurança do STJ não é ostensiva, o que se deve fazer é acioná-la. A Polícia trabalha com estatística, se não houver um índice muito grande de queixas, não se aumentam as rondas". Quando a vítima não registra o fato, impede à Segurança Pública identificar áreas de risco e mais carentes de ações ostensivas.

Onde mora o perigo

Entre os crimes a que estamos expostos em estacionamentos, estão os sequestros relâmpagos. Eles representam 50% das abordagens, segundo dados da SSP-DF, referentes ao ano passado. Os dados dão informações de grande importância para a população se precaver:

- Brasília é a região administrativa mais atingida;
- abril é o mês com a maior incidência de casos;
- grande parte desses crimes visa ao roubo do carro: em dezembro de 2012, das 22 ocorrências registradas, 18 tinham essa motivação;
- sexta-feira é o dia da semana em que mais acontecem sequestros – atenção redobrada nesse dia;
- o horário de maior perigo é entre 18h e meia-noite, e os dias, de 7 a 15 do mês;
- modelos populares são os preferidos: os mais roubados são o Gol e o Uno.

Não se esqueça: as abordagens são rápidas e acontecem quando menos se espera. Confira algumas dicas da cartilha sobre segurança pessoal. Informe-se e previna-se! ▪

Carolina Cruz
ccpereir@stj.jus.br

Na rua e nos estacionamentos
Mantenha-se alerta durante todos os trajetos a pé, principalmente ao voltar ao seu veículo e ao sair do trabalho, restaurantes, bares, cinemas ou shoppings.
Leve sua bolsa voltada para a frente do corpo, com a mão sobre o fecho e com os bolsos voltados para o corpo. Uma bolsa apoiada em seu ombro, apenas por uma alça lateral, pode facilmente ser furtada por trás.
Transporte objetos pessoais (carteiras, celulares etc.) nos bolsos da frente.
Ao se aproximar do seu veículo, tenha a chave à mão para agilizar a sua entrada no carro.
Permaneça o menor tempo possível dentro do veículo. Se isso for extremamente necessário, faça-o em local que permita sua ampla visão e esteja alerta à aproximação de estranhos
Memorize o local onde estacionou seu veículo a fim de minimizar o tempo de exposição a riscos ao voltar para ele, e evite acionar o localizador do alarme.
Evite descer do veículo para retirar folhetos ou outros objetos afixados nos vidros. Pode ser uma armadilha!

Pesquisa interna

Foram observados 45 usuários do estacionamento do STJ, localizado na área externa do lado oeste do tribunal, entre 18h e 19h

Usaram o celular	40%
Posicionaram a bolsa/ mochila desprotegida	47%
Usaram a carteira/ celular no bolso de trás	33%
Pararam para pegar a chave	2%
Demoraram a partir	22%

APOSENTADORIA

Como fica a aposentadoria dos novos servidores

De olho no futuro

Desde fevereiro, quem ingressar no serviço público não tem mais direito à aposentadoria integral. Esses novos servidores e magistrados, ao se aposentarem, receberão até o limite máximo definido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), atualmente em R$ 4.157,05, e deverão optar por contribuir para um fundo de previdência para complementar o valor. A nova regra vale desde a publicação, no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro, da Portaria 44 da Superintendência Nacional da Previdência Complementar, que aprova o regulamento do Plano Executivo Federal.

No Judiciário, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD), entidade instituída para esse fim, inclusive em relação aos servidores do Ministério Público, tem até agosto para começar suas atividades, mês em que se completa o prazo estipulado no estatuto da entidade, aprovado também em fevereiro.

O primeiro passo já foi dado. Por determinação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, já estão definidos os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal da entidade. O coordenador de Pagamento, Leonardo Peixoto de Melo, e o chefe da Seção de Pagamento de Inativos e Pensionistas, Marcelo de Assis, titular e suplente, são os servidores designados pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Felix Fischer, para compor o Conselho Deliberativo.

Foto: Gustavo Lima

Leonardo (D) e Marcelo (E) são os representantes do STJ

A escolha recaiu sobre servidores que possuem notória familiaridade com o tema previdenciário. Os dois representantes do tribunal são bacharéis em Administração de Empresas e lidam diariamente com remuneração dos servidores da Casa.

A entidade será presidida pelo representante do STF, Welington Geraldo Silva, titular e presidente. Seu suplente é Amarildo Vieira de Oliveira. A nomeação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da FUNPRESP-JUD foi publicada em 16 de abril.

O Fundo foi previsto pela Lei n. 12.618/12 e instituído pela Resolução 496/12 do Supremo Tribunal Federal. Além dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, a FUNPRESP-JUD contará com uma Diretoria-Executiva, responsável pela administração da entidade.

Adesão ao plano de benefícios

O Plano de Benefícios do Judiciário da União (PBJUS), a ser administrado pela FUNPRESP-JUD, destina-se a magistrados e servidores titulares de cargo de provimento efetivo e seus beneficiários. Executado na modalidade "contribuição definida", garante aos participantes benefícios programados e de risco. A adesão é facultativa e pode ser feita a qualquer tempo. A inscrição deverá ser realizada diretamente na unidade de gestão de pessoas de cada tribunal ou na própria FUNPRESP-JUD.

Caso o servidor faça a opção pelo PBJUS, os aportes serão consignados da remuneração e repassados à fundação de acordo com a regulamentação do plano de benefícios.

Danielle Lombardi é um dos novos servidores a quem o PBJUS se destina. Ela trabalhou na iniciativa privada por dez anos e tomou posse no cargo de analista judiciário no STJ este mês. "Eu não tenho ideia de como vai ficar minha situação; vou aguardar a definição do plano para o Judiciário para decidir se vou aderir ou não a ele ou a algum outro", pondera.

Foto: Moreno

Danielle já entrou no serviço público sob as novas regras

Limitação da base de contribuição

A entrada em vigor do Fundo de Previdência Complementar do Poder Executivo, em 4 de fevereiro, motivou o presidente do STJ, ministro Felix Fischer, a encaminhar consulta ao presidente do Supremo acerca da vigência da limitação da base de contribuição para o RPPS no que se refere a magistrados e servidores que ingressarem no serviço público a partir daquela data.

Enquanto não definida a questão, o ministro orientou as unidades competentes do Tribunal, do Conselho da Justiça Federal e dos órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus a proceder da seguinte forma:

- Limitar a incidência da contribuição a 11% sobre a parcela do subsídio ou remuneração de contribuição que não exceda ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral;
- Caso manifestada por escrito a intenção de o servidor ou magistrado aderir ao novo regime, descontar o valor da contribuição normal mensal para a entidade de previdência complementar, correspondente à alíquota escolhida pelo participante. Deve ser observado o intervalo de 0,5%, considerando-se o limite mínimo de 5,5% e o máximo de 8,5%, incidente sobre a remuneração de participação. O valor correspondente ficará retido na conta única do Tesouro, até o repasse à entidade.

Catarina França
catarina@stj.jus.br

BRIGADA DE INCÊNDIO

Novos voluntários passam por treinamento para ajudar a salvar vidas

STJ mais protegido

Você sabe qual é a função da brigada de incêndio? São pessoas devidamente treinadas e organizadas para ajudar no combate a princípio de incêndio, prestar primeiros socorros, atuar nas evacuações de ambientes, fazer parte das ações preventivas, orientar o público interno e corrigir falhas. A brigada voluntária é formada para auxiliar essas ações até a chegada dos profissionais.

No Superior Tribunal de Justiça, cerca de 330 pessoas estão aptas para fazer esse papel e ajudar nos procedimentos que devem ser adotados em situação de emergência e, assim, minimizar a tensão, correria e até mesmo pânico. Entre eles estão servidores, terceirizados, vigilantes e estagiários.

Eles passaram pelo curso de Formação de Brigadistas Voluntários oferecido pelo STJ. A iniciativa, que está sendo divulgada desde outubro de 2012, partiu da Seção de Serviços da Central de Segurança junto com a Secretaria de Gestão de Pessoas e contou com a participação do subtenente Marcos Martins de Carvalho, do 1º sargento Luiz Carlos Siqueira de Macedo e do subtenente Pedro Neto, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Foto: Gustavo Lima

Vigilantes aprendem a manusear equipamentos

Segundo Marcos Carvalho, o Plano de Combate a Incêndio é exigido por lei (Norma Técnica 7/2011 do Corpo de Bombeiros), que estabelece critérios para o isolamento de risco de propagação do incêndio, regulamenta as funções e ações da brigada voluntária e profissional. Atualmente, o tribunal conta com 40 brigadistas profissionais, sendo necessário ter pelo menos 10% da população ativa treinada.

Foi uma semana de aulas teóricas e práticas. No dia 8, os participantes se dividiram em duas turmas para assistir à palestra sobre como lidar em cada situação e sobre incêndios e materiais usados no seu combate.

De 9 a 12 de abril, aconteceram as aulas práticas, após a leitura do Plano de Prevenção e Combate ao Incêndio (PPCI). Divididos em grupos, nos quais cada pessoa recebia uma função, eles aprenderam a manusear os extintores, desenrolar as mangueiras e se locomover nas escadas, enquanto simulavam a evacuação do 1º e do 2º andar do edifício Ministros I.

O curso foi planejado para não deixar ninguém de fora. Turmas especiais foram montadas para os deficientes auditivos. Foi criado um código especificamente para comunicar-lhes um princípio de incêndio, visto que um dos sinalizadores é sonoro e os luminosos não ficam às vistas deles.

No fim de semana foi a vez dos vigilantes. Noventa e cinco profissionais participaram do treinamento, desenhado nos mesmos moldes e com os mesmos objetivos dos demais, porém um pouco mais especializado.

Como destaca o subtenente bombeiro Pedro Neto, são instruções simples, mas que ajudam a salvar vidas e deveriam ser ensinadas ainda na escola. "O que causa a intoxicação é a fumaça, mas muitas pessoas não sabem disso; não sabem que o ideal é agachar, tentar sair do local se arrastando, ou ficar abaixado até a situação melhorar". Um voluntário treinado vai saber orientar o colega como agir em casos assim.

Vitor Dutra e Gustavo Rocha participaram do curso e gostaram da experiência. "Sempre achei interessante estar preparado para qualquer situação, em caso de emergência saber o que fazer", disse Vitor. Para Gustavo, o melhor de tudo é poder ajudar os outros.

O tribunal planeja tornar o curso de Formação de Brigadistas Voluntários um procedimento anual, assim como as simulações para quem já participou do treinamento. Também se estudam incluir noções de primeiros socorros.

Gabriela Berrogain
berrogai@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Reginaldo França • **Diagramação:** Taís Villela/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8408 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVIII • nº 92 MAIO 2013

TRIBUNAL EM FESTA

25 anos: STJ comemora Jubileu de Prata

Na flor da idade

O Tribunal da Cidadania foi gestado em um ambiente de inúmeros debates políticos e acadêmicos que marcaram o século XX e resultaram em uma verdadeira revolução no Judiciário a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Mais do que desafogar o Judiciário, o Tribunal veio como forma de garantir os direitos recém-adquiridos, alguns apenas sonhados, e garantidos pela Constituição cidadã. Fruto de uma Carta Magna progressista, ele nasceu moderno dentro de uma estrutura que vinha de séculos. Trouxe em si essa característica de estar sempre na vanguarda.

Este ano, ele completa 25 anos de criação com a serenidade de quem vem cumprindo bem o seu mister de levar uma Justiça célere e eficaz ao cidadão, de bem atender ao sonho da Constituinte de aperfeiçoar a Justiça e com planos de ser ainda mais capaz de aperfeiçoar a Justiça brasileira.

Criado em um período em que a democracia no Brasil ainda dava seus primeiros passos, o STJ faz a diferença no cenário político-econômico nacional, garantindo a segurança jurídica de nossas leis.

O Jubileu de Prata do STJ vai ser comemorado como se deve: festejando o seu nascimento e o momento em que ele começou a dar frutos, ou seja: a sua criação, em outubro de 1988, e sua instalação em abril do ano seguinte.

Preparativos

Para dar ao Tribunal a festa que ele merece, o presidente Felix Fischer instituiu, em 15 de maio, um grupo de trabalho responsável pela criação, sugestão e execução de eventos ou ações relacionados ao aniversário de 25 anos de criação do Tribunal.

O comitê tem o diretor-geral do Tribunal, Maurício Antonio do Amaral Carvalho, como presidente, além dos secretários de Comunicação Social, Armando Cardoso, e o de Documentação, Wilmar Barros de Castro; o assessor da Coordenadoria de Editoria e Imprensa Murilo Pinto; a chefe de gabinete do ministro Felix Fischer, Carla Fabiana Damm; a chefe de gabinete, Janne Willianne Aguiar Cavalcante; e a assessora, Mari Lúcia Del Fiaco, ambas da Diretoria-Geral.

As reuniões já começaram e seguem em ritmo intenso. De acordo com Maurício Carvalho, as celebrações ao longo desses meses devem traduzir a relevância do tribunal para toda a sociedade e proporcionar uma reflexão sobre o que esperar dos próximos 25 anos.

Outro integrante da Comissão, o secretário de Comunicação do STJ, Armando Cardoso, esclarece que a ideia é que sejam ações variadas.

"Nós estamos pensando numa série de realizações que vão passar por seminários, exposições, criação de medalhas, de *bottons*, atualização de um livro institucional ou convidar pessoas para debater temas variados, como cotas raciais, maioridade penal, violência contra mulher... Enfim, temas que sabemos serem eloquentes em relação a quem queremos atingir: o cidadão. E o que estamos pensando é que a nossa apoteose, obviamente, seja no dia 7 de abril de 2014, quando o tribunal completa 25 anos de instalação".

A festa só será completa com a participação de cada um de nós, que faz, dia a dia, do STJ o Tribunal da Cidadania. É com esse intuito de festejar a data com a participação de todos que a Comissão disponibilizou o e-mail stj25anos@stj.jus.br para colher a sua opinião.

Foto: Moreno

Grupo espera proporcionar a festa que todos merecem: o STJ, a sociedade e cada um de nós

Já foram realizadas duas reuniões do grupo. Maurício Carvalho explica que todas as ideias serão apreciadas pela comissão. "Após o primeiro plano de ação desenvolvido e desenhado, nós levaremos ao presidente para que ele aprove, e, a partir daí, possamos, então, ter atividades mensais ao longo desse período, de modo a culminar numa grande festa no dia 7 de abril nos 25 anos do Tribunal", conclui.

A festa já começou

Muitas são as iniciativas postas em prática para lembrar a data. A Secretaria de Comunicação Social já tem vários produtos e serviços alusivos ao aniversário do Tribunal, desde abril, como explica o secretário da unidade, Armando Cardoso.

"Na verdade, a gente já começou a comemorar desde que o Tribunal fez, no último dia 7 de abril, 24 anos de instalação. Já estamos veiculando na Rádio, na Televisão, no portal e nas redes sociais, em novos e nos já consagrados produtos da unidade, várias matérias relativas a essa evolução, decisões do STJ que estão vinculadas ao cidadão", esclarece.

O *Informe-se* lança a partir desta edição uma série de reportagens que vai retratar os aspectos das diversas unidades que fazem do STJ o Tribunal que a sociedade precisa e que o país merece.

Regina Celia Amaral
Editora

Arquivos para download

A Secretaria de Comunicação Social do STJ, através da equipe do Portal, manterá um *hotsite*, onde poderemos acompanhar a programação dos eventos comemorativos e acessar outras informações sobre os 25 anos do Tribunal. Nesse espaço também poderemos baixar arquivos relativos à marca criada pela Coordenadoria de Programação Visual para assinar todos os eventos relativos ao Jubileu de Prata.

Nova marca

Prestes a completar 25 anos, STJ lança nova logomarca.

De cara nova

Em breve, o Superior Tribunal de Justiça terá uma nova identidade visual. Mais moderna, a nova marca foi escolhida este mês pelo Conselho de Administração (CA) e será lançada durante as comemorações pelos 25 anos do Tribunal.

A ideia de criar uma nova marca surgiu para fortalecer a comunicação institucional e unificar a identidade da Casa. Leonel Laterza, servidor da Coordenadoria de Programação Visual da Secretaria de Comunicação Social (CPRV), setor responsável pela elaboração, ressaltou a importância do projeto, uma vez que atualmente são utilizados vários elementos de imagens para definir o STJ. Alguns documentos usam o brasão, outros os dois símbolos estilizados com a espada e a balança, o que gera uma grande confusão. "Isso não é bom para a instituição. Compromete a sua unidade", afirma Laterza. A falta de uniformidade visual causa a fragmentação da própria personalidade institucional, refletindo na imagem externa do órgão, que passa a não ter uma "assinatura" que defina as ações que patrocina e as decisões que profere.

A nova marca do STJ é moderna e se destaca do que conhecemos em *design* ligado a instituições públicas e em especial do Judiciário.

Além disso, uma instituição com a importância do STJ precisa de uma marca que a destaque entre os outros órgãos do Judiciário. A visibilidade é fundamental para que o órgão seja reconhecido. Hoje, muitos cidadãos confundem STJ e STF, chegando a pensar que ambos são o mesmo órgão, ainda que a Corte Constitucional tenha a sua própria marca.

A Programação Visual entende que por isso é importante aumentar o nível de reconhecimento do STJ tanto pelos usuários internos, como pelos externos e pela sociedade de um modo geral. É preciso ressaltar que o Tribunal da Cidadania tem uma atuação distinta de outros órgãos do Judiciário e conscientizar a própria instituição de que a logomarca é um patrimônio importante, que representa e assina o nome STJ dentro da sociedade brasileira.

A criação

O projeto de criação de uma nova marca teve início em março de 2011. A CPRV elaborou diversos estudos técnicos e conceituais, com leituras especializadas e várias pesquisas a outras instituições do Poder Judiciário, nacionais e internacionais. Todo o estudo teórico e metodológico visava buscar os conceitos que deveriam ser utilizados para traduzir o STJ e a como adequá-los em formas, proporções e cores.

Levando em conta que a instituição interpreta a si mesma, a CPRV propôs uma pesquisa voltada a todo o corpo funcional para que os próprios servidores dissessem que ideias deveriam estar presentes nas propostas. A pesquisa foi veiculada na intranet e alcançou mais de 700 pessoas, quase 25% da Casa. As respostas apontaram alguns conceitos que deveriam ser explorados, como acesso, inclusão social e equilíbrio.

Baseada na pesquisa sobre os conceitos, fundamentais para propostas visuais possíveis, a equipe da Programação Visual passou para a fase da criação. Foram vários meses de trabalho com muitas trocas de ideias, experimentações e debates com toda a equipe, que geraram quatro propostas distintas.

Depois de criadas as marcas, os servidores foram convocados mais uma vez para escolher as duas mais votadas, que seriam levadas para o CA. Foram mais de 1.400 votos e um empate técnico entre o segundo e terceiro colocados, o que fez com que o Conselho escolhesse entre os três projetos mais votados. A escolha não poderia ser mais acertada: a marca definida foi a mesma mais votada pelos servidores.

Reginaldo França, da Coordenadoria de Editoria e Imprensa, foi um dos servidores que votaram para eleger a marca que melhor representasse o STJ. "Foi muito bom participar da seleção da marca. Ver que a minha favorita foi a escolhida, foi melhor ainda." Segundo Reginaldo, o simples fato de participar, dá importância ao servidor e fortalece o vínculo deste com a instituição.

A nova marca

A marca escolhida pelos ministros e pelos servidores contém os conceitos de transparência, nacionalidade e acessibilidade. Ela remete à fachada da sede do STJ e utiliza-se das cores da bandeira brasileira. Ladeada pela sigla STJ, ela também aparece com o nome do Tribunal escrito por extenso e com um destaque maior para a palavra *Superior*, o que diferencia a Casa de outras com nomes semelhantes, como Supremo Tribunal Federal e os Tribunais de Justiça estaduais.

Quando comparada a outras marcas de órgãos do Judiciário, é fácil perceber sua modernidade. Ela é colorida e mais leve e, mesmo não fazendo uso de imagens comumente associadas à Justiça, é formal e elegante.

Foto: Luiz Antonio

Criadores e criatura: dever cumprido

Utilização da marca

Depois de escolhida a nova identidade visual do STJ, algumas medidas precisam ser tomadas antes que esta seja efetivamente adotada como a marca do Tribunal. O primeiro passo é a confecção de um manual de utilização que já está sendo produzido pela CPRV. Nele, ficarão claras todas as determinações da nova marca, como tamanho mínimo, uso de cores e as possibilidades e impossibilidades do uso. A ideia é que todos os servidores da Casa tenham acesso ao manual, que virá acompanhado de arquivos da nova marca em vários formatos.

Outro passo importante para o começo da utilização da marca é a normatização desta por um documento oficial da Secretaria do Tribunal. Somente depois desse passo a nova identidade visual será efetivamente aplicada.

Cecilia Barroso
barroso@stj.jus.br

Em benefício de quem?

Corporações são forçadas a repensar formas de manter satisfeitos seus trabalhadores e a segurança de suas redes.

Foto: Leonel Laterza

Com o avanço cada vez maior da tecnologia, é preciso que as empresas ofereçam facilidades tecnológicas aos seus empregados. E é o que esses têm buscado. Percebendo que muitos dos equipamentos disponibilizados pela empresa em que trabalham não respondem de maneira eficaz ao que desejam, eles têm optado por utilizar seus próprios dispositivos eletrônicos no serviço.

Essa prática, que recebe o nome de BYOD – *Bring Your Own Device* ("traga seu próprio dispositivo"), pareceu, em princípio, uma boa notícia não só para os empregados, mas, também, para os empregadores. Afinal, o gasto com equipamentos e *softwares* (dados que são processados pelos circuitos eletrônicos do aparelho) seria poupado pelas corporações.

Uma empresa britânica de tecnologia, a British Telecom, realizou um estudo, em 2012, que comprovou que 60% dos empregados têm, hoje, permissão para conectar seus dispositivos à rede da empresa em que trabalham. O estudo estima que, durante os próximos dois anos, esse percentual aumente para 82%.

E uma entrevista realizada pela E-business Brasil (Associação Brasileira de E-business), com 200 executivos de Tecnologia de Informação (TI), trouxe dados que demonstram o crescimento da adesão do BYOD também no país: 39% dos entrevistados afirmam usar seus próprios dispositivos para trabalhar, e 28% já pretendem aderir a essa prática.

No STJ

Para a coordenadora de Taquigrafia, Adriana Araujo Martins Melo, que já conectou o e-mail empresarial há mais de um ano no seu celular, a motivação para utilizar seu dispositivo particular no Tribunal foi a possibilidade de ficar conectada ao STJ 24 horas por dia. "Isso é uma funcionalidade que considero essencial, principalmente para o cargo que exerço, pois é preciso que eu esteja a par de tudo que está acontecendo por aqui. Chego a abrir o e-mail, em casa, dez horas da noite, ou até mesmo nos finais de semana", conta.

Contudo, com o uso dos dispositivos pessoais, torna-se difícil protegê-los contra perdas ou vazamento de informações confidenciais, controlar o tráfego efetuado, o conteúdo acessado e as configurações destes. Além do mais, documentos produzidos em equipamentos diferentes podem não ser capazes de ser acessados por todos os computadores da empresa, o que atrapalharia a produtividade desta.

O chefe da Seção de Atendimento a Área Administrativa, unidade da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do STJ, Christian Thomsen, informa que o posicionamento da Casa é contrário ao incentivo da prática do BYOD no Tribunal: "Imagine como seria se todos trouxessem seus dispositivos e os plugassem na rede do Tribunal? Para cada equipamento, seria preciso gerenciar várias formas que tratassem da segurança desta rede".

Essa postura segue o que está disposto na Portaria 25/2008, que proíbe o suporte de práticas semelhantes à do BYOD dentro do STJ. No entanto, o Tribunal entende que existem exceções que merecem atenção. É o caso, por exemplo, dos servidores que pedem a instalação do outlook nos seus dispositivos pessoais, com o objetivo de terem acesso ao e-mail corporativo. "Nesse caso, oferecemos o serviço, pois fica claro que a finalidade do acesso é resolver questões de trabalho", explica Christian.

Uma boa alternativa

Pensando nas dificuldades encontradas no uso de dispositivos pessoais dentro do serviço, a prática do CYOD – Choose Your Own Device ("escolha seu próprio dispositivo") tem se tornado mais atraente para as corporações. O CYOD consiste na oferta, por meio das empresas, de uma lista de dispositivos que os empregados poderão escolher utilizar. Assim, as equipes de TI terão um controle mais eficaz dos aparelhos utilizados pelos servidores.

Raquel Monteiro
rjuliana@stj.jus.br

DESENVOLVIMENTO

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica

História que molda o Tribunal

O Tribunal, prestes a completar 25 anos, já supera a cifra de quatro milhões de processos julgados e distribuídos. E tudo começou em 1989, data da instalação, com pouco mais de seis mil processos e 995 servidores distribuídos em 216 unidades.

Hoje a realidade é bem diferente. De lá pra cá, o Tribunal passou por diversas reestruturações para oferecer uma justiça mais moderna, rápida e próxima das necessidades do cidadão.

São 2.708 servidores, além de mais de 1.600 terceirizados e 537 estagiários de nível médio e superior, que juntos fazem este gigante chamado STJ funcionar. Para mostrar um pouco do funcionamento desta máquina nesses 25 anos, o *Informe-se* começa nesta edição com a primeira de uma série de reportagens que vai mostrar o que faz com que o STJ seja um referencial para o Judiciário do Brasil e do mundo: o trabalho dos diversos setores que, juntos, fazem o Tribunal alcançar um de seus objetivos estratégicos até 2014: "*Oferecer serviços de qualidade*".

Mas o que isso significa na prática? Quais os serviços oferecidos e como mensurar a qualidade deles? Disso depende planejamento e objetivos estratégicos, missão, metas, relatórios, resultados e indicadores. Essas e tantas outras questões fazem parte do universo de uma unidade que existe para tornar um tribunal que já nasceu moderno em uma máquina perfeita. Essa é a Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG).

"A AMG é o braço da administração que cuida de todos os processos, normatizações, estatísticas e relatórios do Tribunal. Ela não existe para si. Mas, sim, para conduzir todos os grandes elementos da Administração, destacando o próprio papel da gestão estratégica", define o assessor-chefe da unidade, Olívio Fernandes Balbino.

No princípio

Tudo começou na Assessoria Especial da Presidência. As atividades de Organização e Métodos permaneceram lá até dezembro de 1995, depois passaram para a nova Assessoria Técnica de Organização e Métodos (O&M), unidade vinculada à Secretaria Geral da Presidência.

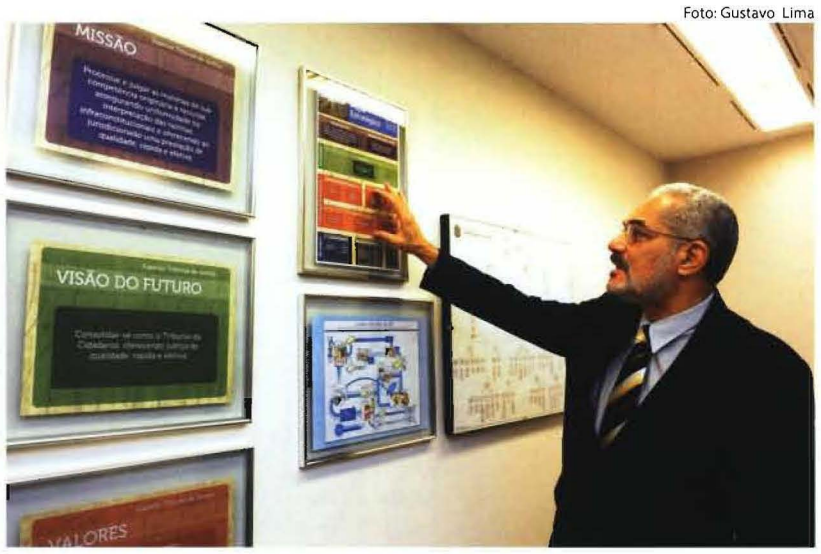
Um ano depois, foi desenvolvido um programa de Qualidade pela Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Logo em 1996, o setor passou a ser conhecido como Assessoria de Desenvolvimento Organizacional, que atuava em duas frentes: na Organização e Métodos (O&M) e na Qualidade.

Em 1998, a frente de O&M teve suas atribuições repassadas para a Assessoria Técnico-Jurídica do Diretor-Geral, onde ficou até maio de 2003, quando foi desmembrada em duas: Assessoria Jurídica e Assessoria Técnica, que incorporou as atividades de Planejamento, O&M e Qualidade.

Começa a estratégia

Ainda muito incipiente, em 1998, na presidência do ministro Pádua Ribeiro, a então Assessoria Técnico-Jurídica elaborou um documento denominado **Visão Estratégica,** que trouxe as diretrizes para as ações do Tribunal durante aquela gestão com base nos pronunciamentos do presidente. "Tendo como foco principal o desenvolvimento da área judiciária, adotou-se como metodologia a implantação do Sistema de Qualidade ISO 9000. O trabalho foi coroado com o primeiro certificado de qualidade do STJ em 2000, nas atividades de autuação, classificação e distribuição de processos originários", discreve Ana Cláudia Faria, que está unidade desde esse período.

Foto: Gustavo Lima



AMG: bússola que indica ao STJ caminho a seguir, diz Balbino

Mais uma função

Organizar e planejar com método e qualidade. Tudo isso não era o suficiente para um Tribunal que não parava de crescer. Então, em junho de 2004, a unidade incorporou mais uma função: levantamento estatístico judicial e administrativo. Nascia a Assessoria de Planejamento, Organização e Estatística, ligada à Diretoria-Geral.

Mas a busca por metodologias de administração modernas fez com que a unidade trouxesse novas ferramentas de trabalho. "Em 2006, já como Assessoria de Gestão Estratégica, ela elaborou o 1º Plano de Gestão do STJ, baseado no *Balanced Scorecard*, modelo de gestão estratégica voltada para resultados", enfatiza Ana Cláudia.

Dois anos depois, foi incluído o quesito modernização. E assim nascia a atual Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica, formada por três coordenadorias: Planejamento Estratégico, Gestão de Processos de Trabalho e Gestão da Informação. A unidade permanece ligada à Diretoria-Geral.

Resultados

Nessa trajetória, a AMG fez a diferença na história do Tribunal da Cidadania, sistematizando o planejamento de ações com objetivos a serem atingidos e resultados a serem mensurados, sempre contando com o envolvimento de todas as unidades.

Além de garantir a qualidade em serviços específicos, certificados internacionalmente e oferecer informações estatísticas de uma forma estruturada especialmente para os gabinetes, não esquecendo de promover o mapeamento e a melhoria dos processos de trabalho organizacionais.

Outro aspecto a ser destacado se refere à efetiva participação da AMG no Processo Eletrônico. "O STJ foi o primeiro Tribunal nacional do mundo a implantar o processo judicial totalmente eletrônico, tendo vencido o Prêmio Innovare de 2009, na categoria Tribunal", informa a assessora da unidade, Kleyce Oliveira Silva.

Kleyce esclarece, ainda, que esse projeto revolucionou totalmente o Tribunal, que conseguiu diminuir significativamente o consumo de papel, agilizar o acesso aos processos, bem como melhorar a qualidade de vida e os ambientes de trabalho.

"Um projeto estratégico acompanhado pela AMG que modificou os rumos da Justiça brasileira", ressalta.

ADMINISTRAÇÃO

Sucesso firmado no tripé: planejamento, processos de trabalho e informações estatísticas

A estratégia é a diferença

Você se lembra do *War*? Aquele jogo de tabuleiro no qual o vencedor é quem tem a melhor estratégia para a conquista de territórios? Pois é, não é só no jogo que a estratégia faz a diferença. Em qualquer área de atuação, na busca de um objetivo, o primeiro e mais importante passo é estabelecer uma estratégia, traçar o planejamento dos objetivos, das metas, identificar oportunidades e dificuldades a fim de encontrar o melhor caminho a seguir.

A eficiência na administração pública segue o mesmo raciocínio. Para acompanhar os passos velozes do crescimento populacional e das demandas sociais que ele acarreta, é preciso estar um passo à frente.

No Superior Tribunal de Justiça, essa proatividade atende pelo nome de Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG), que busca com as demais unidades realizar a razão de ser do Tribunal da Cidadania, ou seja, a sua missão.

> Processar e julgar as matérias de sua competência originária e recursal, assegurando uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais e oferecendo ao jurisdicionado uma prestação de qualidade, rápida e efetiva.

A primeira jogada

Logo no início do jogo é preciso traçar a forma de atuação para alcançar a tão sonhada vitória. É exatamente esta a essência da Gestão Estratégica adotada pelo STJ e gerenciada pela AMG.

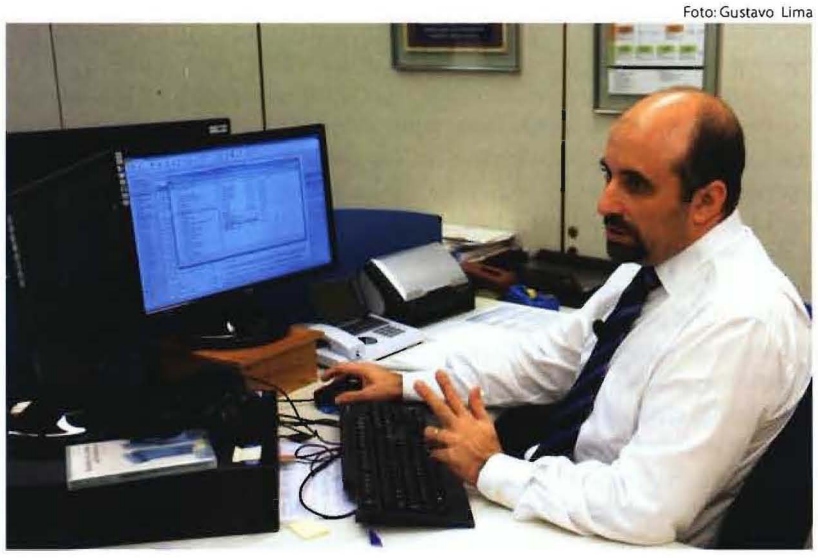
"A gestão estratégica não é um elemento da alta gestão. Ela é um elemento da estrutura do Tribunal. É fundamental que tenhamos os objetivos estratégicos, mas é preciso captar a participação de cada uma das unidades na consecução daquele objetivo. Todos remando na mesma direção. Além de predefinir os rumos, você tem como coordenar todas as unidades para que possam contribuir para aqueles objetivos", esclarece o assessor-chefe, Olívio Balbino.

Olívio esclarece que uma das prioridades da gestão do ministro Felix Fischer é a atenção à gestão estratégica associada ao bem-estar do servidor e a um melhor rendimento no trabalho. "As duas prioridades têm tudo haver uma com a outra. São absolutamente sincronizadas".

Mas, quais são as ações? Os objetivos? As metas? E como medir tudo isso? Esses dados e muito mais estão definidos no Planejamento Estratégico. No caso do STJ, os planos estratégicos estão definidos para o período de 2010-2014, como afirma o assessor.

"O planejamento estratégico é um conjunto de objetivos estratégicos que foram definidos pela alta gestão. São efetivamente o norte para onde o Tribunal deve caminhar nos próximos cinco anos. As gestões perpassam pelo planejamento de sorte que os novos presidentes recebem a Casa com certa orientação do que fazer", explica Balbino.

Foto: Gustavo Lima

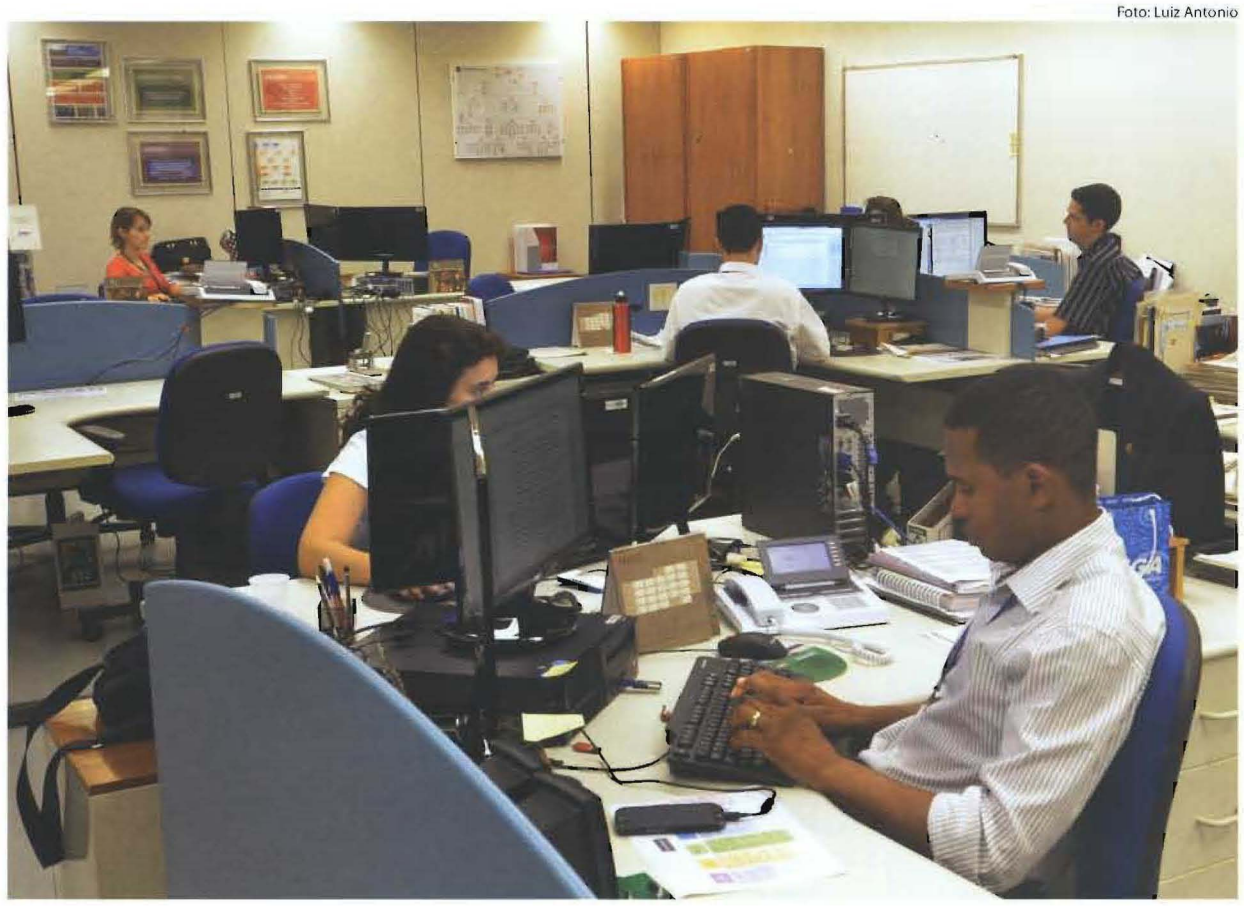


Planejamento estratégico: os passos a cada quinquênio

Para deixar tudo ainda mais alinhado a esses objetivos, as iniciativas que tragam inovações para o aperfeiçoamento no processo de trabalho são transformadas em Projetos Estratégicos.

"A prioridade é estabelecida pela alta gestão do tribunal, que define aquele projeto como estratégico. A AMG assessora os projetos, mas a execução fica a cargo das áreas. O projeto é um esforço temporário que tem que ter um produto final", explica o coordenador de Planejamento Estratégico (CPES), Marcelo Conforto.

Foto: Luiz Antonio



A equipe que mapeia os objetivos da instituição

Conforme esclarece Marcelo, "no planejamento estratégico do Tribunal da Cidadania existem metas traçadas para os públicos interno e externo". Atualmente, existem 26 projetos estratégicos: 15 em andamento, 3 suspensos, 5 concluídos e 3 cancelados.

Para o coordenador, entre os projetos concluídos pode-se destacar: a Central de Atendimento ao Cidadão (CAC), que no ano passado atendeu aproximadamente 75 mil pessoas; a Jurisprudência Temática, que organizou a pesquisa por temas; a implantação do ponto biométrico e o resumo indicativo do Thesaurus, a biblioteca de teses jurídicas.

Conheça a unidade

A Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica dividida em três grandes coordenadorias: a de Gestão de Processos de Trabalho (CGEP), a de Gestão da Informação (CGIN) e a de Planejamento Estratégico (CPES).

A CGEP é responsável pelo levantamento estatístico das informações; a CGIN, por toda normatização e certificação de qualidade (ISO 9000) e que irá fazer o mapeamento dos macroprocessos. Já a CPES atua em três grandes áreas: governança, indicadores e gestão de projetos.

Vale a pena

Em princípio, você pode até pensar: vou ter que parar o meu trabalho para pensar em planejamento? Mas o que se deve ter em mente é que, em qualquer situação da vida, se não houver reflexão e planejamento o fracasso é líquido e certo.

"O planejamento estratégico é um ciclo. As pessoas vão ter que parar o que estão fazendo para pensar um pouquinho. Isso, em um primeiro momento, pode acarretar a sensação de mais trabalho. Mas, quando se consegue fechar o ciclo, todo mundo percebe as vantagens. Há economia de recursos materiais e humanos", afirma Olívio Balbino.

Para o assessor, todos percebem a mudança para um trabalho mais efetivo, ágil. E o principal, destaca, é "o desempenho, porque todos os recursos caminham para o mesmo objetivo".

Tudo debaixo do guarda-chuva

Para que todos saibam o caminho a trilhar, nada melhor que orientações claras em formato que permita às pessoas visualizar e entender. Pensando assim, a Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica desenhou todo esse planejamento numa ferramenta básica e antiga: um mapa. No caso, o mapa estratégico.

"Mapa estratégico é o principal instrumento de divulgação do Plano Estratégico. É uma visão, uma forma de sintetizar toda a gestão estratégica do Tribunal em um único caminho. Você bate o olho e enxerga que o Tribunal está andando nessa ou naquela direção", explica Marcelo Conforto.

É dentro desse mapa que você, servidor, precisa se identificar como peça essencial. Para onde ir? Como contribuir? É aí que entra a AMG a mostrar o rumo e colocar todos na mesma direção e assim evitar o retrabalho.

"Há diversos processos que são comuns, estes são os macroprocessos que permeiam uma ou mais áreas. Nós estamos criando um grande guarda-chuva que é formado pelos macroprocessos. Qual a ligação da AMG com as secretarias Judiciária, dos Órgãos Julgadores, de Tecnologia da Informação, de Comunicação Social, quais são essas grandes relações? Isso nós chamamos de processos de trabalho. Nós estamos mapeando esses grandes processos para que o Tribunal se conheça", esclarece Olívio Balbino.

Parceria

Para que o planejamento seja um sucesso é preciso medir se os objetivos estão sendo alcançados. Este também é um papel da AMG. Por meio de uma análise quantitativa e qualitativa.

"Nós somos responsáveis por manter a gestão estratégica funcionando. E os indicadores são os elementos-chave para isso. Dentro dos projetos, são definidas tarefas; a AMG acompanha o andamento, com o tempo de duração e o recurso utilizado. Se no decorrer do processo todo o planejado não estiver sendo feito, a gente já cobra da unidade", explica o assessor-chefe.

Como está o STJ?

A avaliação da situação do Tribunal em relação aos objetivos estratégicos traçados é realizada por meio da Reunião de Alinhamento Estratégico (RAI) com a alta administração do Tribunal. Esse comitê pode fazer as correções necessárias aos projetos ou até mesmo determinar a sua exclusão.

A gestão estratégica enxerga no Tribunal duas grandes áreas: a judicante e a administrativa. Já foi realizado o alinhamento estratégico na Secretaria Judiciária. E a próxima será a Secretaria de Comunicação Social (SCO), que já iniciou o processo.

O amanhã começa com você

Com a finalização do Planejamento Estratégico 2010-2014, a AMG vai fechar todos os projetos até junho de 2014. A partir de outubro deste ano, a Assessoria começa a trabalhar no próximo planejamento, que engloba o período 2015-2019.

Para isso, o assessor-chefe da AMG garante que servidores e ministros serão peças ativas na elaboração desse novo planejamento.

"O Tribunal pretende implantar o conceito de governança judicial no próximo ciclo de gestão estratégica. A ideia consiste em ampliar a participação das duas pontas na construção do planejamento, da alta administração e do servidor, e não feito só no meio, pelos gestores", esclarece.

Outra meta da AMG é firmar o seu papel proativo na área de modernização. "Não é prever o que vai acontecer; é estar à frente," afirma Olivio. E, nessa linha, já está marcada para setembro a implementação da ferramenta BI (software de automação), inicialmente, na produção do Boletim Estatístico, para depois torná-lo disponível para todas as unidades do Tribunal.

Karla Bezerra
aredes@stj.jus.br

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica

Resultados práticos

Entre os trabalhos desenvolvidos pela Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG), destacam-se os Relatórios de Desempenho e de Gestão, o Boletim Estatístico, a Normatização de textos e a Gestão de Processos de Trabalho.

Raios-X do STJ

A cada trimestre, a Coordenadoria de Planejamento Estratégico em parceria com a Coordenadoria de Informações Estatísticas disponibiliza informações sobre metas e desempenho do STJ, tanto na esfera administrativa, como na judicial.

"Essas informações servem de subsídio para que a alta administração possa analisar os resultados alcançados e, se houver necessidade, aplicar ações corretivas", explica Marcelo Conforto, coordenador de Planejamento Estratégico.

Esses relatórios funcionam como raios-X do funcionamento do STJ. São três avaliações principais. A atuação do Tribunal é medida por meio do Relatório de Desempenho do STJ. As unidades já alinhadas ao planejamento estratégico possuem o Relatório de Desempenho Setorial. Já no relatório das Metas Nacionais, são acompanhados os objetivos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todo o Judiciário e que têm impacto no STJ.

Outro produto é o Relatório de Gestão, produzido com a participação de todas as unidades do Tribunal. Cada unidade apresenta os seus resultados setoriais e a AMG vai integrando de acordo com as regras do Tribunal de Contas da União (TCU) que são publicadas a cada ano. O relatório é enviado para o TCU e para o Congresso Nacional.

Todo esse material levantado pela coordenadoria podem ser consultados no portal do STJ. Tornar essas informações públicas vai além da questão da transparência. Nós, servidores, também podemos tirar grande proveito desses relatórios. Experimente dar uma olhada nesses raios-X, identifique a sua área de atuação e reflita sobre o quanto você tem contribuído com a missão de nosso Tribunal.

Boletim Estatístico

O produto é da Coordenadoria de Gestão da Informação (CGIN) e retrata tudo o que entra no Tribunal e o que é julgado. "Isso nos dá uma noção de acervo, de tempo de julgamento dos processos e de produção dos ministros", explica o coordenador da unidade, Nélson Ferreira Mendes da Silva.

A produção do boletim passou a ser mais rápida com a normatização feita no final de 2012, que começou a ser colocada em prática em abril. Agora os gabinetes são responsáveis pela análise e classificação, terminativamente ou não, de cada processo enviado para a CGIN.

Um trabalho que necessitava de quatro servidores passou a ser feito por apenas um, para conferência. "A gente pode colocar menos pessoas fazendo esse tipo de serviço, além do que a resposta é mais rápida. O grande ganho é na questão do tempo", conta Nélson.

É nesse documento que você encontra a movimentação processual de cada ministro, a quantidade de processos que entra no STJ, por estado. Além de mostrar a quantidade de acórdãos publicados e que entram em julgamento, quais os processos destinados ao presidente e por ele julgados.

Ao final de cada ano, todos os dados acumulados servem para a confecção de um relatório que analisa a produção do STJ como um todo, não apenas o que foi feito pelos ministros.

Nélson finaliza: "O boletim mostra a vida do Tribunal, em matéria de julgamento".

Gestão de processos de trabalho

A implementação da metodologia de Gestão de Processos de Trabalho, desenvolvida pela Coordenadoria de Gestão de Processos de Trabalho (CGPT), foi outra iniciativa que trouxe resultados muito positivos.

O nível de excelência no serviço prestado aumentou consideravelmente depois que os processos passaram a ser mapeados e constantemente melhorados, garante o coordenador da unidade, José Valter Arcanjo da Ponte.

Com a criação da CGPT, em 2006, foi possível realizar os estudos de reestruturação orgânica do Tribunal e a normatização de textos de acordo com as normas e técnicas legislativas.

A CGPT também tem ajudado a consolidar uma cultura de processos de trabalho no tribunal. "Prova disso, foi a obtenção de certificações de qualidade ISO 9000, um marco na gestão da qualidade do Tribunal", afirma o coordenador.

A Gestão de Processos é uma metodologia que permite agilizar o andamento das tarefas, evitar retrabalhos e otimizar o uso dos recursos disponíveis. Facilita a vida de servidores e magistrados, mas o benefício maior é, sem dúvida, da sociedade.

Para os próximos anos, segundo José Valter, "a intenção é implantar a Gestão do Conhecimento Organizacional no STJ, elaborar o mapeamento dos macroprocessos de trabalho do Tribunal e consolidar a cultura de processo de trabalho".

Danielle Lombardi
danielle.lombardi@stj.jus.br

Foto: Gustavo Lima

Elizabete abriu a casa e o coração para Ana Carolina, que conquistou toda a família

ADOÇÃO

Ato de amor que vira ato jurídico

Luz, câmera... Adoção

Quando o assunto é adoção, vem à tona uma série de receios para os futuros pais adotivos, que, entre muitos questionamentos, indagam: o que será que essa criança vai representar na minha vida? A resposta para se alcançar um resultado positivo nessa empreitada pode se resumir em algumas palavras ou atitudes simples: paciência, compreensão, respeito, carinho e, é claro, muito amor. A simplicidade está em perceber que essas características, tão intrínsecas ao ser humano, só precisam ser cultivadas, cuidadosamente, a cada dia.

Adotar é oferecer aos filhos sem pais uma esperança de crescer em um ambiente familiar saudável, é aumentar uma família e amar alguém independente de ela ter ou não o mesmo sangue que o seu.

Tristes realidades afastam as crianças de um lar estruturado. A maioria das que são adotadas foram abandonadas, separadas das famílias por situações de violência ou incapacidade dos pais biológicos de cuidar das suas vidas.

Histórias no STJ

Ana Carolina. Este é o nome escolhido pela família de Elizabete Souza Dantas, para batizar a pequena de apenas um aninho, que chegava, em 2001, à casa da servidora da Coordenadoria de Memória e Cultura. "Sempre quis ter uma filha. Meus dois filhos biológicos, todos homens, já estavam com dez e 12 anos quando adotamos a Carol." Elizabete conta que nunca sentiu medo de seguir em frente, em momento algum, na hora de concretizar a adoção. E assim foi feito. Elizabete conta que, ao completar cinco anos de idade, Ana Carolina perguntou se tinha saído de sua barriga. "Levei um susto, mas achei que seria uma boa oportunidade de contar a ela, pois a psicóloga já havia me preparado que seria mais ou menos nessa idade que ela iria perguntar." Com Ana Carolina fazendo parte da família, Bete conta que todos em casa se tornaram muito melhores. "Ela trouxe tanta luz e felicidade para o nosso lar, que todos os dias agradecemos a Deus por nos tê-la enviado. Ela é maravilhosa, e sentimos um amor incondicional. Meus filhos simplesmente a amam e fazem tudo por ela. Para mim, filho é filho, adotado ou não, é tudo igual, o amor não pode ser diferente, e o que sinto por Carol é exatamente idêntico ao que sinto por meus filhos", conclui.

No Brasil, enquanto não são adotadas, crianças e adolescentes passam a viver em instituições supervisionadas pelo governo, e tudo o que precisam é de pessoas dispostas a dividir seu amor com eles. Cristiana Moreira Pinheiro Lima é uma dessas pessoas. Emocionada, a servidora da Coordenadoria da Sexta Turma revela como a chegada de Jean, em 2009, com 12 anos de idade, mudou sua vida para melhor. Quando Cristiana conheceu Jean, ele estava acolhido por um projeto social do Governo do Distrito Federal. Com o passar do tempo e a convivência mais próxima com o menino, a servidora amadureceu a ideia de adotá-lo. "Tenho três filhas biológicas e não pensava em adotar uma criança. Foi uma realidade totalmente diferente para mim. Então conversei com as meninas em casa e todo mundo concordou. Jean passou

por situações duras na vida, mas a gente quando adota tem que pensar no ser integral, e, quando você se dispõe a amar, as coisas vão acontecendo. Ele faz bem à gente e a gente a ele", celebra a servidora. Após cinco anos na família, Cristiana afirma emocionada: "Ele é meu filho, é brincalhão e temos uma convivência ótima. Uma vez ele disse a uma professora sobre mim: tia, eu sem minha mãe não ia ser nada", sorri a servidora.

A funcionária terceirizada Girlene Rodrigues de Araújo, conhecida por todos no STJ como Lena, é outro exemplo de que o amor doado ao filho adotivo não difere do biológico. Lena já era mãe de uma menina e adotou Fellipe quando ele ainda era um bebê recém-nascido. "Meu sonho era ter um casal, mas eu não podia ter mais filhos porque tive um problema no parto da minha menina. Então, o Fellipe veio como um presente de Deus na minha vida". Para Lena, a recepção do menino em sua casa não foi um problema, ao contrário, ele foi muito bem recebido por todos, inclusive por sua filha biológica, com oito anos à época. "Foi uma festa, todo mundo em casa ficou muito feliz. Até hoje, Fellipe e Eliane são bons irmãos, muito apegados", conta Lena.

Revelar para o filho que ele não havia nascido de sua barriga não foi um problema para Lena. "Quando Fellipe tinha sete anos, conversei com ele, com muito carinho, e disse que não havia nascido da minha barriga, como a irmã dele, mas que era filho do coração, ele entendeu. Criei Fellipe como criei minha filha biológica, com o mesmo amor. Para mim, não tem diferença, é como se ele tivesse saído de dentro de mim", conclui Lena. A amizade e o laço afetivo foram reforçados em pouco tempo e Lena conta que passou a ter um companheiro para todas as horas. "Posso dizer que ter o Fellipe, hoje, é melhor do que ganhar na loteria", celebra.

Na telinha

No mês que se celebra a adoção, o STJ preparou um vídeo para que os servidores da Casa falassem de suas experiências e as compartilhassem com os colegas. O vídeo de circulação interna é uma produção da Coordenadoria de TV do Tribunal, em parceria com o Programa de Responsabilidade Socioambiental.

"O STJ está sempre atento ao calendário de datas da área socioambiental e busca realizar ações solidárias, de conscientização, inclusão social, entre outras. Como no dia 25 de maio comemora-se o Dia Nacional da Adoção, pensamos em fazer algo diferente para marcar a data, algo especial que chamasse a atenção das pessoas para a importância da adoção", explica a servidora do Socioambiental, Carolina Lima.

Para o Socioambiental, o objetivo primordial da produção é sensibilizar as pessoas. "A adoção é um ato de solidariedade e de amor e muito importante para a sociedade. O ato de adotar uma criança ou um adolescente passa a ser um instrumento de mudança na vida das pessoas envolvidas no processo. A vida dos adotantes e dos adotados muda completamente com a adoção, e para melhor. É claro que existem situações diferentes de adoção: alguns adotam porque não podem ter filhos, outros que já têm filhos também adotam, mas, em todas elas, adotar é um ato de amor", complementa Carolina.

Foto: Luiz Antonio

Escolha rara: Cristiana adotou um menino com doze anos. União e felicidade completas, conta

Marcas de sucesso

No Brasil, o ator e diretor Marcos Paulo, (1951-2012), não foi criado por seus pais biológicos. Ele perdeu sua mãe durante o parto e não conheceu seu pai. Foi adotado pelo também ator e diretor, além de autor, Vicente Sesso e foi com ele que Marcos teve contato com o meio televisivo, construindo uma carreira bem-sucedida, em 40 anos de vida. Marcos Paulo primeiro se destacou como galã de novelas. Posteriormente, passou a se dedicar à direção, tendo dirigido novelas de sucesso, como *Roque Santeiro*. Em 2011, estreou como cineasta com o filme *Assalto ao Banco Central*.

Fora do Brasil, outra história de sucesso impressionou o mundo. Filho de mãe americana e pai sírio, Steve Jobs (1955-2011), fundador da Apple, maior empresa de tecnologia do mundo, foi pai de produtos como o computador pessoal e mais recentemente o iPhone e o iPad. Também se envolveu com filmes de animação (foi diretor executivo da empresa de animação por computação gráfica Pixar e acionista individual máximo da Disney), além de música e publicação digital. Jobs foi entregue para adoção assim que nasceu, em 1955. Seus avós biológicos não admitiam que sua filha se casasse com um imigrante muçulmano. Seus pais adotivos, Paul e Clara Jobs, incentivam a paixão do filho por tecnologia.

Há histórias de adoção, cujos laços afetivos são capazes de vencer duras batalhas humanas. Um dos casos mais recentes é o da atriz Drica Morais, que encontrou no filho adotivo a força para lutar, em 2009, contra a leucemia mieloide aguda (LMA), um câncer que afeta as células da medula óssea. Na época, ela declarou que o mais pensava era em viver para criar seu filho Matheus e vê-lo crescer. A atriz considera que a maior lição que esse filho tem lhe ensinado é a de ser verdadeira. "Desde que começou a falar, ele me perguntava de onde veio. Uso uma linguagem que ele entenda, mas sempre fale-da adoção". Para a atriz , adoção não é mais um mistério. "Quando se adota, o filho passa a ser seu. Eu era uma mãe que precisava de um filho e o Mateus um filho que precisava de mãe. Tão simples!", disse Drica Morais aos quatro cantos do mundo, à época, que rejeita o termo "adotivo".

Lista de espera

Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), lançado em 2008 e mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existem milhares de crianças e adolescentes em condições de serem adotados em todo o Brasil. Só no Distrito Federal (DF), atualmente, há 93. A jurisdição é da Vara da Infância e da Juventude no DF (telefone: 61 3348-6600). O CNA é uma ferramenta, segundo o órgão, criada para auxiliar juízes das varas da infância e da juventude na condução dos procedimentos de adoção e objetiva agilizar os processos de adoção por meio do mapeamento de informações unificadas.

A quem procurar

A Vara da Infância e da Juventude (VIJ) do DF mantém um cadastro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas habilitadas para adotar. Assim, segundo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a Justiça "realiza um trabalho de mediação entre as crianças ou adolescentes que precisam de família e as famílias que se disponibilizam a adotá-los. A VIJ também atende as famílias de origem dessas crianças ou adolescentes".

Os adotantes devem procurar assistência jurídica particular ou pública (Defensorias) para peticionar sua habilitação junto à Justiça da Infância e Juventude. A íntegra dos requisitos podem ser encontrados no www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/adocao.

Auxílio gratuito

O Núcleo da Infância e da Juventude da Defensoria Pública do DF presta assistência jurídica aos que querem adotar, independentemente da renda. Telefone para contato: (61) 3349-5000, 3103-3211 e 3103-3393. Para mais informações: juventude@defensoria.df.gov.br e Portal: www.defensoria.df.gov.br .

Legislação

De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra adotar significa "tomar, assumir, aceitar, usar, resolver, seguir, receber como filho, perfilhar, associar ao governo". Mas para o ordenamento jurídico brasileiro adotar significa acolher, mediante processo legal e por vontade própria, como filho legítimo, uma pessoa desamparada pelos pais biológicos.

Recentemente, a Lei 12.010/09 passou a disciplinar o processo de adoção no Brasil. Essa lei visa facilitar o acesso para quem quer adotar e reduzir o número de crianças sem famílias. Essa lei regulamenta que a pessoa interessada em se habilitar para adoção deve ser maior de 18 anos e pelo menos 16 anos mais velha que a criança ou jovem a ser adotado. Além disso, é preciso que o adotante se proponha a passar por uma avaliação da Justiça para provar que pode dar educação, um lar e toda a assistência necessária.

Foto: Moreno

Filho do coração completou o sonho de Lena

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

Copa das Confederações marca o teste para a copa do mundo

A hora e a vez do Brasil

Foto: sportsmarket.org.br

194 milhões de técnicos brasileiros preparam o coração para o evento do ano

A poucos dias da abertura da Copa das Confederações, os torcedores vibram. O torneio, que antecede a Copa Mundial, será uma espécie de "aquecimento" para os brasileiros, que aguardam ansiosamente pelo evento. E que a verdade seja dita: amantes de futebol ou não, na época da Copa, o patriotismo fala mais alto e todo brasileiro acaba entrando no clima.

Por dentro do torneio

Apesar da grande expectativa, muitos brasileiros não conhecem a história da Copa das Confederações. Uma pesquisa feita em fevereiro pela Hello Research, agência de pesquisa e inteligência de mercado, levou em conta mil brasileiros. Deles, 72% responderam que não sabem o que é o campeonato. Entre os outros 28% que afirmaram saber sobre o assunto, apenas 53% responderam corretamente a melhor definição para o torneio.

Gislene Fernandes Jacinto, assessora do ministro Og Fernandes, estará presente no jogo de abertura e confessa que também não sabe a história da Copa das Confederações. "Na verdade, estou indo mais pelo meu noivo, que é apaixonado por futebol", comenta ela.

Já Sidney Amorim dos Santos, lotado no gabinete do ministro Benedito Gonçalves, provou que sabe sobre o evento: "É um torneio preparatório para a Copa do Mundo, em que as instalações e a segurança do país sede são testadas".

Mas e você, o que sabe sobre o torneio? Anote aí: a Copa das Confederações é um campeonato organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) em que oito países competem entre si. Seis lugares são ocupados por seleções campeãs dos torneios continentais (Copa América, Copa das Nações da África, Copa da Ásia, Copa da Oceania, Copa Ouro da CONCACAF e Eurocopa), os outros dois pelo país sede e pelo último campeão mundial.

Preparação

O Brasil recebe o evento pela primeira vez e vem se preparando desde 2010. Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador acolhem os jogos.

Para alegria de muitos, a cidade escolhida para abrir o torneio foi Brasília. Renovado e rico em termos de arquitetura, o Estádio Nacional Mané Garrincha faz jus à capital. Segundo a FIFA, tem capacidade para 70.064 espectadores e será o segundo do país. A final será no Rio de Janeiro no dia 30.

Conforme o Senado, o preço total gasto com reformas e construções nos sete estádios que sediam a Copa chegou a R$ 7 bilhões. Um investimento e tanto!

A expectativa de Gislene é grande: "Espero que a vinda da Copa das Confederações traga melhorias para a cidade e para sua infraestrutura. Enfim, que seja um evento que traga orgulho para nossa cidade e para o país."

Mais que um espectador

Se para muitos a oportunidade de assistir ao evento já é um sonho, imagina participar da cerimônia de dentro do campo? A oportunidade foi dada pela FIFA a voluntários que se inscreveram no processo de triagem. Nas audições da capital, foram selecionados 2.938 para dançar. O requisito era apenas ser maior de idade, ter bom condicionamento físico, alegria, bom-humor e vontade de fazer parte desse momento especial.

A chefe da Seção de Apoio aos Advogados, Márcia Moema de Carvalho, está nessa escalação. "Claro que estarei lá no dia do jogo, porém não nas arquibancadas... Estarei em campo!" A animação não será só no dia do evento, mas a cada ensaio: "Estou me divertindo muito, conhecendo novas pessoas e vivendo grandes emoções. Quero poder mostrar como os brasilienses de nascimento e de coração são pessoas dedicadas, trabalhadoras e colaborativas". A servidora, porém, não pode revelar detalhes do espetáculo. "O segredo é a alma de todo negócio. E, sendo a direção artística do carnavalesco campeão do Rio de Janeiro, Paulo Barros, vocês podem imaginar como a festa será bonita e criativa", afirma.

Brasil il il...

Pela sétima vez, o Brasil luta pelo título de campeão da Copa das Confederações. Sendo o único país tricampeão, será a vez do tetra?

Uma curiosidade da história do Brasil no torneio é que, das três vezes que o Brasil ganhou a Copa das Confederações, em nenhuma ele conseguiu levar a taça mundial. Há quem, por superstição, prefira nem torcer pela vitória, temendo que o caso se repita. Gislene não é uma delas; ela aposta no potencial do Brasil: "Espero que a seleção quebre paradigmas e ganhe tanto a Copa das Confederações quanto a Mundial". Sidney também é otimista "Não sou preso a superstições. Tabus existem para serem quebrados!

Se ele nunca ganhou, quem sabe essa é a vez?" Para Márcia, "o Brasil ganhar ou perder não tem a menor importância. O que vou lembrar pra sempre é de ter participado, de dentro do campo".

Ariane Petry
silvaaps@stj.jus.br

Testado e aprovado

Palco do primeiro jogo, estádio lota no teste

Se a Copa das Confederações é a prova de fogo, o *test drive* em Brasília foi o jogo entre Flamengo e Santos pelo Campeonato Brasileiro deste ano. Brasilienses – naturais e do coração (adotados e adotantes) – tingiram a cidade de vermelho e preto e preto e branco e proporcionaram um show à parte: lotaram as pistas andando... a pé. Isso mesmo.

A cidade, conhecida por ter um fenômeno raro, em que os cidadãos se preocupam mais em comprar carro do que casa própria, viu seus filhos caminhando em direção ao Estádio Nacional de Brasília e depois de volta a seus meios de transporte... Calmamente. Em paz consigo e com os outros. Espetáculo tão bonito de se ver como o céu da cidade, que brindou os torcedores com tons de laranja e rosa a matizar a tarde.

Quem foi ao jogo viu Brasília passar no teste. Trânsito tranquilo, ruas bem sinalizadas e fiscalizadas. Lentidão na saída, mas sem muitos transtornos. Um ou outro "baculejo" da polícia em torcedores mais afoitos. Passou com louvor nessa matéria, mas ficou de recuperação na venda dos ingressos. Caos generalizado, filas imensas, desorganização. Na entrada do jogo o *déjà-vu*. Esse é um gargalo que tem que ser resolvido logo.

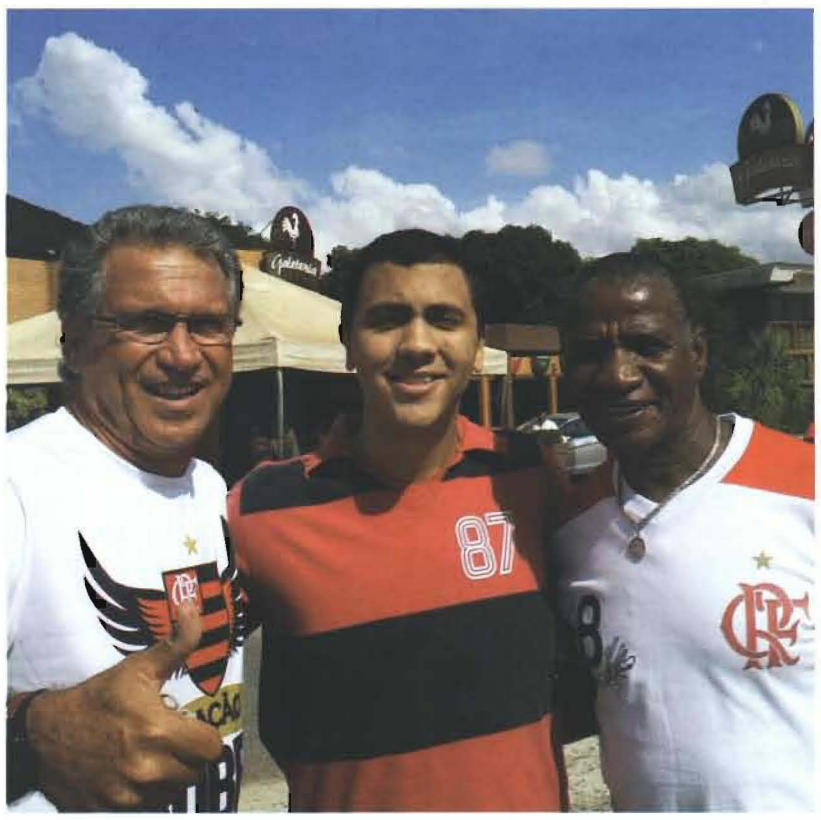
Em campo, um zero a zero com emoção. A proporcionada pela despedida do menino Neymar, que segue o caminho de vários craques brasileiros e vai brilhar no futebol europeu. Emoção de quem deixa o berço, o clube que o criou e o país pra mostrar sua arte e aprender em um clube considerado o mais profissional de todos os clubes profissionais: o Barcelona.

Quem foi gostou de todos os três espetáculos. Nelson e Raphael Santos – que também estarão no jogo de estreia da Copa das Confederações em Brasília e na final no Rio – estão entre eles. Eles ainda foram brindados com um presente inesperado: pai e filho ostentavam na camisa do Flamengo os autógrafos de Adílio e Rondinelli obtidos em uma galeteria que tiveram a sorte de escolher para almoçar. Os craques rubro-negros, que fazem parte do passado de glória do time carioca, estavam em um campeonato de futebol *society* organizado por uma torcida organizada na cidade.

O zero a zero nem foi tão doído assim para Raphael. Depois do prêmio estampado em sua camisa, podia até ver o time do coração perder de dez a zero, brincou. O pai, servidor do STJ lotado na STI, não concordou: pra perder de tanto, só se tivessem encontrado o Zico também. Bom, aí não sobraria coração para esperar a Copa!

Regina Celia Amaral
reginac@stj.jus.br

Foto: acervo pessoal



Encontro foi melhor do que ganhar o jogo, diz Raphael

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Pauteiras:** Márcia Romão e Karla Bezerra • **Diagramação:** Leonel Laterza e Tais Villela/CPRV • **Impressão:** Gráfica do CJF • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8408 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
JUN/JUL 2013
Ano XVIII • nº 93

HOMENAGEM

Uma reverência ao artista que idealizou a sede do STJ

Beleza que salta aos olhos

O Superior Tribunal de Justiça tinha acabado de ser criado pela Constituição de 1988 e a sede do Tribunal Federal de Recursos (TFR) não atendia ao novo número de ministros. Era preciso a construção de um novo prédio, que atendesse aos desafios que vinham pela frente. A escolha do nome para assinar o projeto arquitetônico não poderia ser outro: Oscar Niemeyer, o artista modernista que assinou dezenas de obras não só em Brasília, mas por todo o mundo.

"Chegamos a cogitar um concurso, mas fomos informados pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil que o resultado só sairia um ano depois", contou em entrevista recente o arquiteto Joaquim Gaião Torreão Braz, que participou das negociações para a construção da nova sede. A gestão que foi responsável pela condução do projeto optou não só pela pressa, mas pela fortaleza do nome, que dispensou a necessidade de licitação.

Artista já consagrado pela crítica, Niemeyer pôde dar continuidade à edificação de monumentos pela capital, seguindo uma linha inconfundível, que, no caso do STJ, apraz às pessoas nesses 18 anos. É um artista que se manteve firme na proposta modernista. Na opinião de Joaquim Torreão Braz, as obras de Niemeyer têm uma coerência própria e, por isso, são facilmente reconhecidas em qualquer lugar do mundo. Com o STJ, não poderia ser diferente. O artista apostou no concreto armado, marca característica do seu trabalho.

A solução de Niemeyer para a sede do STJ foi dispor um conjunto de seis edifícios ao longo de uma espinha dorsal, em que o visitante que entra no prédio vai descobrindo os ambientes à medida que caminha.

E lá estava ela, como a desejava Niemeyer, "lógica e funcional, importante arquiteturalmente, como deveria ser".

Um artista

Neto do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ribeiro de Almeida, Niemeyer cursou a Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro e, já no terceiro ano, frequentou o ateliê de Lúcio Costa e Carlos Leão. Ganhou notoriedade internacional com a construção do conjunto da Pampulha, em 1944, quando foi convidado pelo então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, para restaurar a área.

Em 1936, antes de conhecer JK, Niemeyer participou da idealização do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, atual edifício Gustavo Capanema, que foi um marco da arquitetura moderna no Brasil. Niemeyer, também antes de conhecer o ex-presidente, foi indicado para fazer parte da equipe de arquitetos que viria a desenvolver a sede da Organização das Nações Unidas. Seu projeto, elaborado em conjunto com Le Corbusier, foi escolhido entre inúmeros outros.

"Foi um arquiteto que esteve sempre na modernidade", aponta o engenheiro Guilherme Hudson, um dos responsáveis por acompanhar as obras de construção do STJ. Na opinião do engenheiro, Niemeyer era um profissional que tinha convicção do seu trabalho, que não sucumbiu aos modismos de época.

Mais recentemente, Niemeyer assinou o projeto dos tribunais superiores Eleitoral e do Trabalho, da Procuradoria-Geral da República, bem como do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ainda em obras, e do Conselho da Justiça Federal. A sede do Superior Tribunal Militar, cuja construção deve começar em breve, e os anexos do STF e do Tribunal de Contas da União também levam a sua assinatura.

Até os últimos anos de vida, Niemeyer foi um comunista convicto. O arquiteto foi membro do Partido Comunista Brasileiro, amigo de Carlos Prestes, e seu escritório teria servido de refúgio para companheiros de luta. Foi o responsável pela sede do Partido Comunista Francês, inaugurado em 1965. Por isso, na moderna sede do STJ, os plenários mostram que o importante é o povo, é para ele o lugar mais alto das salas de julgamento. Os ministros – juízes com o mister de levar justiça a esse povo – ficam em patamar inferior.

Muitos veem na suntuosidade das suas obras a contradição com o pensamento político, especialmente pelo custo econômico. Mas mesmo naquelas obras mais singelas, como a Igreja Ortodoxa São Jorge, no Lago Sul, e a Igrejinha de N. Sra. de Fátima, na entrequadra 307/308 Sul, o artista mostra o refinamento de suas ideias.

A Igreja Ortodoxa nos remete a um quipá, e a Igrejinha faz referência a um chapéu de freiras, num movimento arqueado que parece ir em direção ao céu. Beleza singela que encontra o seu contraponto na Catedral, que, com características mais monumentais, parece mirar o infinito com seus pilares voltados à oração.

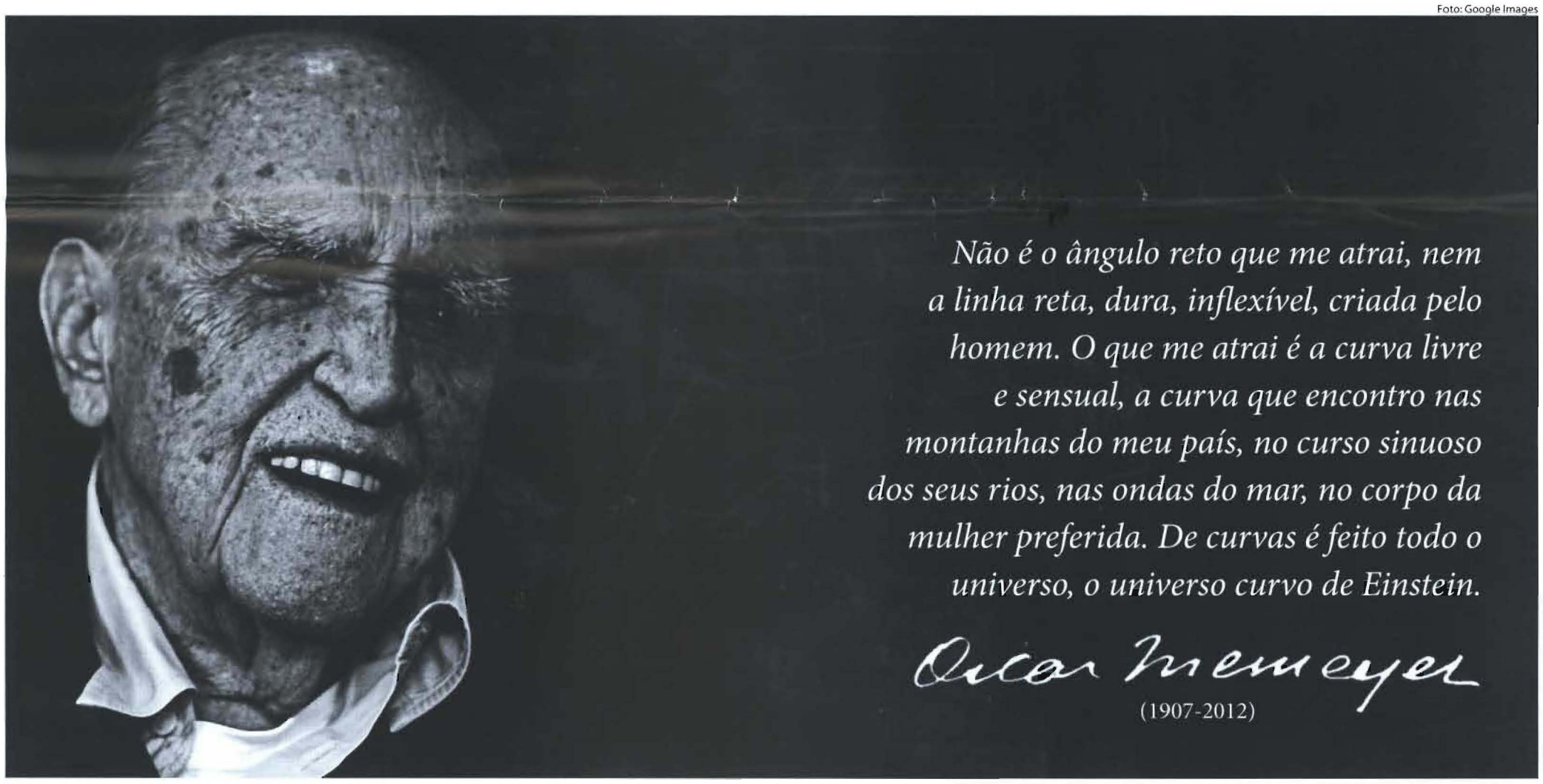
Niemeyer assinou projetos por todo o mundo, como a Universidade de Argel, na Argélia, e a sede da editora Mondadori, em Milão. No girar do lápis, o artista projetou a Concha Acústica do Quartel-General do Exército, localizada no Setor Militar Urbano, e as semiesferas do Congresso Nacional. Desenhou ainda o Palácio da Justiça, os tribunais superiores, o Panteão da Liberdade, cada obra permitindo uma leitura diferenciada de espaço público.

Brasília foi, sem sombra de dúvidas, uma grande oportunidade para Niemeyer. A partir dela, ele pôde conceber projetos importantes de referência modernista, caracterizados pelo uso de concreto aparente e fachadas de vidro.

A morte desse grande gênio da arquitetura brasileira deixou mais cinza o concreto que envolve o Tribunal da Cidadania, cuja sede completa 18 anos neste mês. Niemeyer faleceu em 5 de dezembro passado, prestes a completar 105 anos.

Dizia não acreditar na vida eterna, mas se eternizou nas curvas e retas que projetou e semeou pelo mundo. ▪

Foto: Google Images



Catarina França
catarina@stj.jus.br

Pensar em um espaço físico para abrigar todas as responsabilidades do Tribunal foi um dos grandes desafios de Niemeyer

Marco da arquitetura moden

Sexta-feira, 23 de junho de 1995. Há 18 anos, mais precisamente às 10 horas da manhã, era inaugurada a sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. Para falar desse dia, entretanto, é preciso voltar um pouquinho mais no tempo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o Tribunal da Cidadania, como também é conhecido, nasceu da necessidade de um Poder Judiciário mais atuante.

Antes de 1988, havia no Brasil a Justiça estadual de primeira instância, os tribunais de justiça, a Justiça Federal de primeira instância, o Tribunal Federal de Recursos, antigo TFR, e o Supremo Tribunal Federal (STF). O STF, além de julgar os recursos relacionados a matérias constitucionais, também era responsável pelos conflitos em torno das leis infraconstitucionais. STF e TFR viviam sobrecarregados e o resultado prático disso era uma Justiça demasiadamente lenta.

Com a Carta de 88, além do STJ, também foram criados cinco tribunais regionais federais. Ao STJ, entre outras competências, coube a missão de desafogar o STF e uniformizar a interpretação das leis federais em todo o território nacional.

No ano seguinte à sua criação, em abril de 1989, o STJ começou a funcionar. Faziam parte desta primeira composição da Corte os 26 ministros que compunham o TFR, que foi extinto, e mais sete ministros indicados pelo então presidente José Sarney, totalizando o número mínimo de 33 ministros exigido pela Constituição.

Tribunal novo, casa velha

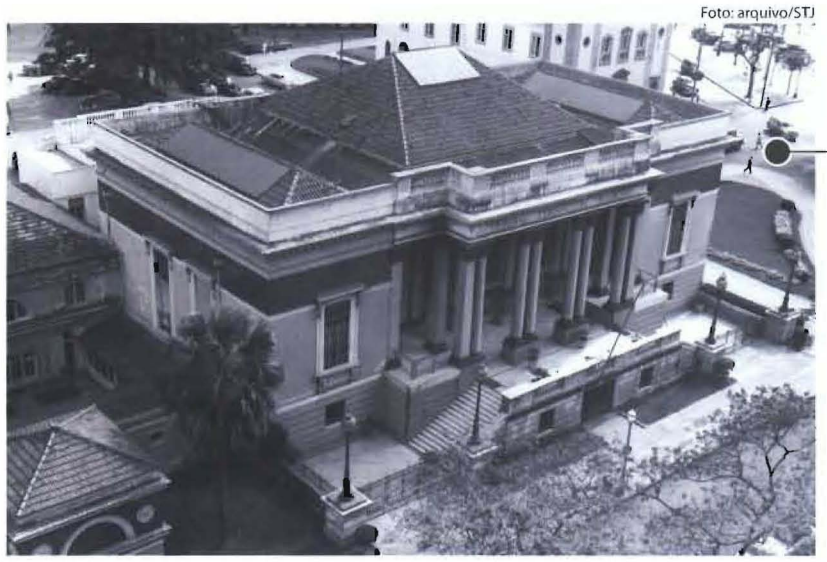
Mas não foram apenas os 26 ministros que o STJ herdou do TFR. A sede do tribunal extinto, localizada no Setor de Autarquias Sul, na Praça dos Tribunais, passou a ser o endereço da nova corte.

O ministro Costa Leite estava entre os primeiros integrantes. Ele conta que o espaço do antigo TFR já não era suficiente mesmo antes de o STJ ser instalado. Com a criação do novo Tribunal, sair dali era uma medida impostergável.

"Não só o aumento de composição justificou a construção de uma nova sede. Além das necessidades surgidas do seu incremento, como a ampliação do quadro de servidores, havia razões de outra natureza, como, à guisa de exemplo, a criação de novos órgãos julgadores", disse o ministro.

Para resolver o problema de espaço, foi chamado Oscar Niemeyer. A assinatura do arquiteto no projeto do STJ era essencial à harmonia do conjunto arquitetônico de Brasília. O trabalho foi feito em parceria com o arquiteto carioca Hermano Montenegro, a convite de Niemeyer.

Foto: arquivo/STJ



TFR funcionou no Rio de Janeiro desde sua criação, em 1947, até sua vinda para a nova capital

O cálculo estrutural foi feito pelos engenheiros Walmor Zeredo e Bruno Contarini, e a sede foi construída pela empresa OAS, com área de aproximadamente 139 mil metros quadrados. A construção durou cerca de cinco anos, num custo total de R$ 170 milhões, em valores da época. As atividades de contingência exigiram em torno de 1.300 operários em algumas etapas da obra.

Sobre as críticas derivadas dos custos, Niemeyer rebateu: "Tão ridículas, que chegaram a comparar o STJ a um prédio bancário, cientes de que neste último não existem plenário, nem o grande pleno, nem os anexos que requer a sede", disse.

Uma equipe do Conselho da Justiça Federal (CJF), formada por cinco arquitetos, ficou responsável pela elaboração de um programa de necessidades. O material levantado serviu de subsídio para o escritório de Niemeyer trabalhar.

Criador e criatura: Niemeyer com Montenegro e ministros

Foto: arquivo/STJ

Projeto e adaptações

O engenheiro Guilherme Hudson, um dos responsáveis por acompanhar as obras de construção e atual coordenador de Engenharia e Arquitetura do Tribunal, conta que foi solicitado a Niemeyer um projeto que permitisse a ampliação futura do número de ministros do STJ; que os ministros pudessem transitar diretamente de seus gabinetes até as salas de julgamento; que todas as unidades de trabalho pudessem ser acolhidas na nova sede, pois antes, por falta de espaço, alguns setores estavam localizados na sede do Conselho da Justiça Federal.

"Também foi solicitado que houvesse uma sala de julgamento para cada seção e turma do STJ, sala própria para o Tribunal Pleno e para a Corte Especial e um amplo salão de recepções", complementou o engenheiro.

Os elementos básicos que caracterizam o conjunto arquitetônico do STJ foram o uso de pilotis em todos os prédios, fluidez de jardins e espaços vazios, além de brises verticais e horizontais para controlar a entrada de sol nos ambientes internos. Em vez das tradicionais semiesferas que marcam seus projetos na capital, ele utilizou troncos de pirâmides irregulares nas laterais, onde funcionam o Auditório Externo e o Tribunal Pleno.

Nesses 18 anos, o projeto inicial do STJ sofreu algumas alterações, essencialmente para acompanhar os passos velozes do aumento de processos e servidores da casa.

Entre as principais mudanças estão: a incorporação de áreas de circulação por gabinetes de ministros e de áreas de trabalho do edifício da Administração; construção do prédio do restaurante; ampliação da área do serviço médico; criação da Seção de Fisioterapia no 9º pavimento do edifício Ministros I, local antes destinado exclusivamente ao restaurante privativo dos ministros; criação e instalação dos estúdios de Rádio e de TV e de todas as unidades da Comunicação Social do STJ no prédio do Tribunal Pleno e construção de estacionamentos de veículos no pilotis dos blocos Ministros I e II.

O então presidente, ministro William Patterson, ressaltou a visão futurista das sucessivas administrações ao planejarem e executarem um programa de desenvolvimento moderno de atividades quando da criação do STJ, abrangendo um pioneiro projeto de telemática e uma condigna sede, "provida de todas as condições para ensejar um projeto de tamanha magnitude". E concluiu: "A arrojada concepção arquitetônica, fruto da genialidade do arquiteto Oscar Niemeyer, teve a balizá-la o

Da capital para a capital: sede do TFR em Brasília deu a vez ao STJ

Foto: arquivo/STJ

Foto: Moreno

Guilherme coordena as áreas reponsáveis pelo complexo arquietônico

O modelo...

Foto: arquivo/STJ

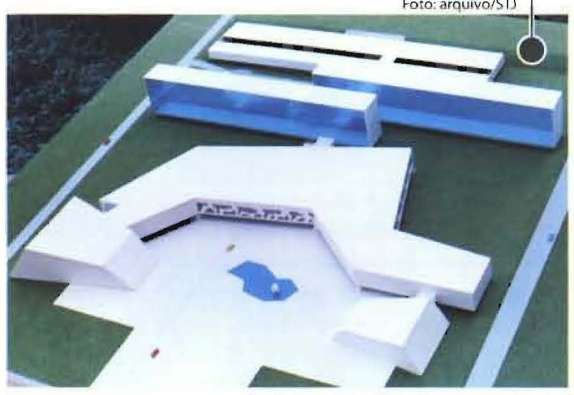


Foto: Jorge Campos

...e a obra

a, sede do STJ faz 18 anos

perfil da própria cidade de Brasília, patrimônio cultural da humanidade".

O STJ é hoje um complexo de seis edifícios construídos em uma área de 138.670,37m². Além dos 33 ministros, trabalham no Tribunal cerca de 2800 servidores e 1700 terceirizados. O Tribunal recebe ainda, diariamente, um público externo de aproximadamente 800 pessoas. Em eventos ou julgamentos de maior repercussão, esse número pode chegar a mil.

Engana-se quem pensa que esse fluxo se restringe a advogados e às partes envolvidas em processos. É muito comum, por exemplo, encontrar estudantes de arquitetura e arquitetos passeando pelo Tribunal, especialmente no edifício da administração. A estrutura não tem pilares, é sustentada por cabos de aço, o que exigiu tecnologia muito avançada para a época. "Essa solução permitiu que a área do nível térreo da edificação ficasse livre de colunas a cada cinco metros, algo que tornaria a visão dos espaços livres mais carregada aos olhos," explicou Hudson.

Foto: Luiz Antonio

Cenário digno de cartão postal traz visitantes de todo lugar

Cartão postal

O STJ também é passagem obrigatória para quem visita a Capital federal. É o caso da acreana Mara Rúbia Gadelha. Ela está na cidade visitando alguns parentes e aproveitou para fazer um turismo cívico.

Foto: Luiz Antonio

Zelo pelo patrimônio público diferencia STJ de outras sedes

"Não podia deixar de tirar uma foto aqui. O STJ é realmente um monumento digno de cartão postal. Fiquei impressionada não só com a beleza da arquitetura e do paisagismo, mas também com a limpeza. A gente percebe que é muito bem cuidado", disse a turista.

A preservação da memória do STJ está diretamente relacionada ao zelo de seu patrimônio. No Tribunal, existe uma coordenadoria específica para cuidar da limpeza e manutenção do espaço, a Coordenadoria de Serviços Gerais. "Na gestão dos serviços de limpeza e conservação, fazemos questão de enfatizar aos colaboradores que o Tribunal pertence a todos, que os recursos que utilizamos são de todos e, portanto, temos a responsabilidade de conservar o patrimônio Público", explica Ângelo Giovane Bezerra, coordenador de Serviços Gerais.

Além do trabalho diário de coleta de lixo, limpeza de vidros, manutenção de portarias, anualmente é feita a lavagem, com máquina, das fachadas de concreto e terraços. Como o trabalho é minucioso e requer tempo, o serviço é sempre executado no período da seca em Brasília. Entre os meses de junho e setembro, é possível ver os jauzeiros fazendo rapel pelo Tribunal.

Dá gosto de ver tudo sempre limpinho, bem cuidado, novinho. E aliado a tudo isso, claro, o meu, o seu, o trabalho de nossos excelentíssimos ministros. O que fazemos interfere na vida de pessoas, muda a sociedade, faz história e mais: mostra que todo o esforço desses 18 anos valeu a pena. ▪

Danielle Lombardi
danielle.lombardi@stj.jus.br

PAISAGISMO

Natureza viva em meio ao concreto diferencia STJ de outras sedes

Minha terra tem palmeiras

Sete horas da manhã. Os primeiros raios de sol refletem no grande espelho d'água e também é possível ouvir o canto dos pássaros à medida que se anda pelos jardins. Não é no mínimo curioso esse ambiente de perfeita harmonia em um local destinado à resolução de conflitos?

Entre recursos especiais, *habeas corpus*, mandados de segurança, também é possível encontrar ipês amarelos, ipês brancos, guarirobas, jerivás. São quase 800 árvores e mais de 270 palmeiras, grande parte nativa do cerrado.

"Essa opção de buscar espécies nativas é até uma forma de respeito e de estímulo à preservação. Uma flora rica como a nossa precisa ser valorizada", diz Milton Hoffmann, responsável pelo paisagismo do STJ.

O verde no STJ serve de moldura à obra arquitetônica de Oscar Niemeyer. A área total ajardinada é de 62.180 m² e o paisagismo é assinado por Márcia Nogueira Batista, indicação do próprio Niemeyer.

Raridade preservada

Nos jardins suspensos, próximo ao Pleno, mais verde. Ali, é possível encontrar uma espécie rara da flora brasileira, a palmeira Juçara. O alto valor comercial do palmito fez dela um dos produtos florestais mais explorados no país, e o extrativismo predatório, que corta a planta antes mesmo de ela se reproduzir, provocou um grande impacto na sua regeneração.

A árvore landi (*calophyllum brasiliensis*) é outra curiosidade no imenso jardim. Ela está plantada ao lado da pedra fundamental do STJ.

Foto: Gustavo Lima

Foto: Luiz Antonio

Foto: Luiz Antonio

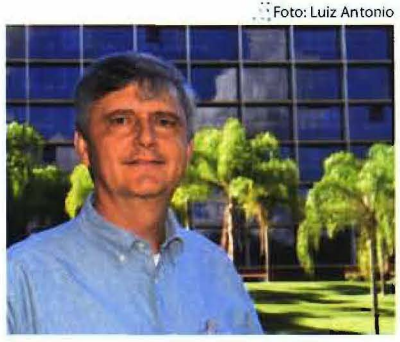
Cores em todos os matizes e em todos os lugares

Joaquim Torreão Braz, arquiteto do Tribunal, participou da solenidade de lançamento da pedra fundamental, que ocorreu no dia 21 de junho de 1989. Ele conta que o landi foi plantado ali em substituição a outra árvore, plantada pelo então presidente do STJ, ministro Gueiros Leite, no dia do lançamento, mas que não sobreviveu.

"A árvore plantada pelo ministro Gueiros Leite era uma quaresmeira, mas, como aqui virou um canteiro de obras, ela acabou não vingando. Tempos depois foi plantado o landi, que é mais resistente", esclareceu.

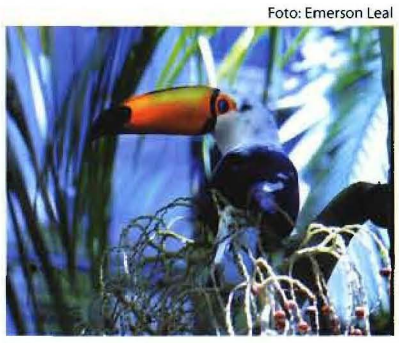
Em homenagem à árvore original e ao ministro Gueiros Leite, foi plantada outra quaresmeira roxa, localizada próximo ao espelho d´água. A exuberância das flores, principalmente no período de janeiro a abril, é impossível passar despercebida.

Foto: Luiz Antonio



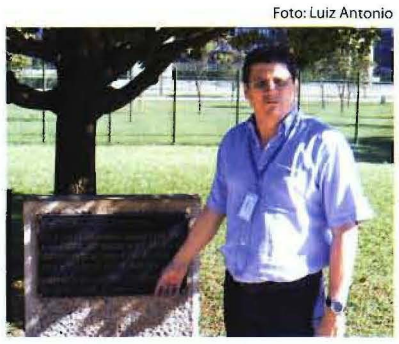
Milton: valorização da flora nativa

Foto: Emerson Leal



Visita ilustre e exibida

Foto: Luiz Antonio

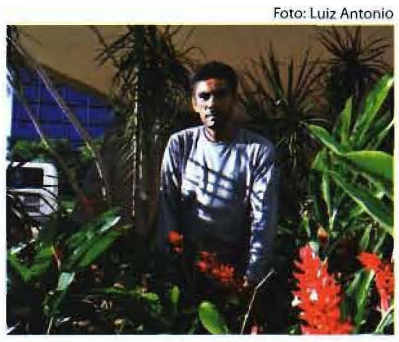


Joaquim: ponto de partida

Foto: Luiz Antonio

Paz às atribulações do dia a dia

Foto: Luiz Antonio



Aniel: um dos "meninos do dedo verde"

Os servidores da casa são unânimes em dizer que o ambiente reflete na produtividade e no comportamento dos colaboradores. Lina Menezes, que trabalha como taquígrafa, conta que em dias estressantes, principalmente naqueles em que as sessões se estendem até tarde, costuma andar pelos jardins. "Olhar o verde e ouvir o canto dos pássaros me ajuda a relaxar", diz a servidora.

Visitantes ilustres

Os pássaros, realmente, estão por toda parte. Tem sabiá, bem-te-vi, quero-quero, beija-flor e até joão-de-barro que, seduzido pelo nosso verde, decidiu fazer sua morada por aqui. A casinha fica perto da Taquigrafia, um capricho.

Corujas, gaviões e, acreditem, um tucano também estiveram por aqui. Este apareceu nos jardins suspensos do ed. da Adminstração. Ninguém entendeu como, mas o porquê não era difícil deduzir, ele estava, simplesmente, sentindo-se em casa.

Até uma onça suçuarana foi vista rondando o Tribunal. Flagrado por câmera da Segurança, o animal andava pelo bosque atrás do prédio da Administração, mas, tímido, contentou-se com os seus 15 minutos de fama, sem ser capturado.

Manter esse ambiente saudável requer dedicação, perícia e também amor. O supervisor de jardinagem, Aniel Barros de Sousa, que trabalha há 14 anos no STJ, conta que as plantas apenas retribuem o carinho que recebem, não apenas de quem cuida, mas também de quem as admira. "As plantas têm vida, elas sentem. Quando a gente dá amor, elas desenvolvem, por isso que o jardim do STJ é tão bonito". ▪

Danielle Lombardi
danielle.lombardi@stj.jus.br

Sede mescla beleza arquitetônica a obras modernas

Alimento para a alma

Uma floresta imaginária, com árvores baixas e retorcidas, como as do cerrado. Assim foi definida a fachada do STJ pela artista plástica francesa Marianne Peretti, que assina a obra. Estendida sobre um vão livre de 60 metros de comprimento, a fachada possui colunas de diversas espessuras, que são as árvores, e entre as colunas foram colocados vidros fumês recuados, que, também segundo a artista, transmitem um sentimento de privacidade, afastamento e calma.

A obra de Peretti é o cartão de visitas do STJ, mas há muito mais o que se ver no Tribunal. Quem entra e sai todos os dias, ou só vem aqui para acompanhar julgamentos, muitas vezes nem repara no que está à volta, mas basta um passeio rápido pelo Tribunal, e um olhar mais atento, para se surpreender. O STJ reúne um belíssimo acervo de obras de arte criadas por artistas consagrados, brasileiros e estrangeiros.

Marianne Peretti também compôs a *A Mão de Deus*, vitral localizado no Tribunal Pleno. Com 32 metros quadrados, a obra simboliza a proteção e o olho atento do Criador aos trabalhos desenvolvidos no Tribunal.

O artista plástico carioca Luiz Antônio Vallandro Keating é outro nome que deixou sua marca no STJ. É dele o painel O Homem é a Medida de Todas as Coisas, localizado no Salão de Recepções, no primeiro pavimento do edifício dos Plenários. O autor da frase do painel é o filósofo Protágoras (480/410 AC).

Joaquim Torreão Braz, arquiteto do STJ, explica o significado: "Se o homem é a medida de todas as coisas, como parafraseou o artista em relação ao filósofo Protágoras, então todos os obstáculos devem ser relativizados para que exista justiça".

Athos Bulcão

Saindo do Salão de Recepções, siga para o edifício Ministros I, pegue o elevador para o nono andar. Ali é possível apreciar o painel de azulejos de Athos Bulcão. Responsável por dar vida às curvas de concreto projetadas por Oscar Niemeyer, Bulcão tem mais de 250 obras espalhadas por Brasília. No STJ, temos o privilégio de conviver com duas delas. Além do painel de azulejos, o teto ornamentado com placas metálicas em cor de bronze, no Tribunal Pleno, também foi projetado por Bulcão.

De acordo com Guilherme Hudson, coordenador de Engenharia e Arquitetura do STJ, Athos Bulcão também projetou um painel em relevo de madeira pintada para ser instalado sobre uma das paredes internas do Auditório, mas que nunca foi executado. "A maquete do painel está conosco, ele poderá ser executado assim que a Administração Superior do STJ decidir tirá-lo do papel", disse.

Foto: Sandra Fado

Concreto armado? Não. Uma floresta imaginária, curvas sinuosas e sensuais, visão mais moderna da Justiça, que perde, um pouco, sua rigidez, disse Perreti

Anjo, poesia e cores

Outra obra que merece destaque é o *Santo Anjo*, escultura em madeira de Gotfredo Thaler, artista de Santa Catarina. A peça foi doada ao STJ pelo advogado Octávio Aládio Vaz, por intermédio do ministro Humberto Gomes de Barros, que, em homenagem à obra, escreveu um poema também intitulado *Santo Anjo*. Para acolher a escultura e o poema, foi construída a Praça do Anjo, localizada no pilotis do edifício dos Plenários, próximo ao Auditório.

O projeto de ambientação do STJ também tem um nome de peso: foi totalmente elaborado pela arquiteta e designer de interiores Anna Maria Niemeyer, filha única de Oscar Niemeyer, falecida em junho de 2012, seis meses antes do pai. Todos os ambientes de trabalho das diversas secretarias do Tribunal, gabinetes, salas de julgamento e o mobiliário especial, como as bancadas dos *halls* de elevadores, as mesas das salas de julgamento e do Tribunal Pleno e as bancadas do Auditório e da Sala de Conferências, foram projetados por ela.

Anna Maria Niemeyer também foi a responsável pela escolha das poltronas, das cores e dos materiais de acabamento de todas as salas de julgamento e dos auditórios do STJ.

Além das obras de arte que fazem parte do acervo do Tribunal, o Superior Tribunal de Justiça disponibiliza a novos artistas a Sala de Exposições Temporárias. Tem sempre algo novo e interessante no Espaço Cultural, vale a pena ficar de olho na programação.

A arte no STJ, além de compor o ambiente forense, também ajuda a motivar servidores e magistrados no trabalho diário. Admirar essas obras é se alimentar de inspirações, sensações e reflexões. E quanto mais, melhor, porque não engorda e só faz bem! ▪

Danielle Lombardi
danielle.lombardi@stj.jus.br

Foto: Saulo Cruz

O olhar atendo do Criador sobre o STJ

Athos, o artista de Brasília: obras feitas para o convívio com a população

Foto: Luiz Antonio

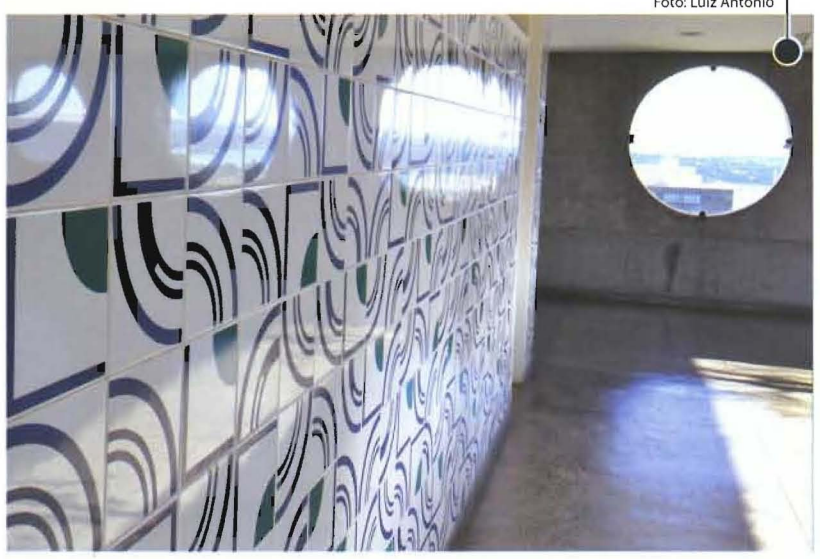
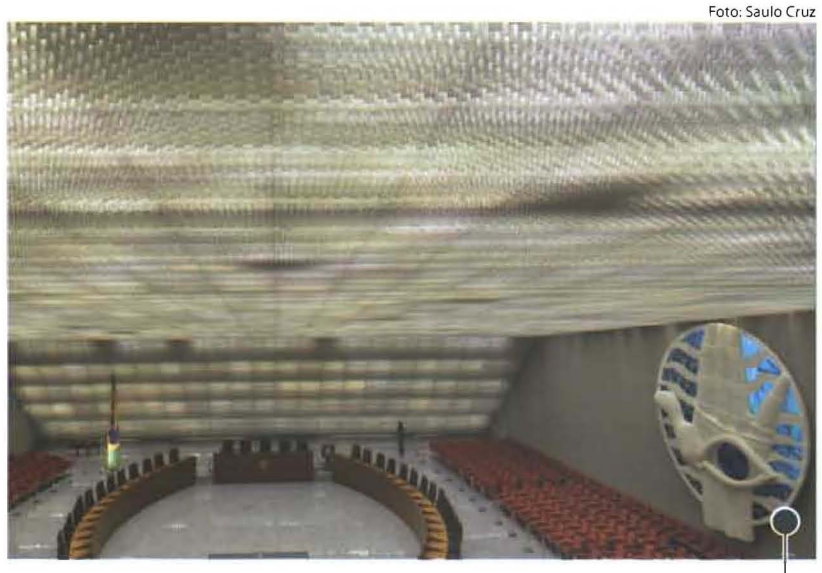


Foto: Moreno

Mais que arte, Anjo é ponto para reflexão e orações

Foto: Saulo Cruz



Nos Plenários ou no Pleno, o povo vê a Justiça "de cima"

Foto: Gustavo Lima

Bulcão deixa sua marca também no teto sobre o design de Anna Maria

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho • **Secretário de Comunicação Social:** Armando de Araújo Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Reginaldo França • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Gráfica do CJF • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8278 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVIII • nº 94 AGOSTO 2013

HOMENAGEM

STJ homenageia advogados com ampliação de serviços oferecidos

Amicus curiae

Onze de agosto, dia do Advogado. Nesta edição do *Informe-se*, o Superior Tribunal de Justiça rende homenagem a todos os operadores do Direito, especialmente àqueles que atuam na Casa.

Função essencial à Justiça, a advocacia é a única profissão citada expressamente na Constituição, o que, por si só, demonstra o tamanho da responsabilidade social que os advogados têm nas mãos.

Elo entre o cidadão e os seus direitos, o advogado não só representa seu cliente em uma lide: o desempenho de seu trabalho pode decidir a vida daquele que o contratou.

Por isso, não basta apenas entender de leis. É preciso cumprir prazos, estar antenado com a jurisprudência, acompanhar os processos, conhecer o tribunal onde atua.

O STJ não apenas reconhece essa virtuosa missão, mas entende que também é seu papel favorecer e facilitar o trabalho do advogado.

"Quando o advogado encontra mais estrutura para acompanhar e agilizar o andamento dos processos, o ganho é de toda a sociedade, que passa a ter uma prestação jurídica mais célere e efetiva", diz Jorge Gomes, coordenador de Protocolo de Petições e Informações Processuais do STJ.

Do espaço físico ao virtual, é uma preocupação constante do STJ fazer com que os advogados encontrem apoio e conforto no Tribunal. Nas próximas páginas, você vai conhecer os serviços oferecidos que já existem e as novidades que o STJ vai implementar a partir de agosto. A data, claro, não poderia ser mais oportuna, um presente do STJ a todos os advogados, verdadeiros **amigos da Corte**.

Um novo espaço

O que já era bom ficou ainda melhor. Para marcar a data, a Sala de Serviços Judiciais, ambiente on-line que oferece acesso rápido a serviços e informações do Superior Tribunal de Justiça, passou por reestruturação, ganhou cara e nome novos: agora é Espaço do Advogado.

De acordo com o secretário judiciário do Tribunal, Antonio Augusto Gentil, a formatação anterior não atendia satisfatoriamente as necessidades dos advogados. Existiam deficiências de conteúdo e de organização espacial dos ícones que dificultavam a navegação e a busca por informações. "Partindo dessa perspectiva, o STJ desenvolveu estudos visando à reestruturação do seu sítio eletrônico, tendo como foco o advogado. Com essa iniciativa, esperamos aperfeiçoar o canal de comunicação com os profissionais da área jurídica, oferecendo informações e serviços indispensáveis ao exercício da advocacia, num ambiente amigável e acessível a todos", explica.

Como explica a secretária dos Órgãos Julgadores, Cláudia Beck, o Espaço do Advogado reunirá em um ambiente virtual único as principais informações solicitadas pelos advogados e por outros usuários da página eletrônica do Tribunal. Íntegra de acórdãos, plantão judiciário, precatórios, legislação aplicada, entre outras informações, estão a um clique. Acessou o Portal do STJ, entrou no Espaço do Advogado, pronto, está tudo ali.

Para desenvolver esse novo ambiente, foi criada uma verdadeira força-tarefa. As Secretarias dos Órgãos Julgadores, Judiciária e de Jurisprudência em parceria com as de Comunicação Social e de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica trabalharam juntas para criar um espaço virtual que refletisse melhor a realidade da Corte e as principais demandas dos jurisdicionados.

"Os dados serão fornecidos pelas unidades ligadas à área fim (entre as quais se inclui o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos), no âmbito de suas respectivas atribuições, possibilitando a obtenção das informações de forma prática e simples. Dessa forma, o usuário poderá ter acesso a informações processuais em geral, ao funcionamento das sessões de julgamento, à metodologia de pesquisa de jurisprudência e recursos repetitivos, por exemplo, sem necessidade de deslocar-se a cada uma das unidades responsáveis por esses procedimentos", conclui Cláudia.

Lourdes Costa e Silva, integrante da equipe da Comunicação Social que gerenciou o projeto, concorda. "O objetivo é facilitar o acesso dos jurisdicionados aos serviços oferecidos pelo Tribunal", diz. A quantidade de *links* de acesso rápido, por exemplo, passou de nove para 22. A ideia, complementa, é "concentrar todas as ferramentas e informações que o advogado precisa em um único lugar, para que ele não perca tempo procurando pelo *site*". ▪

Danielle Lombardi
danielle.lombardi@stj.jus.br

Veja as principais mudanças:

1. Guia de Orientação ao Cidadão
Espécie de cartilha passo a passo com informações que vão desde os trajes permitidos no STJ às custas processuais. O guia foi criado para ser um verdadeiro manual do jurisdicionado. Com linguagem didática e de fácil entendimento, ajuda advogados e cidadãos a entenderem o funcionamento do STJ. Preparamos uma matéria especial sobre o guia, está na página 3.

2. Perguntas Frequentes
Agora estão organizadas por temas.

3. Calendário de Sessões do dia
Estrategicamente posicionado na página inicial, mostra os horários das sessões e as pautas do dia.

4. Quadro de Avisos
Canal direto com os advogados, traz novidades e informações, sempre quentinhas. Saiu uma resolução nova? Vai direto para o Quadro de Avisos!

5. Gerenciador de favoritos
O advogado poderá criar *links* de acesso rápido com as páginas que mais acessa no *site*.

6. Pesquisa de Jurisprudência
Foram criados botões para dar mais visibilidade à pesquisa detalhada de jurisprudência e processos. O usuário pode fazer uma busca mais direcionada, com a possibilidade de especificar os dados da pesquisa, o que não pode ser feito na busca rápida.

7. Informativo de Jurisprudência
Agora as edições estão organizadas por ano e agrupadas em um mesmo arquivo.

Rapidez, agilidade e segurança nos novos processos

O futuro é agora

A informática chegou e alterou tudo o que estava vigente há muitos anos. Velhos métodos perderam totalmente o sentido diante da modernidade oferecida pela nova tecnologia. Mudanças se fizeram necessárias em todas as esferas, inclusive a jurídica.

O primeiro passo para uma nova Justiça foi dado pelo Legislativo com a Lei 11.419/2006, que entrou em vigor em março de 2007. A lei trata da informatização do processo judicial, fazendo com que tribunais e operadores do direito se adequem à nova realidade, muito mais ágil e segura.

Pioneiro na virtualização dos processos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi o primeiro órgão do Judiciário a se ajustar à lei. Além de estabelecer orientações sobre a citada legislação, norteando com suas decisões a implementação de novo sistema, ele foi fundamental para divulgar a necessidade de implantar o processo eletrônico em outras cortes do país.

Com a legislação em vigor e a vontade conjunta de implementar uma solução, foi criado o Processo Judicial Eletrônico. Coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça em cooperação com os tribunais, o sistema padroniza os atos processuais de acordo com a lei. Ele modifica completamente o trâmite processual e possibilita a uniformização, celeridade, economia, sustentabilidade, segurança e o acesso antes inexistentes e desvinculadas de deslocamentos e da presença física nos tribunais. Hoje é possível acesso ao sistema 24 horas por dia, sete dias por semana.

Fotos: Luis Antonio

Um grupo especial é responsável pelo sucesso da digitalização: quase 100% dos processos já são virtuais

Redução de problemas

As mudanças decorrentes da implantação do processamento eletrônico são impressionantes. O processo físico levava, em média, 100 dias para ser distribuído. Atualmente, com a eliminação das "fases mortas", que incluem movimentação entre gabinetes e secretarias, transporte, armazenamento, carimbos etc, são seis dias para chegar ao gabinete do relator.

A facilidade de consulta também deve ser ressaltada: tanto os ministros, que podem acessar o processo durante a sustentação oral ou a leitura do voto por um de seus pares, quanto as partes, que podem acessar simultaneamente os autos, beneficiaram-se da informatização.

Outro ponto importante é a substituição dos processos em papel pelos digitalizados, economizando espaço, diminuindo problemas de saúde causados pelo manuseio dos antigos autos, muitas vezes com vários volumes, e respeitando o meio ambiente. As mudanças alcançaram o mobiliário, antes sobrecarregado pelo peso dos autos físicos, reduzindo a fabricação e consertos constantes.

Modelo de sucesso

Os primeiros passos do STJ para a modernização foram dados pelo presidente à época, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, que, em 2007, introduziu o sistema de peticionamento eletrônico. Em 2008, o ministro Cesar Asfor Rocha, prevendo uma economia de R$ 20 milhões por ano, estabeleceu uma meta para digitalizar todos os autos.

O projeto, ganhador do prêmio Innovare de 2009 pelo esforço para modernização, começou com a transformação de mais de 4.000 processos, alguns deles com mais de 20 volumes, em arquivos virtuais. Os primeiros processos digitalizados foram recursos extraordinários; a partir de 2009, foi a vez de outras classes processuais. Também naquele ano se iniciou a tramitação eletrônica.

Em 8 de junho de 2009, houve a primeira distribuição eletrônica de processos digitalizados. No dia 25 do mesmo mês, um lote de processos eletrônicos levou dois minutos para chegar do Tribunal de Justiça do Ceará ao STJ. Com mais de 100 mil processos eletrônicos remetidos anualmente pelos tribunais regionais federais e os de justiça, hoje, quase 100% dos feitos em tramitação estão em formato digital.

O sucesso da implementação chamou a atenção da sociedade jurídica internacional. Representantes dos judiciários da Espanha, República Dominicana, Cuba, Peru e Eslováquia vieram ao Brasil conhecer as ferramentas e assinaram acordos de cooperação técnica. O Banco Mundial classificou o processo eletrônico brasileiro como uma boa prática internacional e recomendou o modelo a países que buscam a modernização de seus métodos jurídicos, a exemplo de Senegal e Moçambique.

Mudar é difícil

O novo processo eletrônico gerou alguma resistência, mas hoje a modernização é celebrada. Entre as vantagens estão o aumento do prazo recursal, antes até as 19h e hoje até a meia-noite; facilidade de informar os clientes de tudo o que ocorre no processo; simplificação com transporte, arquivamento, acesso remoto e agilidade na tramitação.

As facilidades, que são muitas para os advogados de Brasília, são ainda maiores para aqueles que se encontram em outros estados. Hoje eles não precisam mais arcar com deslocamentos aéreos, hospedagem ou contratação de um correspondente na capital para peticionar, acompanhar ou ter acessos aos autos.

Para acesso ao sistema, algumas regras devem ser seguidas pelos advogados. Os profissionais precisam estar previamente cadastrados. A Secretaria Judiciária disponibiliza no Portal do STJ a Seção *Tira Dúvidas*, na qual responde a 25 perguntas frequentes relacionadas ao processo eletrônico.

O avanço tecnológico exige ainda outras mudanças e adequações. Em abril de 2013, estabeleceu-se que todos as sentenças estrangeiras deveriam tramitar eletronicamente. Em julho, o atual presidente do STJ, ministro Felix Fischer, determinou os prazos para a universalização da petição eletrônica. ▪

Cecília Barroso
barroso@stj.jus.br

Virtualização de procedimentos beneficia a sociedade

Passo importante pa

Imagine aquela correria para homologar uma petição no STJ. Além de todo o trabalho no escritório e a corrida contra o relógio, ainda há a questão de deslocamento, com trânsito, embarque e afins ou, em outros casos, o despacho pelos correios ou a necessidade de apresentação de originais após um envio via fax. É tanto trabalho que fica difícil de entender por que o número de petições em papel ainda é tão alto.

Mesmo com as facilidades e benefícios que vieram com o novo processamento eletrônico e com mais de 95% dos processos digitalizados, parece que há uma certa resistência em abandonar o papel quando se trata de petição. Se só 3% das ações tramitam hoje em papel, por que 70% das petições são homologadas fisicamente?

Visando mudar esse quadro, o presidente, ministro Felix Fischer, publicou, no início de julho, a Resolução 14/2013, que regulamenta o processo judicial eletrônico e determina que petições iniciais e incidentais sejam recebidas e processadas exclusivamente de forma digital. A medida, que aumenta a segurança e agiliza o processamento dos feitos, será tomada em duas fases distintas.

Num primeiro momento, os advogados terão até outubro para se preparar para as mudanças. A partir daí, as petições em conflito de competência, mandado de segurança, reclamação, sentença estrangeira, suspensão de liminar e de sentença e suspensão de segurança devem ser feitas eletronicamente. Até maio de 2014, outras classes processuais passam a ter a mesma exigência.

Como peticionar

Antes de peticionar é preciso que o profissional obtenha a certificação digital em uma das muitas entidades certificadoras, possua um cadastro válido no sistema do STJ e tenha instalado em seu computador os programas especificados no próprio site do Tribunal. Cada uma dessas medidas é fundamental para confirmar a autoria, a origem e a integralidade dos documentos apresentados.

Embora pareça complicado, os advogados podem ficar tranquilos. O peticionamento eletrônico é muito simples de ser feito. No Portal do STJ existe uma página especial destinada a esclarecer os passos necessários e as condições básicas para acesso ao sistema de petições. ▪

Cecília Barroso
barroso@stj.jus.br

ade

ra a celeridade

Ilustrações: Carlos Figueiredo

TRIBUNAL

Guia de Orientação ao Cidadão traz o caminho das pedras no STJ

O ABC do Tribunal

O STJ é uma cidade gigantesca. Imagina chegar neste complexo de seis edifícios distribuídos numa área de 138.670,37m², onde circulam mais de cinco mil pessoas, e descobrir que faltou documento? Para impedir situações assim surgiu o *Guia de Orientação ao Cidadão*, mais uma novidade do Espaço do Advogado. Nele, há respostas para questões simples, como o caminho para chegar ao Tribunal, até as mais complexas.

O guia reflete as principais dúvidas que chegaram à Coordenadoria de Protocolo de Petições e Informações Processuais ao longo dos anos, esclarece o coordenador Jorge Gomes.

"Uma compilação de muitos anos de trabalho e informações, com uma linguagem agradável e didática sobre questões bem próprias do direito, para que a parte comece a entender. Às vezes, envolvem assuntos administrativos, de procedimentos, de funcionamento, mas também jurídicos. Todas essas demandas nós catalogamos e resumimos no *Tira-dúvidas* e nesse guia", afirma o coordenador. A servidora Andreia Silveira, que participou da elaboração, completa: "é um resumo de tudo o que interessa ao advogado de forma sistêmica".

Foto: Luis Antonio

Equipe do Protocolo de Petições: onde tudo começa

Além disso, o alcance e a agilidade são diferenciais proporcionados pela nova ferramenta. Em vez de restringir a informação a um único usuário, é possível disponibilizá-la em um meio em que várias pessoas terão acesso, simultaneamente, a qualquer hora e de qualquer lugar, explica Jorge. A publicação traz, ainda, o embasamento legal das informações dadas. "Foi uma preocupação, porque, às vezes, o advogado faz um questionamento e a gente apresenta a fundamentação legal da informação", completa.

O leiaute do guia também foi levado em consideração. A Programação Visual, área da Comunicação Social, fez um estudo gráfico para escolher as cores e letras adequadas, de tamanho e formato que facilitem a leitura. ▪

Karla Bezerra
aredes@stj.jus.br

JURISPRUDÊNCIA

Instrumento de socialização do pensamento da Corte

Disseminação da sabedoria

Você já pensou no que é necessário para chegar aos seus ouvidos aquela música que eleva a alma? Quanto o artista se dedicou para achar os acordes certos, as notas perfeitas, para dar ao seu público uma obra digna dele? O mesmo empenho tem o STJ para oferecer à sociedade uma justiça efetiva e rápida e, assim, encurtar o caminho do cidadão ao seu direito. Para isso, há o trabalho e a dedicação de uma orquestra afinada formada pelos ministros, servidores e colaboradores. Aí se incluem estudos e pesquisas, mostrando o pensamento do STJ sobre cada questão, ou seja, a sua jurisprudência.

As ferramentas e os dados para que os cidadãos e ou advogados obtenham essas pesquisas são disponibilizados pela Secretaria de Jurisprudência. A unidade mantém uma base de dados, com acórdãos, decisões monocráticas, súmulas e informativos de jurisprudência, que pode ser recuperada em pesquisa disponível no Portal do STJ.

A busca pode ser feita por meio da pesquisa livre ou por campos específicos. Segundo a secretária de Jurisprudência, Bárbara Brito, "o sistema seleciona as bases de dados de acórdãos e de súmulas automaticamente, sendo possível modificar a forma de pesquisa conforme a conveniência do usuário".

Neste primeiro semestre, implantaram-se 100% do Projeto Jurisprudência, que automatizou e virtualizou todos os processos de trabalho. Com isso, "a Jurisprudência passou a ser inserida na base de dados com maior rapidez e com menor possibilidade de erros, além de zelar pela responsabilidade ambiental, ao reduzir o consumo de papel em 78,5%", explica Bárbara.

Foto: Luis Antonio

Jurisprudência: agilidade à Justiça

Facilidades a um clique

Toda a jurisprudência do STJ está disponível em seu Portal. Os principais instrumentos de pesquisa estão dispostos nos *links Saiba Mais* e *Dicas*. Para a compreensão dos termos jurídicos, há o Vocabulário Jurídico Controlado (Tesauro Jurídico). "Ao efetuar a pesquisa por meio da caixa de pesquisa livre, o usuário já está utilizando a pesquisa por sinonímia viabilizada pelo Tesauro, tendo como resultado não só a palavra pesquisada, mas também as sinônimas", esclarece Bárbara. O resultado aparece no espelho do acórdão, uma representação gráfica do inteiro teor em diversos campos, com informações sobre as teses jurídicas dos acórdãos analisados.

Base legal – Outras facilidades são a seleção e a organização de súmulas e acórdãos que embasaram as decisões. Abaixo de cada dispositivo legal são transcritos trechos dos julgados relativos ao tema, selecionados até a data especificada, com os *links* para toda a legislação pertinente.

Está na mão – Para agilizar a busca, no *link Pesquisa Pronta*, estão agrupadas pesquisas previamente realizadas, com seus acórdãos, feita em tempo real. Assim, o resultado está sempre atualizado.

Súmulas Anotadas – Permite identificar quais os trechos dos julgamentos embasaram as súmulas.

Índice Remissivo dos Recursos Repetitivos – Reúne os acórdãos dos casos sujeitos ao rito do artigo 543-C do CPC, organizados por ramos do Direito, assuntos e temas específicos, em ordem alfabética.

Informativo de Jurisprudência – Panorama geral, meramente informativo, das decisões mais recentes e daquelas de interesse da comunidade jurídica. Semanal, ele pode ser acessado na página ou recebido pelo Sistema Push.

Revista Eletrônica da Jurisprudência – De responsabilidade do Gabinete do Ministro Diretor da Revista, traz o inteiro teor dos acórdãos proferidos pelo STJ, funcionando como repositório oficial do Tribunal.

Todos os produtos também estão no Espaço do Advogado. ▪

Karla Bezerra
aredes@stj.jus.br

Referência

Exemplo e referência na área jurídica, Tourinho Filho faz sustentação inaugural no STJ

A estreia de um ídolo

Vinte de junho de dois mil e treze. Para Fernando da Costa Tourinho Filho, este não foi um dia qualquer. Na data em que completava mais um ano de vida, o advogado e professor se apresentou diante da Sexta Turma do STJ para realizar sua primeira sustentação oral.

Procurador de Justiça aposentado pelo Ministério Público de São Paulo, Tourinho Filho é consagrado autor sobre Direito Processual Penal, considerado um dos maiores processualistas de todos os tempos. Mas aos 87 anos de vida e décadas de profissão, o mestre dos mestres nunca havia assumido a tribuna de uma corte.

Ao se apresentar aos ministros, Tourinho Filho se desculpou pelo nervosismo e revelou que ocupava o posto pela primeira vez: "Eu estou nervoso porque é a primeira vez que faço sustentação oral", contou.

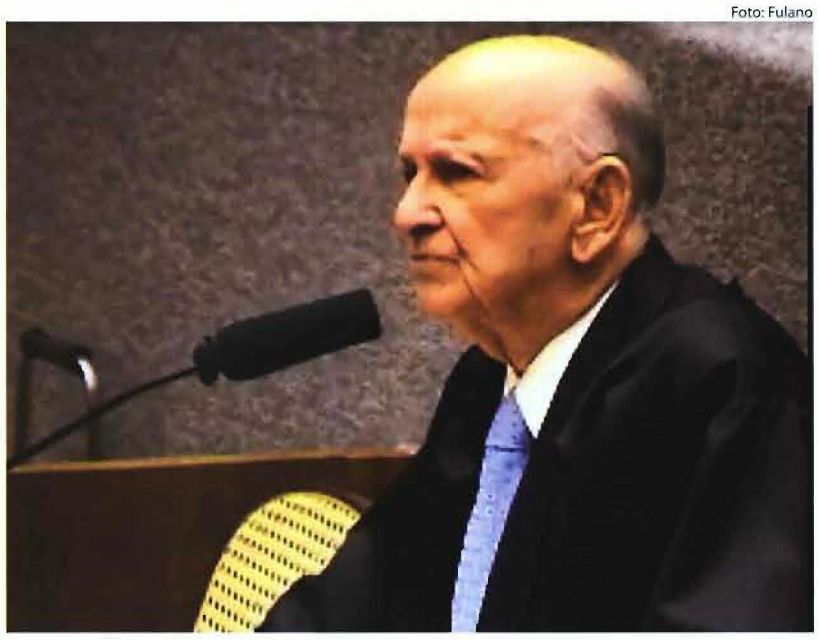
Se a emoção tomava conta de Tourinho Filho, mais ainda da plateia, que apreciava aquele momento único vindo de alguém tão marcante para o Direito brasileiro. E mais emocionado ficou ao ouvir todas as manifestações de apoio e apreço vindas daqueles que têm o mister de fazer justiça.

Ao mestre, com carinho

"Penso que não há uma pessoa com a história de vida que o senhor tem, não há maneira mais feliz de comemorar um aniversário do que num salão de festas como este, no qual o senhor se consagrou. Eu me sinto muito honrado em ter esta feliz possibilidade, e traduzo aqui o pensamento de todos os colegas, de saudá-lo e dizer o quanto todos devemos pelo seu trabalho e a sua árdua distinção pela batalha do processo penal. As palavras ditas pelo presidente da Turma, ministro Og Fernandes, traduziam o pensamento geral.

A emoção também dominou as palavras da ministra Maria Thereza de Assis Moura, decana do colegiado, que revelou ter estudado nos livros do mestre. "A admiração só cresce ao ver essa vitalidade. Essa garotada, esses estudantes estão vendo uma pessoa com essa idade e com essa lucidez. E eu espero viver por tanto tempo com tanta lucidez e que possa sempre ver esta forma tão clara e objetiva de traçar os seus fundamentos", afirmou.

Foto: Fulano



Um mestre iluminado diante de uma plateia embevecida

As homenagens não pararam por aí. Para o ministro Sebastião Reis, "com toda certeza, se não fosse o obstáculo regimental, todos nós teríamos o prazer de passar a tarde inteira ouvindo os seus ensinamentos. Seria uma oportunidade de ouvir de viva voz aquilo que todos nós aprendemos ao longo de nossos estudos".

A ministra Assusete Magalhães também não se calou diante do mestre: "O senhor tem sido, ao longo de muitas gerações, aquele professor iluminado, que tem guiado muitos no caminho pela busca da melhor justiça e da aplicação do direito".

Final feliz

Depois de tantas emoções, e de ser homenageado pelos ministros, o dia não poderia ter terminado de outra maneira: logo na estreia, e apesar do evidente nervosismo, Tourinho Filho venceu o caso que defendia. O advogado livrou seu cliente que respondia a um processo penal, mas que na verdade era apenas um homônimo do verdadeiro bandido.

Com certeza, o êxito obtido por Tourinho Filho não foi sorte de principiante, mas sim resultado de anos de esforço e dedicação à profissão e ao devido cumprimento das leis e da justiça. Um reconhecimento merecido a alguém que sempre se mostrou um exemplo a ser seguido. ▪

Pollyanna Duarte
pcristin@stj.jus.br

Benefícios

Serviços e facilidades em prol da sociedade brasileira

Corre-corre sim, mas com atenuantes

Como a de muitos profissionais, vida de advogado é repleta de compromissos. A partir do momento em que ele disponibiliza seus serviços profissionais, tem início uma verdadeira maratona de providências. Tendo o tempo como um dos concorrentes, ele precisa cumprir exigências importantes e inadiáveis. Mas há o reverso da moeda, no qual lhe são oferecidos suportes que colaboram com o desempenho de suas atividades. E o STJ cria e coloca em prática essas facilidades, como forma de dar à sociedade a Justiça rápida e eficaz a que ela faz jus.

Aplicativos

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), o aplicativo oficial para dispositivos móveis permite a advogados e partes interessadas que a consulta processual seja realizada de modo mais rápido que via *web*. O aplicativo pode ser baixado gratuitamente nos ambientes Apple (em iPhone, iPad, iPod) ou Android (Galaxy S3, Motorola Razr, Sony Xperia, entre outros).

Segundo Osmar Rodrigues de Souza, servidor da Seção de Soluções para a Área Judicial da STI, na primeira versão lançada em novembro de 2012, só era possível fazer a consulta pelo número do processo. Com o tempo, atualizações foram feitas pela STI e o aplicativo foi enriquecido com várias formas de consultas, a partir da mesma tela simples. "O advogado pode pesquisar por OAB, número de registro, número único, classe e número, nome da parte ou nome do advogado. Somente os processos em segredo de justiça possuem restrições", explica o servidor.

No primeiro semestre deste ano, 10.800 *downloads* foram feitos para iPhones e 7.500 em Androids, uma média de 700 consultas feitas por dia a partir desses dispositivos. A área busca incessantemente o aprimoramento constante, de modo que as sugestões são sempre bem-vindas. "Os advogados nos sugerem serviços que facilitam o uso e o aproveitamento da informação e nos ajudam, avisando quando alguma coisa não está funcionando como deveria", conta ainda Osmar. Para fazer isso, basta o jurisdicionado enviar *e-mail* para informacaoprocessual@stj.jus.br ou sac@stj.jus.br.

Sistema Push

Disponível na página do STJ na internet, o Sistema Push é um serviço oferecido para recebimento de informações eletronicamente. A ferramenta – pioneira no serviço público, sendo oferecida desde 1998 – é gratuita e meramente informativos. Através dela, é possível receber informações sobre andamento de processos que tramitam no STJ; notícias publicadas no Portal; informativos de jurisprudência; Revista do STJ; Revista de Súmulas do STJ. O usuário faz tudo sozinho, inclusive se descadastrar, sem a interferência do Tribunal.

Para se cadastrar no sistema, o usuário acessa a página do STJ, clica no *link Consultas*, depois em *Processos*, em seguida em *Sistema Push*. No *link Novo usuário* é só informar o e-mail que deseja utilizar e confirmá-lo no campo seguinte. É preciso definir uma senha a ser utilizada para acesso ao serviço e clicar no botão *Entrar*. O acesso somente pode ser feito após a confirmação de cadastramento, por meio do *e-mail* enviado pelo sistema.

Atendimento ao Cidadão

À disposição para atendimento a advogados e ao público em geral, a Central de Atendimento ao Cidadão (CAC) foi inaugurada em junho de 2012 para esclarecer dúvidas e agilizar os serviços judiciais prestados pelo STJ. A CAC torna realidade, no Tribunal da Cidadania, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), instituído pela Lei 12.527/2011, que assegura o direito fundamental de acesso a informações.

Localizada no térreo do edifício dos Plenários, a Central oferece acesso facilitado aos serviços mais solicitados pelo público externo, com conforto, rapidez e prestação de qualidade, atendendo às necessidades do jurisdicionado, principalmente dos usuários portadores de necessidades especiais, que se deslocam num espaço menor dentro do STJ. A Central reúne em um só lugar o Protocolo de Petições, a Sala de Apoio aos Advogados, Ouvidoria, Defensoria Pública, além de terminais bancários. A CAC disponibiliza informações sobre consultas processuais, visualização de peças dos autos, formas de peticionamento, obtenção de certidões, custas processuais, tramitação eletrônica de processos, homologação de sentença estrangeira, carta rogatória, entre outras informações. Os serviços da CAC são oferecidos de forma virtual (*e-mail*), postal, assim como telefônica, das 9h às 19h, e presencial, das 11h às 19h.

Sala dos advogados

A Seção de Apoio aos Advogados (Sapad), da Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ), atende a advogados de todo o país. São duas salas em que eles podem utilizar, gratuitamente, computadores com acesso à internet para peticionamento eletrônico, pesquisas, *e-mail*, cadastramento para acesso à rede sem fio, além de telefone, fax, escâner, guarda-volumes, mesas de reunião, além de pegar empréstimo de acessórios para equipamentos de informática, como *pen drive*, carregador e cabos de conexão, entre outros.

A Sapad multiplica-se em dois pontos estratégicos do STJ: no segundo andar do edifício da Administração, onde estão as coordenadorias da Corte Especial, Seções e Turmas e também a SOJ, e na Central de Atendimento ao Cidadão. No primeiro semestre deste ano, a unidade realizou mais de 7.500 atendimentos. "A Seção de Apoio aos Advogados atua como um cartão de visitas do Tribunal. Por esse motivo, prezamos por um atendimento de excelência, afinal a primeira impressão é a que fica", ressalta Márcia Moema de Carvalho, chefe da unidade.

Estacionamento de veículos

O STJ concede aos advogados inscritos regularmente na OAB o benefício para estacionar seus veículos, em uma das dez vagas situadas no edifício Ministros I. Para usar o serviço, o advogado deve se identificar na portaria principal do STJ, onde recebe uma credencial que permite o acesso, o qual é permitido em dias úteis, das 8h às 19h. Para o coordenador de Segurança do STJ "essa concessão permite ao advogado um ganho de tempo em suas atividades no Tribunal, considerando a dificuldade em encontrar de imediato uma vaga nos estacionamentos externos". ▪

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-geral:** Maurício Antonio do Amaral Carvalho • **Secretário de Comunicação Social:** Armando de Araújo Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Reginaldo França • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Gráfica do CJF • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8278 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVIII • nº 95 SETEMBRO 2013

ADMINISTRAÇÃO

Aperfeiçoamento contínuo e orgulho institucional regem a gestão

Um ponto no tempo

Tempo de plantar e tempo de colher

Ao comemorar o primeiro ano de gestão do presidente Felix Fischer à frente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o *Informe-se* vem mostrar o que foi feito pelas unidades. Iniciativas de incentivo ao corpo funcional e de celeridade da prestação da Justiça nortearam esse período.

Entre as medidas para melhorar o trabalho está a criação de 193 novos cargos e 513 funções, visando reestruturar o corpo funcional. O estacionamento, um ponto sempre muito debatido entre os servidores, ganhou um reforço de 300 vagas. O problema de evasão dos estagiários para outras instituições também foi alvo de estudo pela Administração, que aumentou o valor da bolsa, equiparando-o ao praticado pelos demais órgãos do Judiciário, e ampliou o programa de estágio com a implantação do turno de seis horas para os estudantes de Direito que atuam nos gabinetes, com valor diferenciado.

Na Biblioteca também houve novidades. Pegar qualquer obra ficou bem mais fácil com a implantação da tecnologia de radiofrequência, com a qual o usuário pode, ele mesmo, pegar ou devolver obras bibliográficas de forma ágil e segura. Também todos os atos normativos do Tribunal foram compilados na BDJUR, com o histórico das modificações, e foram disponibilizadas *on-line* as bases de dados da Editora Forense e da Revista dos Tribunais Online.

As realizações foram muitas em todas as áreas do Tribunal. A Segurança, por exemplo, treinou mais de 350 pessoas para formar a brigada voluntária, intensificou as rondas nas áreas adjacentes à Corte, reduzindo furtos e tentativas, e trocou veículos operacionais para melhorar as rondas externas e demais atividades da área.

Duas novas salas de apoio aos advogados foram inauguradas pela Secretaria de Órgãos Julgadores. E um trabalho conjunto entre ela e outras unidades, como a Judiciária e a Comunicação Social, colocaram no ar o Espaço do Advogado, ambiente virtual que reúne todos os serviços concernentes a esse profissional.

As ações foram tantas que não cabem em uma única edição; serão esmiuçadas posteriormente. Entrevista com o presidente abre o jornal. Na pauta, as medidas feitas para o servidor e a atuação do Tribunal nesses 365 dias. Confira.

A Editora

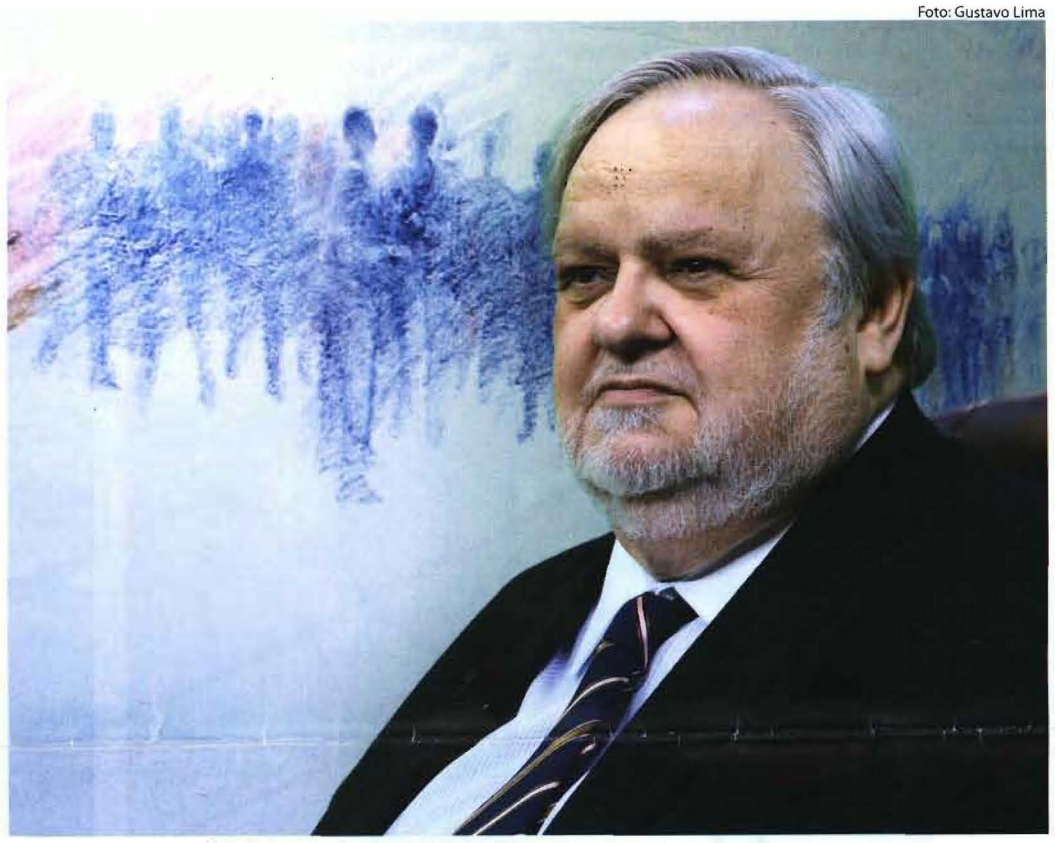
"Minha preocupação não é deixar legado pessoal. Não tenho essa vaidade. Eu penso em termos de equipe e agregação de ideias. Temos que trabalhar como uma família, mesmo que haja desentendimentos internos. Precisamos sempre melhorar a situação e os relacionamentos internos, para atuarmos com muito orgulho. Se a equipe não funcionasse, eu não conseguiria nada". Essa é a mensagem do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Felix Fischer, ao completar um ano de gestão.

"A satisfação é um ponto no tempo. Fazemos uma coisa que nos traz satisfação, mas logo surge um problema... Nós temos limites orçamentários estritos, mas dentro deles buscamos sempre aperfeiçoar o Tribunal. Essa é a preocupação para essa segunda etapa", sinaliza o presidente.

O ministro reconheceu que a atividade no STJ é estressante para todos os colaboradores, em todos os níveis, o que exige motivação alta. Aponta, porém, que dentro das possibilidades da administração, buscou adequar a carga horária e o feriado de fim de ano às práticas de outros tribunais e à lei.

"O objetivo final é a sociedade e o jurisdicionado. O atendimento precisa ser moderno para todos, como nosso Tribunal costuma ser, melhorando continuamente", defendeu. "No momento, as restrições materiais são grandes, mas estamos abertos a demandas dos servidores", completou.

Foto: Gustavo Lima



"Se a equipe não funcionasse, eu não conseguiria nada"

Imagem: www.geoinova.com.br

25 anos

O ministro destacou a atuação da Corte ao longo do último quarto de século. "Não podemos nos fechar em uma redoma e empacar. É preciso identificar os erros e corrigi-los", avaliou. Para o presidente do STJ, a sociedade se esquece que o Tribunal é, na verdade, um desmembramento do Supremo Tribunal Federal e não um sucessor do Tribunal Federal de Recursos (TFR).

"As funções do TFR foram transferidas aos tribunais regionais federais, não ao STJ. Não somos um tribunal de apelação, mas de uniformização, como todo tribunal superior no mundo. Isso não é pedantismo. Não é possível eternizar os processos", destacou.

O ministro defende instrumentos que evitem o ingresso no STJ de causas de menor relevância. Ele exemplifica mostrando que o STF, antes da criação do STJ, quase não tinha jurisprudência sobre locação. "Não se trata de impedir o acesso à Justiça, mas evitar causas que beiram o ridículo, como penhora de pneus ou devolução de panelas. Não há o que uniformizar nesses casos", completou.

Para o presidente, a restrição dos recursos especiais a casos de alta relevância pode permitir que os ministros se dediquem com mais profundidade a matérias mais complexas. Ele também apontou que as causas repetitivas devem ficar reduzidas.

O Tribunal vem trabalhando com um projeto piloto de apreciação antecipada de temas repetitivos, principalmente com processos da Segunda Seção. Nesse trabalho, apenas dois casos geraram mais de quatro mil processos. Desses, 1.200 foram resolvidos pelo Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (Nurer), com menos de cem recursos internos contra essas decisões, que aplicaram a jurisprudência já consolidada para os temas.

Carreira

O ministro Felix Fischer se mostrou aberto a propostas de alteração no modelo de carreira dos servidores. Ressalvando que a questão precisa ser mais bem analisada, propostas como um quadro próprio de servidores para tribunais superiores ou para cada tribunal poderiam ser consideradas se apresentadas pelos representantes da categoria.

"Precisamos analisar bem todos os lados da coisa, se seria a melhor solução, o ideal. Não podemos entrar de cabeça nem ficar eternamente discutindo, mas olhar com atenção e se posicionar", ponderou o ministro Fischer. ▪

Murilo Pinto
laureano@stj.jus.br

Ações voltadas para aproximar o STJ da sociedade marcam primeiro ano de gestão

Um diálogo necessário

Há exatamente um ano, tomava posse como presidente do Superior Tribunal de Justiça, o ministro Felix Fischer. Troca de gestão gera sempre muita expectativa, e não apenas para os servidores da casa, mas para todo o Judiciário. Será uma administração de continuidade e aperfeiçoamento? Haverá o abandono de práticas já consolidadas?

Passaram-se 365 dias e já é possível identificar para qual direção os ventos da nova administração sopram: rumo à modernização!

Ser moderno é acompanhar as evoluções do mundo contemporâneo, buscar novas ferramentas que possibilitem o melhor desempenho das atividades, não ter medo de mudanças e, o mais importante, identificar o momento certo para implementar essas mudanças.

O Judiciário sempre foi considerado um Poder fechado, distante da sociedade. Com as garantias constitucionais de 1988, entretanto, os magistrados perceberam que era preciso mudar. A nova Carta colocava o cidadão como personagem principal da jurisdição e não havia mais espaço para uma postura de distanciamento. Para acompanhar essa transformação político-social e, sobretudo, dar efetividade aos anseios da Constituição, seria preciso aproximar o Judiciário do cidadão para que este pudesse conhecer e reivindicar seus direitos.

Em 2013, a Carta Magna completa 25 anos. A evolução do diálogo entre Judiciário e sociedade é visível a olho nu, só que a Justiça não pode deixar de ser moderna, precisa acompanhar os passos velozes das transformações sociais, culturais e tecnológicas, que não param.

Pelo rádio, pela televisão e pela internet, o STJ mantém contato direto com o cidadão. E, nesse primeiro ano de gestão do ministro Fischer, foi possível perceber que essa aproximação tem prioridade alta.

Fotos: Luis Antonio

Estúdio de TV: daqui saem as matérias do *STJ 25 anos*

Comitê de imprensa

Parceira fundamental nesse diálogo entre o STJ e a sociedade, a imprensa passou a ter um espaço exclusivo no Tribunal: o Comitê de Imprensa, inaugurado em novembro de 2012. Em dia de julgamento, ao final de uma cobertura, era possível ver jornalistas espalhados, escrevendo suas matérias de forma improvisada.

"Com o Comitê, os jornalistas passaram a ter um espaço específico. A nossa intenção, além de receber melhor a imprensa, é ver nossas decisões, as decisões dos ministros, o dia a dia do STJ, divulgados de maneira mais rápida, mais eficaz", explicou o secretário de Comunicação Social do STJ, Armando Cardoso.

"Inúmeras vezes encontrei jornalistas utilizando, desconfortavelmente, os pisos de nossas dependências como assento e as próprias pernas como mesa, no desempenho das suas atividades. É um ganho para a sociedade a imprensa ter um espaço para trabalhar de forma digna", comentou o presidente.

O jornalista Luiz Orlando Carneiro, setorista do *Jornal do Brasil*, aprovou a iniciativa: "Temos de estar à vontade não só para colher a informação, como para divulgar, mandar para a frente a notícia".

Jubileu de Prata

Prestes a completar 25 anos de criação, o STJ tem aproveitado a passagem de seu Jubileu de Prata para chegar mais perto do cidadão. A Secretaria de Comunicação Social, por meio das coordenadorias de imprensa, rádio e TV, tem produzido matérias especiais para que a sociedade conheça melhor o Tribunal, suas principais ações e decisões ao longo desses anos.

Na TV e na Rádio Justiça, foi lançado o programa *STJ 25 anos*. De periodicidade semanal, cada edição aprofunda um assunto diferente. Competências do Tribunal, desaposentação e aquisição da casa própria foram alguns dos temas abordados pelos programas.

O público da TV também aumentou! Nesses primeiros 365 dias, o número de emissoras parceiras que retransmitem o programa *STJ Cidadão* passou de 23 para 41.

À Coordenadoria de Editoria e Imprensa, além de publicações especiais no *site*, nas redes sociais e no *Informe-se*, foi confiada a missão de manter os servidores do Tribunal antenados aos eventos e programações do jubileu, que serão muitos até outubro. É importante ficar de olho na intranet!

E, antes de o ano terminar, ainda teremos mais novidades na Comunicação. A equipe do Portal está finalizando a criação da Galeria de Arte, a ser disponibilizada no *site* do STJ com fotos e informações das obras de arte do acervo da Corte. Também será lançado um *hotsite* para as comemorações dos 25 anos do Tribunal.

Poder fechado e inacessível? Esse tempo já ficou para trás. Agora, o que não faltam são portas abertas. ▪

Fotos: Gustavo Lima

Comitê de Imprensa: um espaço à altura do trabalho dos jornalistas

Fotos: Moreno

***Cidadania no Ar*: especial dos 25 anos das ondas do rádio para você**

Danielle Lombardi
danielle.lombardi@stj.jus.br

CELERIDADE

Medidas inovadoras conferem mais celeridade a julgamentos e beneficiam a sociedade

Combate à morosidade

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (Nurer). Este é o nome da unidade criada, em 14 de janeiro deste ano, pelo ministro Felix Fischer, presidente do STJ.

O Nurer foi instuído pela Resolução 2 do STJ, em cumprimento à Resolução 160/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou a criação de um núcleo em cada um dos tribunais brasileiros, tendo como atribuição principal uniformizar, dentro de sua estrutura, o gerenciamento dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

Para tanto, o Nurer monta um banco de dados com todos os processos judiciais com teses submetidas a julgamento sob o rito da repercussão geral (recurso extraordinário no STF) e dos recursos repetitivos (recurso especial no STJ). Esse trabalho facilita e agiliza os trabalhos dos ministros no julgamento das demandas decididas sob esses procedimentos processuais.

A decisão do STJ nesses recursos é uma diretriz para os tribunais que estão com processos parados. Recursos contra decisões que estiverem de acordo com a tese firmada no repetitivo não serão analisados aqui.

Vinculado permanentemente à Presidência do STJ, o Nurer é formado principalmente por servidores da Casa. A unidade faz um levantamento para saber com exatidão quantos são os processos sobre determinada matéria que já está afetada a julgamento sob o rito dos recursos repetitivos nos tribunais do país. O Nurer recebe essas informações e as integra, o que faz dele um órgão de informação central que facilita a gestão dos dados.

"A importância dessa unidade está na sua função de filtro ou barreira à entrada de milhares de recursos que chegam diariamente ao STJ, evitando que aportem nos gabinetes dos demais ministros do Tribunal, deixando para eles a tarefa de analisar as questões mais complexas e que demandem um maior estudo e aprofundamento, propiciando uma Justiça mais efetiva, menos burocrática e com procedimentos mais objetivos e céleres", explica Diogo Rodrigues Verneque, assessor-chefe do Nurer.

O servidor explica ainda que o núcleo também realiza o trabalho cartorário típico das atividades desempenhadas pela Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ) de todos os processos que passam pela unidade, tais como a publicação das decisões exaradas pelo presidente, expedição de intimações, telegramas e ofícios, juntada de petições e recursos, atendimento a advogados e público externo e a baixa dos processos.

Nesses seus primeiros oito meses de funcionamento, a unidade já apreciou quase dez mil processos. Ela substitui o Núcleo de Procedimentos Especiais e se alia a outra medida implantada pelo ministro Fischer este ano: a Resolução 5, que dá poderes aos presidentes das Seções do STJ julgarem matérias pacificadas nos respectivos colegiados, antes mesmo da distribuição a um relator específico, atividade que anteriormente era exclusiva do presidente do STJ.

Segundo Verneque, "além do compartilhamento da atribuição do presidente, a norma possibilita ao Tribunal devolver à corte de origem os processos enviados nas temáticas dos recursos repetitivos mas que ainda não tiveram o mérito julgado aqui e estão sobrestados no STJ e também aqueles que já foram distribuídos e que já versam sobre matéria repetida, mas que já têm o mérito julgado". ▪

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

Tecnologia em prol da sociedade

Um ano de avanços

No momento em que todo o Judiciário brasileiro começa a se utilizar da tecnologia para aprimorar a prestação jurisdicional, o STJ desponta como uma das principais referências no assunto. O Tribunal foi o primeiro a implementar a digitalização dos processos, contando hoje com mais de 97% de seus autos em versão digital, e tem um papel fundamental na utilização da nova tecnologia, seja com sua jurisprudência sobre a aplicação da legislação, seja como modelo de implementação do processo eletrônico.

Em seu primeiro ano à frente do STJ, o ministro Felix Fischer manteve a informatização como um de seus principais objetivos e adotou medidas importantes para sua continuidade, como a obrigatoriedade do peticionamento eletrônico, que terá sua primeira etapa concluída em outubro; a implementação do Modelo Nacional de Interoperabilidade e a adequação à Tabela Unificada de Movimentos.

Entre esses e outros avanços tecnológicos está o desenvolvimento de aplicativo oficial para dispositivos móveis que permite a consulta processual mais rápida que via web, podendo ser baixado gratuitamente nos ambientes Apple (iPhone, iPad, iPod) ou Android (Galaxy S3, Motorola Razr, Sony Xperia, etc).

Foto: Moreno

Leonardo aponta aquisição de novos servidores em breve

Físico x virtual

No início de julho, o ministro presidente publicou a Resolução 14/2013, que torna a petição eletrônica obrigatória. Seu objetivo era modificar a realidade atual, na qual somente 3% dos processos tramitam fisicamente, mas 70% das petições homologadas são em papel.

A obrigatoriedade exigiu algumas providências do STJ. O atendimento às demandas externas tornou-se uma prioridade da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), que elaborou dois manuais, um com orientações ao advogado, em parceria com a Secretaria Judiciária (SJD), e outro técnico, para uso interno. Além disso, investiu em melhorias para agilizar a solução de problemas e criou um sistema de registro do peticionamento para acompanhar as ações dos advogados na aplicação.

Esta primeira etapa, que se encerra em outubro, embasará uma análise de dimensionamento de infraestrutura. Para a segunda etapa, a STI programou o redesenvolvimento do sistema, com manutenção do programa e inclusão de novas tecnologias que melhorem seu uso, identifiquem problemas e possibilitem novas funções, como o registro de dados de protocolo e petições customizadas.

Todos conectados

O STJ participa, junto com equipes técnicas de vários outros órgãos, da definição do Modelo Nacional de Interoperabilidade. Esse modelo estabelece padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e similares entre os administradores da Justiça e serve de base para a implementação de funcionalidades relacionadas ao sistema processual.

O Tribunal tem cumprido a agenda definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas o cronograma prevê ainda a definição de órgãos de interesse, funcionalidades a serem implementadas e a adequação a uma tabela de documentos unificada. Algumas integrações, como o recebimento de petições da Procuradoria-Geral da República, já foram implementadas; outras, como a baixa de processos para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o envio de processos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região para o STJ, estão sendo implementadas.

Tabela única

Outro passo importante da gestão foi a adequação à Tabela Unificada de Movimentos Processuais, definida em 2007 pelo Conselho Nacional de Justiça. Ao explicar as modificações ocorridas, o secretário de TI, Leonardo Alam da Costa, comparou o processo ao impulso elétrico de um sistema nervoso, com as fases processuais agindo como sinapses de um neurônio: "Estamos revendo todo esse sistema nervoso central, ou seja, as ligações entre os sistemas estão sendo completamente reconstruídas".

"Desde o modelo de banco de dados às interfaces visuais, passando pelas estatísticas e relatórios, tudo que se refere a lançamento ou utilização de fases está sendo alterado ou refeito, o que inclui modificações complexas em, no mínimo, 21 módulos do sistema Justiça", afirma o secretário.

Além do processo

Os avanços tecnológicos vão além do campo processual. Muita coisa mudou no último ano no Tribunal da Cidadania e outros avanços estão a caminho. No próximo ano, a velocidade da conexão à internet quase triplicará, com a aquisição de dois *links* de 300 Mbps.

O Tribunal também mantém os sistemas operacionais e aplicativos em constante atualização. A migração da infraestrutura da rede sem fio para a tecnologia mais recente disponível no mercado está em conclusão, os métodos de *backup* foram atualizados e a área de armazenamento ampliada. Novos servidores também serão adquiridos em breve.

Entre as sessões que se beneficiarão com as novas tecnologias está a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS). O sistema antes utilizado exclusivamente para anamnese médica, formando um cadastro completo do paciente, agora também será adaptado à Odontologia, deixando o cadastro médico dos servidores ainda mais completo. ▪

Cecília Barroso
barroso@stj.jus.br

Medidas inovadoras conferem mais celeridade a julgamentos e beneficiam a sociedade

Uma boa colheita

Peticionamento eletrônico, Espaço do Advogado, aperfeiçoamento do Processo Virtual da página da Jurisprudência e do Sistema Push, aplicativos móveis. Essas foram algumas das sementes plantadas nesse último ano, para facilitar o trabalho dos advogados e levar uma Justiça mais célere e efetiva ao cidadão.

Os recursos e ferramentas disponibilizados pelo STJ, exigidos pelos avanços da sociedade, transformaram esta Corte em referência na área de tecnologia.

Para José Saraiva, advogado que atua no STJ há mais de 20 anos, "a jurisprudência do Tribunal e a página que assegura o acesso à jurisprudência é um exemplo. Não só para os advogados, mas para todos que precisam de uma orientação jurisprudencial".

O advogado reconhece: "Tem sido progressiva a atenção que o STJ vem dando aos advogados" e é visível que "a gestão do ministro Felix Fischer tem tido uma preocupação crescente com a advocacia".

Foto: Moreno

Saraiva alerta para dados seguros

Foto: Moreno

Bueno: "serviço de excelência"

Vanguarda

Pioneiro na virtualização dos processos, o STJ orientou e disseminou a prática aos demais tribunais. E hoje colhe os frutos, com a aprovação de advogados que atuam na Casa.

"Eu vejo o STJ como um Tribunal de vanguarda", afirmou o professor e advogado Alexandre Catarino. "Acho que, do ponto tecnológico, ele facilita muito o trabalho dos advogados que não moram em Brasília. Eu posso, com um custo mais reduzido, atuar com facilidade e assim garantir a tutela dos direitos dos clientes", completou.

O advogado Lucillo de Almeida Bueno avaliou o serviço oferecido pelo Tribunal como sendo "de excelência". Para ele, "a cada ano que passa se torna mais célere".

Apesar de ter quase 100% dos processos tramitando em meio virtual, 70% das petições ainda são apresentadas em papel. Para solucionar o problema, o presidente do STJ, ministro Felix Fischer, determinou que as petições iniciais e incidentais fossem recebidas e processadas somente digitalmente.

A medida foi comemorada por operadores do Direito, como Eneida de Vargas Bernardes, advogada que atua no STJ há quatro anos. Ela afirma que o sistema "funciona maravilhosamente bem. Eu só peticiono via eletrônica".

Ganho de tempo

Gladstom de Lima Donola, advogado que milita na Casa desde 1998, acha o peticionamento eletrônico "um facilitador fantástico". O motivo ele explica: "Porque eu consigo fazer 90% de tudo do meu escritório. É um ganho de tempo".

O advogado José Saraiva elogiou os aplicativos disponíveis para *iPhone*, *iPad* e sistemas *Android*. Entretanto ele avalia que o "peticionamento eletrônico encontra dificuldades, pois nem todos os advogados possuem transmissão de dados rápida e suficiente para garantir um peticionamento seguro".

Quanto ao Espaço do Advogado, novidade recém-lançada no Portal da Casa, Saraiva considerou "uma tentativa útil e interessante de sintetizar e juntar em um mesmo espaço todos os serviços que os advogados utilizam".

Foto: arquivo pessoal

Donola: usuário contumaz

Facilidades eletrônicas são oferecidas pelo STJ aos advogados sempre que a tecnologia avança, mas o advogado Gladsom de Lima chama atenção para um diferencial que não tem preço: "A grande qualidade do STJ é o atendimento". ▪

Karla Bezerra
aredes@stj.jus.br

Foco no servidor fortalece a Casa

Motivação: caminho para o sucesso

Racionalização de condutas e motivação dos servidores foram algumas das metas estabelecidas pelo presidente do STJ, ministro Felix Fischer, ao assumir o comando da Corte em 31 de agosto de 2012. Nesses últimos 365 dias, foram realizadas mudanças na área administrativa, na capacitação e na saúde, que tinham dupla missão: ampliar a motivação profissional e estimular a produtividade dos servidores.

O quadro funcional da Casa é composto predominantemente por servidores com formação superior. Dos quase três mil servidores em cargos efetivos, 1667 são técnicos judiciários. Destes, apenas 389 não têm curso superior, mas muitos já estão na faculdade. Todo esse potencial humano precisa estar motivado.

O diretor-geral Maurício Antonio do Amaral Carvalho esclarece: "É um momento de resgatar a autoestima do servidor, de rever os procedimentos do Tribunal e de alcançar a excelência no Tribunal da Cidadania".

Ações normativas

Algumas ações necessitavam de alterações normativas, que não demoraram a ocorrer. O Tribunal aprovou, em novembro de 2012, a Resolução 39, que institui, como feriado, o período de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

A alteração foi um ajuste à Lei 5.010/66. Ampliação foi uma forma de igualar o STJ à situação do CNJ, do TST, do TSE e do STM.

Um mês depois, o STJ publicou outra novidade em relação às férias. Foi a Resolução 49, que determinou ser possível o acúmulo de férias em razão de necessidade de serviço, por no máximo dois períodos, iniciando-se a fruição pelo mais antigo. E 2013 reservou outra surpresa: a jornada de trabalho em julho foi reduzida para cinco horas diárias, com a Portaria 366. E as medidas não pararam por aí.

Saúde do corpo

Em outubro de 2012, o Programa *STJ de Olho na Balança* foi retomado. Servidores e estagiários foram desafiados a emagrecer 5% de seu peso inicial ou a atingir IMC de 23 para os homens e 22 para as mulheres.

O programa foi um sucesso: 514 inscritos e um Tribunal 608Kg mais magro. O coordenador do Programa, Aldemir Mangabeira, comemorou: "A iniciativa visou construir uma cultura de alimentação saudável e ao mesmo tempo criar oportunidades para que este padrão possa ser acessível aos servidores".

Foram dois meses com acompanhamento de atividades físicas e orientação nutricional. Vinicius Marques Arifa, um dos vencedores, garantiu: "Este programa é muito bem pensado. Com ele, pude ter mais controle com os excessos alimentares e mais disposição para a prática de atividade física. Acho que os benefícios vão até para a imagem do STJ perante a sociedade".

Balançando o esqueleto

Para colaborar com esse objetivo e manter a saúde em dia, o *Programa Vida Ativa* implantou duas novas modalidades: Dança de Salão e Circuito Funcional. E as atividades estão disponíveis a todos os cooperadores da casa, conforme explica Leonardo Rodrigues Cunha, coordenador do Projeto.

Cristiane Rocha é uma das participantes do Circuito Funcional, a tividade que pratica duas vezes por semana e que a ajudou muito a diminuir as crises de coluna e a emagrecer. "A iniciativa é muito boa, pois é cômodo por ficar aqui dentro do Tribunal. Saio do expediente e vou para lá direto", afirma.

Exercitando a mente

Pensando em promover a capacitação contínua de seus servidores, no último ano foram 9.373 vagas em 82 eventos distintos, segundo a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas. A grande vitória foi o retorno, depois de quatro anos, do Programa de Bolsas de Estudos de Pós-Graduação.

Foram mais de 200 inscritos e cem selecionados. O chefe da Seção de Eventos Externos e Pós-Graduação, Luiz Augusto Curado Júnior, afirmou que "desses, apenas 70 protocolaram os documentos. Convocaremos, pelo menos, mais 30 servidores e pode ser que consigamos agraciar mais". Para Valmir Domingues, 1º lugar na seleção, "a especialização vai agregar muito na minha formação profissional, contribuindo para o melhor desempenho de minhas atividades". Valmir acredita que "o STJ tem uma gestão moderna, que vê nas pessoas o caminho para o cumprimento de sua missão".

Apenas um clique

O Núcleo de Educação a Distância (Nead) conquistou varias vitórias que facilitaram a vida dos servidores: a migração do Portal EAD para a nova versão do Moodle (2.3); intercâmbio com a ENAP, ILB/Senado Federal e CJF para compartilhar cursos a distância; curso de Regimento Interno elaborado por servidores da Casa, e o lançamento do EaDicas de Português, com uma novidade a cada semana.

A coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas, Waldelice Poncioni, esclareceu que "todos os cursos são avaliados pelos alunos, que tem, em média, 96% de satisfação. A média de conclusão é alta (93%)". A intenção, afirma, é investir em cursos com recursos internos, assegurando "resultados mais voltados às necessidades e à realidade da Casa, com custos reduzidos se comparados com contratações externas".

A servidora Alessandra Pinheiro Schmaltz participou de um curso a distância e declarou que sempre opta por essa modalidade "por questões de praticidade e disponibilidade de tempo". E acrescentou: "esse caráter de autodidatismo é algo que considero bastante produtivo". Breno Lepesquer também usou a modalidade e crê que, no curso a distância, "o aluno segue seu próprio ritmo e, como requer menos gastos para o Tribunal, pode contemplar um maior número de servidores". Além disso, observa, "um servidor bem formado produz mais e com uma melhor qualidade".

Fotos: Gustavo Lima, Luis Antonio e Moreno

Enxergar-se no Tribunal

É preciso se ver no local de seu trabalho. No STJ, a unidade responsável por promover esse fenômeno é a Seção de Ações da Cidadania Organizacional. Neste ano, além da ambientação a novos servidores e da visitação técnica, a unidade criou o programa Vivenciando Valores no Tribunal da Cidadania.

De acordo com o chefe da Seção, Air Oliver Mendes, o objetivo é "vivenciar, por meio de oficinas práticas, os nove valores institucionais vigentes: autodesenvolvimento, comprometimento, cooperação, ética, inovação, orgulho institucional, presteza, responsabilidade socioambiental e transparência".

Já foram oferecidas as palestras *A Arte de Exercer o seu Potencial Máximo*, com Celina Joppert, e *Conversando sobre Conduta e Ética*, com Mário Sérgio Cortella. A unidade desenvolve, atualmente, a Pesquisa de Valores do STJ. O resultado subsidiará a customização de 18 oficinas práticas para 2013, 2014 e 2015, nas quais gestores e servidores poderão vivenciar juntos os valores organizacionais.

Tribunal em festa

Depois de quatro anos sem comemorar o Dia do Servidor – 28 de outubro – o Tribunal teve uma semana de atrações: exposição de trabalhos artesanais dos servidores, oficinas, estandes ambiental e de segurança, palestras e um *hotsite* para conferir em primeira mão as notícias e as imagens da festa.

A servidora Miriam Soares aprovou: "Gostaria de parabenizar nosso presidente pela linda semana de festa". Raquel Galvão, da Seção de Processamento, também gostou: "Esta, para mim, é a melhor Semana do Servidor. Desde que entrei no STJ que não vejo uma semana tão boa".

O grande momento da festa foi a apresentação da sinfonia organizacional. O maestro Valter Lourenção e mais 33 músicos mostraram a importância do trabalho em equipe nas organizações à orquestra afinada que é o corpo funcional do Tribunal. ▪

Karla Bezerra
aredes@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho • **Secretário de Comunicação Social:** Armando de Araújo Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Reginaldo França • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Gráfica do CJF • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8278 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVIII • nº 96 OUTUBRO 2013

MEMÓRIA

Uma nova Justça e novos direitos: conquistas completam 25 anos

Uma constituição para o povo

O Brasil acordava de um pesadelo. Um pesadelo que durou quase 30 anos. Como qualquer despertar de um sonho ruim, não foi tranquilo. Foram 29 anos de opressão e perseguição, que trouxeram ao país e a seu povo consequências negativas que perduram até hoje. O Brasil era uma nação sem voz, onde o medo e a incerteza do futuro imperavam. Uma mudança era necessária.

Em 1985, o poder deixava as mãos militares e voltava a ser civil. Entre as providências fundamentais para a reconstrução do país estava aquela que seria a mais importante de todas: a instituição da Assembleia Nacional Constituinte, aquela que aprovaria uma nova constituição federal três anos depois. Em 5 de outubro, a Constituição Cidadã completa 25 anos.

Depois de anos de ditadura, natural que o foco da nova Carta fosse a democracia. O governo do povo, pelo povo e para o povo.

Ao falar da Constituição, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, hoje aposentado, Carlos Ayres Britto, destaca a determinação da democracia como valor primordial, aquele que faz com que toda interpretação seja feita de acordo com a designação desse movimento do poder. "Metaforicamente, é um deslocamento topográfico do povo que sai da plateia e passa para o palco das decisões que lhe digam respeito", afirma o ministro.

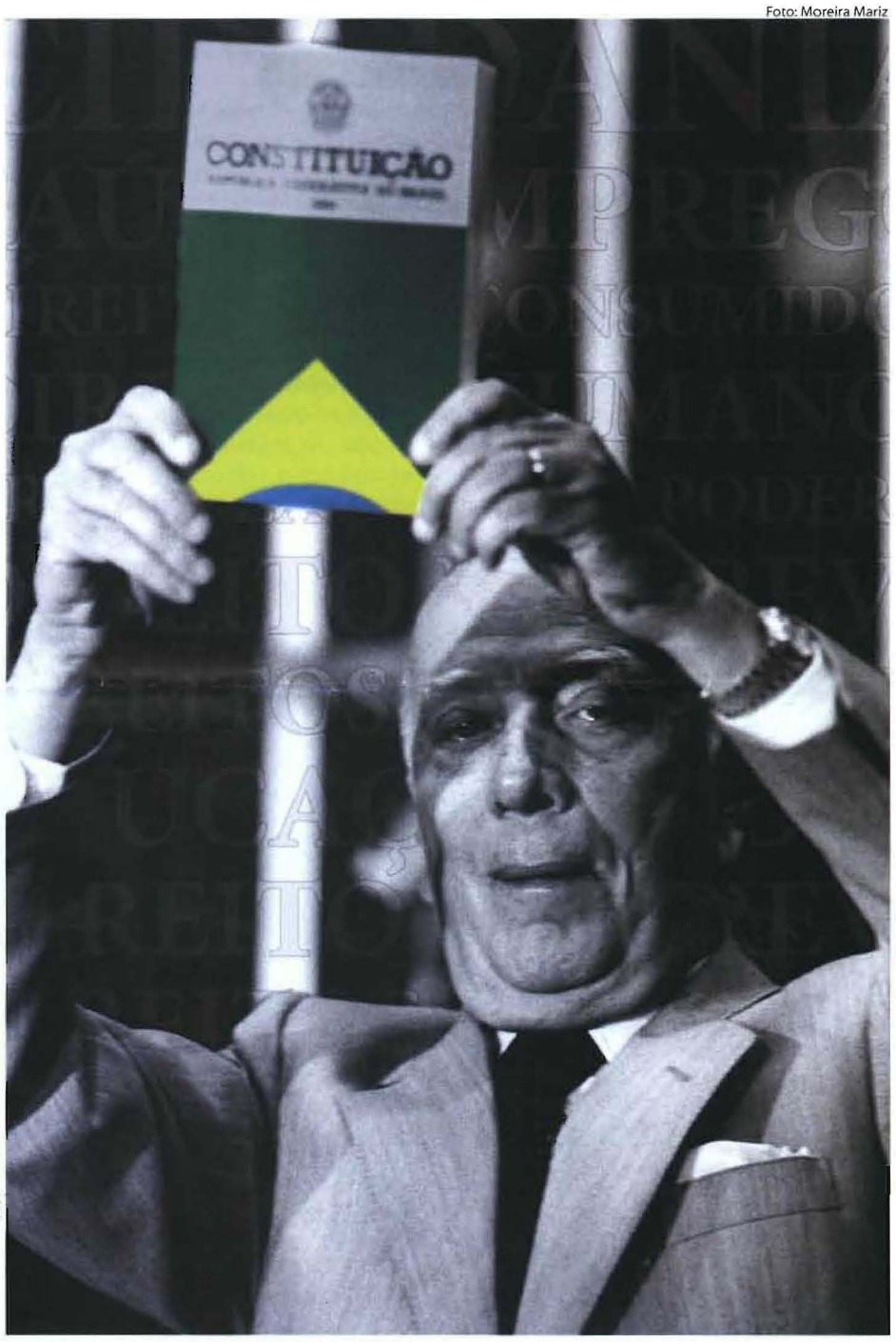
Logicamente, ao definir a democracia como seu valor por excelência, a Constituição de 88 determina como seus dois primeiros fundamentos básicos a soberania e a cidadania. O povo passa a ser soberano, sua vontade está acima de tudo e de todos, e pode, então, exercer sua cidadania. "Pela soberania, o povo decide e, pela cidadania, acompanha o dia a dia do poder público", acredita Ayres Britto. "No plano da cidadania, o povo se inteira das coisas para, no plano da soberania, decidir com qualidade, decidir conscientemente".

A Constituição Federal funciona como ponto de unidade do direito positivo do Brasil. Todos os ramos e normas do direito, sem poder contrariá-la, se direcionam e se submetem a ela. Essa busca pela unidade é fundamental para a estruturação do Judiciário enquanto poder público.

Criação do STJ

Entre as muitas funções da assembleia constituinte que resultou em uma complexa, porém descritiva e ampla Constituição Federal estava a de redefinir a estrutura do Estado. Um novo país precisaria de uma nova estrutura. Uma comissão especial, presidida pelo ministro aposentado Antônio de Pádua Ribeiro, então integrante do Tribunal Federal de Recursos (TFR), foi criada para redesenhar o Poder Judiciário.

Foto: Moreira Mariz



Ulysses Guimarães apresenta a Constituição Cidadã

A nova Constituição previa a extinção do TFR, a criação dos tribunais regionais federais, em cinco regiões pré-definidas, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Última instância da Justiça brasileira para causas infraconstitucionais, a Corte foi criada para uniformizar a interpretação da lei federal em todo país. Com uma Justiça emperrada, com a sobrecarga de julgamentos no Supremo Tribunal Federal (STF), a criação do STJ era um sonho antigo e já tinha inclusive um projeto de lei.

"O antigo TFR fora instituído para solucionar a denominada 'crise do STF', tendo absorvido parte da competência deste. O mesmo ocorreu com a criação do STJ, cujo objetivo foi, também, superar mais uma 'crise do STF', cujo volume de processos nos anos 80 era incompatível com o número de seus ministros", explica o ministro Pádua Ribeiro.

Por ter sua origem na Constituição Cidadã, o STJ ficou conhecido como o Tribunal da Cidadania e, assim como a Carta, veio para reafirmar a democracia.

O *Informe-se* deste mês é uma edição especial histórica. Ele vem mostrar para todos o que foi aquela época, como foi criado o maior e mais importante tribunal infraconstitucional do Brasil e quem foram os protagonistas que fizeram tudo isso acontecer.

Um passeio de volta ao passado, dando àqueles que o vivenciaram a oportunidade de relembrar suas experiências e àqueles que chegaram depois, a chance de saber como foi. ▪

O sim de 359 constituintes

A primeira manifestação concreta em torno de um modelo de reestruturação do Judiciário nasceu em 5 de abril de 1988. Nesse dia, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou, em primeiro turno, a criação do Superior Tribunal de Justiça e um novo modelo de organização para todo o Judiciário brasileiro. Naquela tarde, senadores e deputados definiram por 359 votos favoráveis, a nova estrutura judiciária do país, que seria incluída no projeto de Constituição, promulgada seis meses depois.

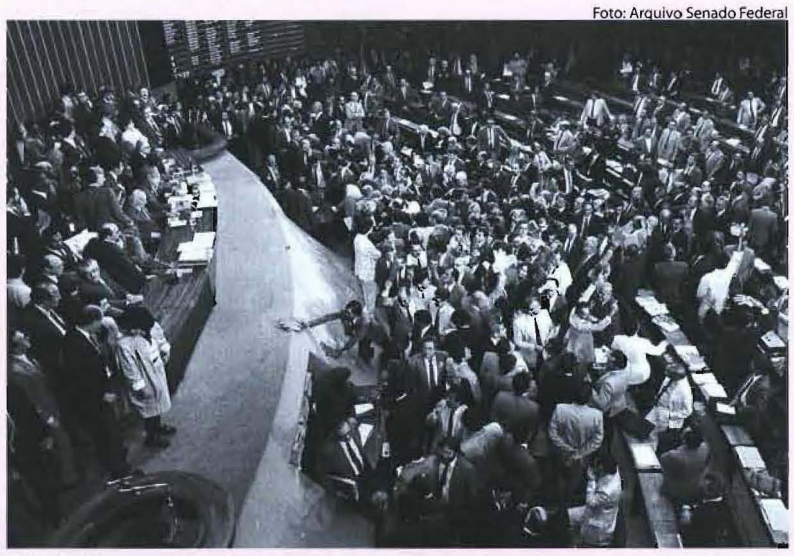
Presidida pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), então presidente da assembleia constituinte e da Câmara, a sessão que analisaria o capítulo do Judiciário deu início aos seus trabalhos naquela tarde, às 14h30. Meia hora depois, o presidente da Constituinte decidia encaminhar a proposta do texto constitucional que extinguia o Tribunal Federal de Recursos e criava o STJ e os tribunais regionais federais.

Sem polêmicas ou controvérsias, a nova estrutura foi aprovada quase à unanimidade, numa sessão histórica, saudada por parlamentares e juristas. "Esse texto é fruto de muita negociação. Ninguém se arriscou a mudá-lo", comemorou o jurista Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses Guimarães na presidência da Constituinte. Nada menos que 27 itens do capítulo do Judiciário na Constituição foram aprovados naquela tarde.

O texto base elaborado pelo Centrão – o poderoso grupo que reunia parlamentares de tendência conservadora, formado ainda no início dos trabalhos da Constituinte – definiu a nova estrutura do Judiciário e foi aprovado sem emendas.

Fonte:
REVISTA MÉRITO, Ano I, n. 1, abril/99

Foto: Arquivo Senado Federal



Nasce um novo Judiciário

Constituição de 1988 consolidou a independência do Judiciário

O caminho da cidadania

Está no artigo 2º da Constituição Federal: "São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". A frase é curta, mas foi uma das principais conquistas da Carta de 88. A independência dos poderes e a sua consequente limitação de atuação, pressupõe equilíbrio, controle do abuso de poder e fortalecimento da democracia.

O Poder Judiciário, antes de se tornar aquele que é preceituado entre os artigos 92 e 126 da Constituição Federal, passou por longos períodos de inexpressividade e subordinação. Nas seis constituições que tivemos antes de 1988 é possível perceber que o Judiciário sempre foi tratado como um poder menor.

A primeira constituição, de 1824, teve como principal característica a supremacia do poder do imperador acima de todos os poderes. Dom Pedro I podia, por exemplo, nomear, suspender e transferir juízes livremente. Nesse período, foi criado o órgão máximo da justiça brasileira, denominado Supremo Tribunal de Justiça.

Com a proclamação da República, veio a segunda Constituição do país, em 1891. Espelhada no modelo dos Estados Unidos, a nova Carta adotou o sistema federativo, o presidencialismo e a organização dos Poderes na forma tripartite. Na constituição de 1891, o órgão de cúpula do Judiciário passou a se chamar Supremo Tribunal Federal (STF).

Depois, veio a Carta de 1934. Com ela, foram criadas as justiças Militar, Eleitoral e do Trabalho. O ingresso na magistratura deixa de ser por indicação do Executivo e passa a ser feito por concurso público.

Estdo Novo e Ditadura

Em 1937, com a ascensão do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional e outorgou ao país, sem qualquer consulta prévia, a Carta Constitucional de 37. Durante esse período, Vargas anulou decisão do Supremo e nomeou o presidente do STF. Era absoluta a subordinação do legislativo e do judiciário ao Poder Executivo.

Com a queda de Vargas, veio a Constituição de 1946, que retomou a linha democrática. Foi a Carta de 46 que criou o Tribunal Federal de Recursos (TFR) que viria a se tornar a segunda instância da Justiça Federal do país.

Em seguida, veio a Constituição de 1967, com o regime militar. O Congresso Nacional foi preservado, mas o executivo dominava e controlava o Legislativo. O Judiciário também sofreu intervenções. Magistrados foram demitidos, removidos e aposentados compulsoriamente.

Em 1985, após o término do regime militar, por meio da emenda constitucional 26, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte com a finalidade de criar um novo texto constitucional para o país. A elevação do Judiciário como um verdadeiro Poder da República pode ser datada de 1988, com o nascimento da Constituição Cidadã.

Independência

Para o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal "A ideia da autonomia administrativa e financeira foi o grande ganho que o texto de 88 trouxe para o judiciário".

O raciocínio é simples: não há independência sem autonomia administrativo-financeira. A garantia para que os tribunais possam eleger seus órgãos diretivos próprios, sem participação do Executivo e Legislativo, criar seus regimentos internos, organizar-se internamente é o primeiro passo para uma boa prestação jurisdicional.

Garantida a independência, os constituintes passaram, então, a pensar na melhor forma de organizar e distribuir as competências entre os órgãos do judiciário.

Ministros do TFR formaram uma comissão de estudos para apresentar sugestões aos parlamentares constituintes. "O trabalho foi árduo e consumiu 15 meses de intensos debates e reuniões, mas oferecemos, durante as diversas fases de tramitação do projeto da Constituição, numerosas propostas e sugestões aos parlamentares, com o objetivo de aperfeiçoar o capítulo do Judiciário", disse o ministro aposentado Antônio de Pádua Ribeiro, que presidiu a comissão de estudos.

Dezesseis anos depois da promulgação, em 2004, o capítulo do Judiciário passaria por nova revisão, com a Emenda 45. Conhecida como a "Reforma do Judiciário", ela trouxe duas importantes inovações: a Súmula Vinculante e o instituto da Repercussão Geral no recurso extraordinário.

Ambas as inovações foram criadas com o objetivo de dar maior celeridade aos processos julgados pelo STF, bem como diminuir a demanda, fazendo com que somente causas que tenham repercussão nacional cheguem ao STF, além de uniformizar a jurisprudência sobre determinados assuntos, para que causas repetitivas tenham uma solução rápida e definitiva.

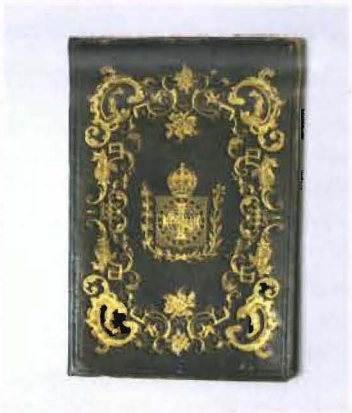
Aperfeiçoamento

Muitas outras mudanças foram propostas, outras tantas estão em tramitação no Congresso Nacional. Falhas do constituinte? Longe disso, como bem foi dito naquele 5 de outubro, a grandiosidade de nossa Carta Maior não está na perfeição, mas na sua possibilidade de se adequar às transformações exigidas pelas novas realidades.

"Se fosse perfeita, seria irreformável. Ela própria, com humildade e realismo, admite ser emendada, até por maioria mais acessível, dentro de 5 anos. Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los." – Ulysses Guimarães, 05 de outubro de 1988. ▪

Fotos: Arquivo Câmara dos Deputados

O Judiciário na Constituição



1824: supremacia do poder do imperador

1891: criação do Supremo Tribunal Federal

1934: nasce a Justiça Militar, Eleitoral e do trabalho

1937: subordinação do Legislativo e Judiciáro ao Executivo

1946: criação do Tribunal Federal de Recursos (TFR)

As mudanças aprovadas pela Constituinte organizaram o Judiciário da seguinte forma:

STF – A constituinte retirou do Supremo Tribunal Federal a competência para julgar os recursos ordinários especiais que passaram a ser apreciados pelo STJ. O STF passou a examinar basicamente a inconstitucionalidade de leis e de medidas provisórias, com competência para julgar o presidente da República, o vice-presidente, ministros de estado, parlamentares, o procurador-geral da República e seus próprios integrantes.

STJ – Criado para desafogar o Supremo e julgar os recursos extraordinários que até então subiam para o STF. O Superior Tribunal de Justiça passou a ser a última instância de decisão para uma série de processos, entre eles, o habeas corpus decididos pelos tribunais regionais, os mandados de segurança, além das causas em que são parte outros países ou organismos internacionais.

TFR – Criado pela Constituição de 1946, o Tribunal Federal de Recursos foi extinto. A essência de suas competências foram transferidas para os Tribunais Regionais Federais, também criados pela Constituição de 1988. Com o fim do TFR, os ministros que ali atuavam formaram a primeira composição do STJ.

TRF – Foram criados cinco tribunais regionais federais para julgar os recursos de segunda instância. Até então, o primeiro julgamento de causas federais era feito pelo juiz federal e, se houvesse recurso, este subiria para o antigo TFR. A partir de 88, os recursos passaram a ser julgados ainda no estado de origem do processo, por meio dos TRF´s.

Juizados de Pequenas Causas – Foram criados para resolver, sumariamente, as questões civis e criminais de pequeno porte, que até então iam para os juízes de Direito, sobrecarregando as justiças estaduais.

Autogestão – O Judiciário ganhou independência para decidir seu próprio orçamento, que até então era definido pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo. A autonomia financeira e orçamentária era uma reivindicação antiga.

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade- Até a Constituição de 1988, qualquer ação no STF arguindo inconstitucionalidade só podia ser apresentada pelo Procurador-geral da República. Com a nova Constituição, isso mudou. O Presidente da República, as mesas das Assembleias Legislativas, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, OAB, governadores, partidos políticos, confederações sindicais e entidades de classe nacionais também passaram a poder apresentá-las.

1967: fortes intervenções do Executivo no Judiciário

1988: Judiciário conquista a tão almejada independência

Avocatória – Desde 1977, quando foi baixado pelo regime militar o Pacote de Abril, o STF ganhou poderes para decidir que um juiz federal não podia julgar determinado processo, avocando para si tal competência. A Constituinte extinguiu o recurso, por considerá-lo uma "herança autoritária".

Fonte: REVISTA MÉRITO

Assembleia deu ao país direitos até então apenas sonhados

Marco zero da cidadania

A lei deve ser a organização social da liberdade.

Tancredo Neves

Era o dia 1º de fevereiro de 1987. Começava ali um dos momentos mais importantes da história do nosso país: a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Dela resultou a nossa Constituição, não apenas um conjunto de normas, mas uma conquista obtida com sangue, suor e lágrimas. A conquista da liberdade de um povo sofrido, mas acima de tudo de um povo esperançoso, que aprendeu a sair de casa e brigar pelo que acredita.

O momento era único. Do lado de fora do Congresso Nacional, brasileiros apaixonados ocupavam o gramado. Lá dentro e nas galerias, um público de duas mil pessoas dividia o espaço com sindicalistas, parlamentares, autoridades civis, militares e religiosas, servidores, jornalistas.

No plenário da Câmara, a sessão solene e tranquila era presidida pelo ministro Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal à época. Ele destacou aos 559 constituintes – 487 deputados e 72 senadores – que se preparavam para o trabalho hercúleo que vinha pela frente, que a nova Carta Magna precisaria "encontrar o ponto de equilíbrio que melhor atendesse, nas complexas relações entre o Estado, a sociedade e o indivíduo, às diferentes realidades nacionais".

Restauração da democracia

Responsável pela convocação da assembleia, José Sarney, que se viu como o primeiro presidente do Brasil democrático após a morte de Tancredo Neves, afirmou à imprensa à época: "É o ponto mais alto do projeto de restauração da democracia no país". Indagado como a nova Carta poderia resolver os problemas econômicos brasileiros, ele foi esperançoso: ela não é feita para resolver os problemas conjunturais. Ela é feita para resolver os problemas definitivos do país; deve ser um instrumento de mobilização para harmonizar os conflitos dentro da sociedade e ao longo do tempo".

A fala foi no mesmo sentido da que disse na mensagem em que convocara a assembleia constituinte. Para Sarney, a convocação se tratava de compromisso histórico firmado no curso do movimento cívico que congregou brasileiros de todas as condições, com o propósito de democratizar a sociedade e o Estado. Um ato de coragem e fé.

E explicou. De coragem porque pressupõe a disposição de submeter ao escrutínio da Nação direitos e situações duramente conquistados, para vê-los disciplinados por novas regras. Ato de fé porque todos os anseios e temores do futuro repousam, afinal, na confiança que cada cidadão deposita nos sentimentos de seus irmãos, de procurarem, juntos, uma lei fundamental que a todos proporcione os bens necessários à vida digna, vivida em paz e liberdade.

No início era a palavra

Em abril daquele ano, começaram os trabalhos da Constituinte. Antes disso, o presidente Sarney reuniu brasileiros de peso, mas que se consideravam cidadãos comuns. Sob a batuta de Afonso Arinos, personalidades das mais diversas áreas – como Barbosa Lima Sobrinho, Jorge Amado, João Hermínio de Moraes, Gilberto Freyre, Sepúlveda Pertence, Saulo Ramos – unidas na Comissao Provisória de Estudos Constitucionais, alicerçaram alguns dos princípios da Constituição. Seu trabalho, segundo eles, resume "a esperança e a fé de nosso povo".

Afonso Arinos traduz no preâmbulo do anteprojeto constitucional que levou seu nome o objetivo geral: dar ao país uma Constituição que supere "as causas das suas experiências negativas e assegure à nação uma era contínua de paz, liberdade, segurança pessoal, bem-estar e desenvolvimento, decorrentes da aplicação de princípios políticos, econômicos e sociais adequados à nossa formação nacional e, como estes, historicamente em evolução progressista".

Um documento que desse ao Brasil direito da criança e do adulto à educação, à formação profissional e à cultura; o acesso de todos à saúde; o direito ao trabalho, ao repouso e ao lazer; a eliminação de qualquer discriminação de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social; riqueza, nascimento; proteção e amparo à família, sendo dever do Estado prover coesão e estabilidade; proteção à personalidade e aos direitos dos grupos tribais indígenas; preservação de nosso patrimônio natural e cultural.

Era setembro de 1986, poucos meses antes de serem iniciados os trabalhos da Constituinte, que acabou não recebendo oficialmente o documento.

Esperança nas mãos de 559 pessoas

Primeiro os constituintes definiram um regimento para organizar os trabalhos. Depois dividiram em comissões, e essas em subcomissões. Ao todo foram 8 comissões – sem contar a de sistematização e a de redação – e 24 subcomissões para alcançar o objetivo final: dar ao país a lei máxima que a sociedade precisava. À frente do grupo, Ulysses Guimarães dava as coordenadas do trabalho que se desenvolveu em sete etapas – ao todo, 25 fases. O relator final foi Bernardo Cabral. Em entrevista recente à TV Câmara, ele ressalta que a Constituição foi feita tijolo a tijolo, sem nenhum texto básico preliminar.

Todos tiveram a oportunidade de contribuir. De março de 2006 a julho de 2007, os cidadãos puderam apresentar suas sugestões por meio de formulários próprios distribuídos pelo país. Foi a campanha Diga Gente e Projeto Constituição, que resultou em quase 73 mil sugestões compiladas e disponibilizadas aos constituintes. Juntos, entidades e constituintes apresentaram 12 mil sugestões sobre os mais diversos temas. Todo esse trabalho gerou 212 mil registros eletrônicos, segundo o Senado Federal. Eles envolvem emendas, destaques, projetos. Foram 308 edições do Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1.270 fotos e 2.850 gravações.

O Judiciário dividiu uma subcomissão com o Ministério Público na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Sob a presidência de José Costa, a comissão teve como relator Plínio Arruda Sampaio. Na abertura dos trabalhos, Plínio Martins – eleito o 2º vice-presidente – destacou a importância daquela subcomissão: caberá a ela "apresentar relatórios atinentes a uma das mais importantes atividades basilares e fundamentais do Estado democrático, que será o norte e a bússola da própria Justiça que haverá de existir a partir da promulgação da nova carta constitucional".

"Temos um compromisso solene, que é a causa do povo", acrescentou Jairo Carneiro, escolhido pelos seus pares o 1º vice-presidente da subcomissão. "Entendo que a Justiça deve servir à causa do povo, das liberdades e à democracia. Devemos ter um Poder Judiciário fortalecido, sem tutelas, mas um poder tutelar da liberdade, dos direitos dos cidadãos, das instituições e da democracia". Com autonomia financeira para afastar qualquer temor de o magistrado exercer, com tirocínio, liberdade e plena independência, a sua missão altamente nobre, enumerou. Quanto ao Ministério Público, continuou Jairo Carneiro, deve dispor das mesmas garantias, direitos, prerrogativas e impedimentos instituídos para o Poder Judiciário, "porque vejo no Ministério Público, na sua missão, um sacerdócio semelhante ao que cabe ao magistrado".

Na balança

Do outro lado da balança, estavam magistrados empenhados em participar desse momento em que se desenhava uma nova Justiça para o povo. Em busca do aprimoramento da prestação da Justiça para a sociedade, o ministro Lauro Leitão, então presidente do Tribunal Federal de Recursos, teve a iniciativa de propor à Subcomissão do Poder Judiciário a instituição de um Tribunal Superior Federal (TSF) e dos tribunais regionais federais. O TFR seria transformado no TSF como instância de recurso especial, não ordinário, segundo o modelo adotado na área eleitoral e na trabalhista. Isso foi em abril de 1987.

Em junho daquele ano, o TFR instituiu a comissão de ministros presidida pelo ministro Pádua Ribeiro, responsável pelo encaminhamento de inúmeras propostas para aperfeiçoar a Justiça. Os integrantes atuaram de maneira decisiva nos debates travados na subcomissão. Por intermédio do deputado Michel Temer, atualmente vice-presidente da República, a comissão apresentou 20 emendas, boa parte delas aprovadas nessa primeira fase de debates.

Encerrada a fase da subcomissão, era a vez de atuar a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, presidida pelo deputado Oscar Correia e cujo relator era o deputado Egídio Ferreira Lima, de quem partiu o nome definitivo do tribunal nacional há tanto tempo almejado por juristas e magistrados. Essa comissão terminou os trabalhos em junho de 1987.

Coube a Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, consolidar os diversos textos em um anteprojeto de Constituição. Após intensa negociação entre parlamentares, juristas, advogados e magistrados, Cabral apresentou o anteprojeto da constituição em 26 de junho de 1987. Dois substitutivos e quatro projetos depois, em 22 de setembro de 1988, era aprovada a redação final.

Desse árduo trabalho originou-se um novo ordenamento jurídico para o novo Brasil que nasceu após a ditadura. Foram 19 meses de intensos debates na Assembleia Constituinte. Cumpria-se ali o sonho da construção de uma nova nação, digna de seus filhos. ▪

Fotos: Agência ABr, Roosewelt Pinheiro e Moreira Mariz

Tesouros que contam como era a rotina no Tribunal Federal de Recursos

Um passeio no tempo

Fotos: Gustavo lima

O ano era 1946 e nascia o Tribunal Federal de Recursos (TFR), um dos órgãos máximos do Judiciário do Brasil. Durante 42 anos, ele foi responsável pelos julgamentos em que constasse, como interessada, a União ou autoridade federal, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e da Militar.

Em sua composição original, o TFR tinha nove juízes nomeados pelo presidente da República, após a escolha passar por aprovação do Senado Federal. Somente após a promulgação da Constituição de 1967, seus membros passaram a ser denominados ministros. A Emenda Constitucional de nº 7, de 1977, deu a ele vinte e sete ministros: 15 entre juízes federais e quatro entre magistrados ou membros do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

A Constituição de 1988 extinguiu o TFR, instituiu os cinco tribunais regionais federais e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Toda essa história está contada em fotos, móveis, objetos decorativos e outras peças que compõem o acervo do Museu do STJ. Lá você pode ver fotografias das três sedes do antigo TFR. O servidor Evanildo da Rocha Carvalho nos guia pela história através de um passeio pelo Museu, cada peça mostrando como foi aquele tempo. Uma forma de quem a viveu relembrar e de que não estava lá saber como foi. Venha conosco nessa viagem.

Passeio pela história

"O STJ não substituiu o TFR, quando a Constituição de 1988 foi promulgada. Ele foi criado, apareceu como uma figura nova no mundo jurídico". Explica Evanildo, iniciando, assim, nosso retorno. Segundo ele, a primeira Constituição, ainda nos tempos de República Velha, já previa a criação de tribunais federais. O atual Tribunal da Cidadania herdou do TFR toda a sua estrutura física e humana.

Inaugurado em 23 de junho de 1947, o antigo Tribunal é um verdadeiro baú de curiosidades. A primeira delas é a placa com o número 231, a única lembrança material que restou de sua primeira sede no Rio de Janeiro. O prédio, conhecido como Pavilhão Britânico, foi construído nos anos 20. Ele foi demolido e, em seu lugar, ergueu-se outro prédio, que atualmente abriga a Academia Brasileira de Letras.

Rico em história, o TFR tinha um símbolo repleto de significados: a deusa grega Themis. Ela representava a guardiã dos juramentos dos homens e da lei: a balança significando o equilíbrio necessário na Justiça; a espada, o próprio peso da lei e seus meios de punição; e, por fim, um ramo de folhas de café e outro de folhas de louro, significando o nacionalismo.

Dia a dia no TFR

Quem vive hoje rodeado pela tecnologia talvez não consiga imaginar o que era trabalhar num mundo sem computador. Sem Ctrl C, Ctrl V, sem internet, sem *back-up*, sem corretor ortográfico e, o pior, sem ter como consertar o erro sem deixar rastros e tendo que refazer tudo desde o início. Essa era a realidade na época do TFR. Para ajudar a fazer todo o trabalho, os servidores contavam com a velha e boa máquina de escrever. Você já viu uma? Ela também está no Museu, testemunha (hoje) silenciosa da história do Tribunal. E, de acordo com Evanildo, enche os olhos da atual geração informatizada que visita o Museu.

A figura do bom datilógrafo era muito disputada pelos gabinetes e as funções eram definidas pelo "som" das máquinas. "Os mais rápidos e mais eficientes, certamente, detinham a preferência", revela Cláudya Lessa Belo. Ela completa 25 anos na Casa em agosto, meses antes do STJ, e tem muito a contar dessa rotina. Ela era do gabinete do ministro Torreão Braz, o primeiro vice-presidente do recém-criado STJ, e começou a trabalhar no finalzinho do TFR, dois meses antes de ele ser extinto.

O trabalho era bem diferente. "Cada ministro desenvolvia uma fórmula para organizar seu acervo e conduzir suas atividades", lembra. E completa: "Basicamente, o gabinete era composto por um oficial de gabinete, dois assessores, quatro datilógrafos, um auxiliar e dois motoristas", diz Cláudya. Os servidores trabalhavam envoltos em pilhas e pilhas de processos, que, muitas vezes, despencavam sobre mesas e cadeiras.

Cláudya lembrou, ainda, que, para localizar um processo ou alguma informação, as dificuldades eram grandes. "Cada gabinete organizava seus feitos da sua maneira e, dessa forma, o procedimento para informações era muito precário", explicou.

A jurisprudência era organizada em fichas: cada ministro fazia seu fichário e colecionava seus precedentes em um acervo pessoal. Claudya conta que "cada fichinha era datilografada, cuidadosamente, com os temas principais e, quando o assunto se encaixava em mais de um tema, mais uma ficha era datilografada".

Alta costura

Continuando o passeio pelo Museu, Evanildo nos leva a uma mesa toda furada. À primeira vista, ela parece ter sido vítima de um ataque de cupins. Ledo engano.

"Naquela época, longe dos recursos materiais, humanos e eletrônicos de hoje, quase todo o trabalho na Secretaria Judiciária era desenvolvido num 'processo artesanal', pois praticamente tudo tinha que ser feito manualmente. Do recebimento da petição no protocolo, à montagem dos autos, até a "ficha de acompanhamento processual", que era feita de próprio punho", conta Arnan Araújo. Ele está no Tribunal desde 1978, sempre na área fim.

Para a montagem dos processos, "utilizava-se uma 'suvela' para perfurá-los e uma 'agulha grande e grossa' para costurá-los", continua Arnan. Quando eram muito volumosos, acredite, usava-se uma "furadeira elétrica" e, em seguida, um barbante para "amarrar" um a um, formando volumes que, ao final, eram juntados formando um só processo, com vários volumes, lembra. Devido a esse trabalho rústico, completa Cláudya, toda a madeira da mesa ficou comprometida, marcada pelas perfurações.

Achou o trabalho pesado? Não viu ainda o que era levar esses volumes de um lado para outro. Para o deslocamento dos autos usava-se o "carrinho de processo". Isso se tivesse um disponível. Se não, o próprio servidor os levava nos braços, descreve Arnan. "O trabalho era muito cansativo e, geralmente, demorado, pois era muito complicado localizar um processo e levá-lo para costura e depois devolvê-lo", revela Cláudya.

Bingo

Sabe o que fazia um daqueles globos para sorteio de números num tribunal? Ele era usado para escolher o relator dos processos, pois cada um que chegava ao tribunal era distribuído a um dos nossos ministros, separados por turmas e seções, de acordo com a matéria. Ele foi usado exclusivamente até 1979, nos diz nosso "guia turístico" Evanildo. Em 1989, com o início da informatização, o sorteio manual passou a ser utilizado apenas esporadicamente. E depois de 1993, o sorteio tornou-se totalmente eletrônico.

Claudya lembra dessa época: "Os sorteios ocorriam às segundas, quartas e sextas-feiras". Ela conta ainda que, para localizar um processo ou alguma informação, as dificuldades eram grandes. "Não havia uma fórmula específica na organização dos processos, cada Gabinete organizava seus feitos da sua maneira", explica.

O passeio pelo tempo que Evanildo nos proporciona chega agora às salas de julgamentos. A mesa, ao centro, parece aguardar que a sessão comece a qualquer momento. Segundo contou Antônio Carlos de Souza, que ingressou no TFR em dezembro de 1980, as sessões de julgamento não diferiam muito das realizadas atualmente no STJ, com exceção do quantitativo de processos julgados e o fato de que eram físicos. "Também não era prática corrente o chamado julgamento em bloco", acrescenta o colega Francisco Vaz Antônio.

As sustentações orais dos advogados eram marcadas por um pequeno relógio, chamado de relógio conta-minutos, segundo Evanildo, o guia do Museu, .

Homenagem aos servidores

Partes essenciais do Tribunal, os servidores são o maior exemplo de dedicação e trabalho. Alguns receberam homenagens e condecorações, como Osias Lopes da Silveira. No acervo do Museu, pode-se encontrar uma placa de metal prateada concedida ao servidor, admitido no TFR em 1966, e aposentado em 1993.

A servidora Diolira Lima, ou Dona Didi, como era carinhosamente conhecida, também integra a galeria de servidores homenageados por seus anos de serviços prestados ao tribunal.

Esta nostálgica viagem de volta ao tempo está perpetuada na memória dos servidores, que assim como Arnan, Antonio e Claudya, trabalharam no TFR, e também preservado através do trabalho de servidores do Museu, como Evanildo, que ajudam a contar esta história às novas gerações. ▪

Servidores contam como foi a transição para o Tribunal da Cidadania

É a história da gente

Extinto pela Constituição Federal de 1988, o Tribunal Federal de Recursos (TFR) teve suas funções transferidas aos tribunais regionais federais. Eles e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) foram criados simultaneamente naquela ocasião. Este, com a missão de uniformizar a interpretação do direito federal infraconstitucional que antes pertencia ao Supremo Tribunal Federal (STF). Eles, com a de serem a segunda instância da Justiça Federal. Herdaram a função, mas não os integrantes do TFR, todos – ministros e servidores – abarcados pelo novo tribunal superior.

Para os servidores do TFR, na época, vários desafios e uma grande expectativa batiam à porta. Afinal novos ventos moveram juntas, a Justiça e a democracia brasileiras, rumo à trajetória que em 2013 completa 25 anos.

Testemunhas de uma época que deixa saudade, eles encararam com otimismo as mudanças. O colega Viriato Gaspar, hoje aposentado, viu bem de perto essa transformação. "Acompanhei muito bem essa fase, porque eu trabalhava na Imprensa e depois com o ministro Antônio de Pádua Ribeiro, que presidiu a comissão de criação do Tribunal. Por isso, acompanhei os bastidores, as lutas."

Mas a maior modificação que todos que pertenciam ao TFR tiveram que enfrentar foi o aumento vertiginoso de pessoas. Para Viriato, isso foi um impacto, porque antes só existiam 684 servidores, contando com ele. "Eu conhecia todos os servidores da casa pelo nome. Com a passagem para cá, a coisa ampliou em tal grau que ficamos um pouco perdidos", afirma.

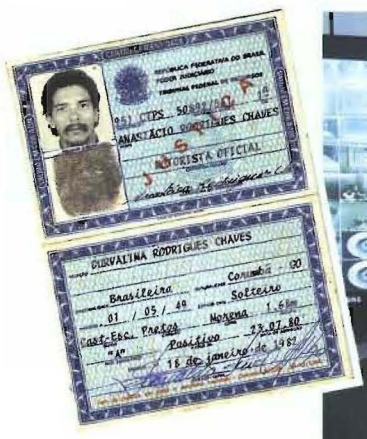
Uma nova realidade

A observação é comum aos servidores remanescentes. Fernando Tibiriçá chegou bem no iniciozinho do STJ, mas se considera um deles, pois acompanhou tudo bem de perto. "Sou do primeiro e único concurso elaborado pelo extinto TFR para motorista e segurança", conta o servidor que hoje integra a Seção de Segurança de Áreas e Instalações do STJ. E narra, nostálgico: "Naquela época, éramos uma grande família. Por ser um tribunal pequeno, conhecíamos quase todos os funcionários. Hoje o tribunal é uma cidade, ninguém conhece ninguém".

Os companheiros de equipe, Marco Casari, Anastácio Chaves e Ivan Simões deram, assim como os colegas, os primeiros passos junto ao Tribunal da Cidadania, que permaneceu na antiga sede do TFR até a mudança para as novas instalações, em 1995. Anastácio chegou primeiro no TFR, em 1980, Casari, em 1986. Já Ivan, ingressou em 1994, já no quadro do STJ. Eles concordam que o TFR era uma grande e unida família. O trio iniciou a amizade na antiga sede e desde a mudança para o complexo do STJ integram a Seção de Serviços da Central de Segurança.

"O TFR era bem melhor do que hoje, em termos de tudo, de comunicação, de afetividade. Lá, só tinham duas entradas, você entrava junto com os ministros. Você tinha mais relacionamento, aqui separou tudo. Hoje é tudo individual, ficou muito sofisticado, opina Anastácio. "A gente estava acostumado com tudo lá, era tudo perto", acrescenta saudoso, Casari.

Fotos: Gustavo Lima



Anastácio guarda até hoje sua 1ª carteira funcional

Anastácio, Casa e Ivan: orgulho de ser parte da família TFR

O colega José Teixeira, servidor da Taquigrafia desde os tempos do TÊ-FÊ-RÊ, apelido carinhoso do TFR, também vivenciou esse rompimento de laços. "Na época o tribunal era bem menor do que hoje, menos funcionários, nós nos conhecíamos, íamos à casa dos outros para almoçar e parecíamos uma grande família, acabamos criando laços. Aumentou o número de servidores e de repente a gente não conhece mais o nome de todo mundo", reconhece.

Foto: Gustavo Lima

Teixeira: "Encontrei o meu lugar"

"É brincadeira traçar paralelos entre aquela época e a atual. Naquela época, as atas eram elaboradas manuscritas, não tínhamos computadores, lembro que fiz um teste de datilografia em um gabinete; não tínhamos radiotransmissores, era telefone fixo, aqui no tribunal não tinha nenhum instalado", descreve.

Mas concordam que a modernidade é inevitável e impulsiona todas as coisas. "Tem que mudar mesmo, não tem jeito", opina Anastácio.

Tecnologia em prol da sociedade

Se se adaptar ao novo contingente humano foi difícil, imagina se ver rodeado de tecnologia. "No TFR, o trabalho era feito em máquina elétrica IBM, não havia computador. Depois, tivemos que começar do zero e fazer um curso para aprender a mexer com computadores, já aqui no STJ", diz Viriato. Ele entrou no tribunal em 1979, como auxiliar judiciário, cargo que não existe mais. "Nossa função era datilografar as certidões de julgamento, que continham o número dos processos, a composição da Turma, partes dos processos, advogados".

Se ele, como jornalista, que mexia com redação de textos, recebeu esse impacto. Imagine o pessoal que trabalha com processo. É o caso da servidora Alair Faria da Silva Calheiros. Ela entrou por concurso público para o TFR, aos 19 anos, em 1985. Trabalhou no gabinete do ministro José de Jesus ainda no TFR e hoje é assessora do ministro Raul Araújo, depois de passar por vários gabinetes em razão da aposentadoria dos magistrados. Acompanhou toda a transformação que a tecnologia proporcionou ao Judiciário.

"Processos físicos, costurados, imensos carrinhos para carregá-los de um lado para outro", relata. Isso antes de a tecnologia chegar aqui. Depois, era apenas um computador por gabinete, uma impressora por andar. "E hoje, toda essa modernidade, processos virtuais, scanners, computadores com duas telas, várias impressoras... e eu participando disso tudo!", fala emocionada.

O que no início dependia de parcerias para funcionar, hoje é feito de forma autônoma e com êxito. "Antes, a gente tinha sempre que procurar parcerias com outros órgãos porque a gente não tinha acesso algum. Hoje, temos pórticos de raios-x em quase todas as portarias do Tribunal, controle de acesso bastante eficaz, um sistema de monitoramento remoto de câmera nos veículos que as autoridades e a Segurança usam, os rádios que funcionam em qualquer parte do STJ", destaca Ivan Simões.

Teixeira também comemora o advento das novas tecnologias na Corte. "A gente, na época, trabalhava com máquinas de datilografar e os trabalhos eram entregues nos gabinetes três a quatro dias após o julgamento. Hoje, entregamos on-line, duas a três horas após o encerramento da sessão de julgamento. Alguns processos a gente disponibiliza durante a sessão mesmo", destaca o taquígrafo.

Mudar foi difícil?

Não para Alair. "Eu estava no final da faculdade e estudava muito acerca da nova ordem constitucional de 1988. Na verdade, estava ansiosa para fazer parte da mudança, presenciando-a no meu dia a dia e participando ativamente no novo Tribunal". A empolgação é a mesma desde aquela época, revela.

Igualmente para Anastácio. "A gente já estava preparado. Porque por muito tempo a Constituinte ficou sendo debatida. No dia da mudança, não teve nada de anormal, não", afirma.

Fernando também encarou com tranquilidade a mudança para o STJ, que era para ele um velho conhecido. "Conhecia o TFR desde 1977, ocasião em que minha mãe tomou posse, na gestão do ministro José Nery da Silveira. Eu ia frequentemente lá", conta o servidor da Seção de Segurança de Áreas e Instalações.

Viriato, por sua vez, achou que a expectativa da mudança foi muito grande, no sentido da ampliação do Tribunal. "Tudo mudou, antes era um tribunal da federação, ampliou demais, tinha que uniformizar toda a interpretação da legislação infraconstitucional. Era muita coisa".

Aprendizado e crescimento

Para Ivan, "a instituição tem procurado ofertar condições, pelo menos internas, que nos deixam com um bom sentimento, em que pesem as dificuldades, porque isso é a luta mesmo, faz parte do dia a dia da gente procurar um cenário melhor. Mas, o STJ tem procurado fazer do Tribunal uma instituição boa para se trabalhar, para se prestar um bom serviço à sociedade. O resto é um contexto social mais amplo", pondera.

Para Alair, o STJ foi e continua sendo seu parceiro de caminhada. "Estou aqui há 28 anos, mais da metade da minha vida. Entrei aqui mocinha, bem jovem, solteira, e hoje eu tenho duas filhas, a caçula na idade em que eu entrei no TFR. Tudo o que possuo, tanto materialmente quanto de experiência profissional e até mesmo pessoal, eu consegui e aprendi aqui. Tive a honra de trabalhar com grandes magistrados e aprender muito!

"Cheguei no Tribunal e encontrei um ambiente interessante. Eu era muito jovem, cabelo enrolado, meio roqueiro e quando fiquei sabendo que teria que usar essa beca (peça de vestuário necessária para ingressar na sala de julgamento), eu quase desisti do emprego, achava muito careta. Aí, os colegas todos usavam, chefes conversaram comigo. Fui descobrindo o que era Tribunal, o que era julgamento e as atividades do Poder Judiciário. Encontrei aqui um bom local de trabalho, encontrei o meu lugar e pretendo ficar aqui até me aposentar se Deus quiser", conclui Teixeira. ▪

Comissão de ministros do TFR ajudou os constituintes na reforma do Judiciário

Um capítulo aperfeiçoado

Min. **Armando Rollemberg**

Min. **José Dantas**

Não tinha sábado, domingo, feriado, férias ou recesso. Foram meses de trabalho intenso. No período da Constituinte, o então presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), ministro Gueiros Leite, designou uma comissão de ministros do Tribunal para acompanhar os trabalhos dos parlamentares e ajudar na elaboração de propostas para uma melhor organização do Judiciário. Faziam parte desta comissão, os ministros Cid Flaquer Scartezzini, Nilson Naves, Eduardo Ribeiro, Carlos Thibau, Ilmar Galvão e o ministro Antônio de Pádua Ribeiro, que a presidiu.

"O trabalho foi árduo e consumiu 15 meses de intensos debates e reuniões, mas oferecemos, durante as diversas fases de tramitação do projeto da Constituição, numerosas propostas e sugestões aos parlamentares, com o objetivo de aperfeiçoar o capítulo do Judiciário", recorda o ministro Pádua Ribeiro.

O ministro Pedro Acioli também fazia parte da comissão, mas em razão de licença e, posteriormente, por ter assumido a função de membro do Conselho da Justiça Federal, deixou de participar dos trabalhos.

A Assembleia Nacional Constituinte deu vez e voz à sociedade. O Congresso Nacional foi tomado por representantes de organizações da sociedade civil, acadêmicos, órgãos governamentais, juristas e muitos outros. Múltiplas vozes ocuparam as tribunas do parlamento com ideias e sugestões e o TFR também queria dar a sua contribuição.

A Comissão, formalizada no Ato 1.126, de 31/08/1988, foi muito bem recebida, conforme destacou o ministro Pádua Ribeiro no relatório sobre os trabalhos da comissão.

"Diversos deputados e senadores estiveram no Tribunal Federal de Recursos. Entre outros, aqui vieram os deputados José Costa, Plínio de Arruda Sampaio, Nelson Jobim e os senadores Maurício Corrêa e José Inácio. Posteriormente, o relacionamento da Comissão com a Constituinte foi tornando-se cada vez mais cordial, chegando mesmo a ponto de estabelecer-se grande entrosamento entre os seus membros e numerosos parlamentares, que passaram a adotar as suas sugestões e a lutar por sua aprovação".

Foram diversas fases de discussão. Primeiro, os constituintes formaram a Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, presidida pelo deputado José Costa, cujo relator era o deputado Plínio de Arruda Sampaio.

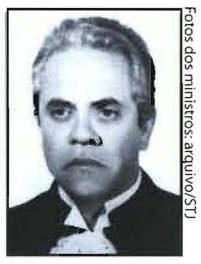
Min. **Gueiros Leite**

Min. **Washington Bolívar**

Min. **Torreão Braz**

Min. **Carlos Velloso**

Min. **William Patterson**



Min. **Bueno de Souza**

Fotos dos ministros: arquivo/STJ

Min. **José Cândido**

Min. **Pedro Acioli**

Min. **Américo Luz**

Min. **Pádua Ribeiro**

Min. **Miguel Ferrante**

Foto: arquivo/STJ

Os minstros do Tribunal Federal de Recursos

Nesse período, ainda não existia a comissão de ministros, mas foi do TFR que partiram os ofícios 161/GP, de 14/4/1987, e 220/GP, de 19/5/1987, assinados pelo então presidente, ministro Lauro Leitão, com a proposta de instituição de tribunais regionais federais de 2ºgrau, com a simultânea transformação do TFR em instância de recurso especial, não ordinário, com o nome de Tribunal Superior Federal.

A proposta de criação do Tribunal Superior Federal e dos tribunais regionais federais foi acolhida. Em seguida, a comissão de ministros do TFR passou a atuar e também apresentou várias ideias novas à Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público. Ao todo, 20 emendas foram propostas, boa parte delas aproveitadas pelos constituintes.

Encerrada a fase da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, foi formada a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, presidida pelo deputado Oscar Correia e tendo como relator o deputado Egídio Ferreira Lima.

Foi o deputado Egídio Ferreira Lima quem sugeriu o nome Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o Tribunal que passaria a ser a última instância das leis infraconstitucionais, tanto no âmbito da Justiça Federal como estadual. O deputado Ferreira Lima sugeriu também que para a primeira composição do STJ fossem aproveitados os ministros do TFR.

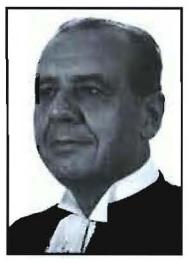
Às vésperas do prazo de encerramento para a apresentação de emendas na Comissão de Organização, Egídio Ferreira Lima procurou o ministro Pádua Ribeiro para que fossem propostas mudanças em seu substitutivo. "Após contatos com alguns colegas, encaminhamos 13 emendas, sendo que nove foram endossadas e aprovadas pela Comissão de Organização dos Poderes", relatou o ministro Pádua Ribeiro.

A Comissão de Sistematização, presidida pelo deputado Bernardo Cabral, ficou responsável pela consolidação de todos os textos das comissões temáticas, formando, assim, o anteprojeto de Constituição, datado de 26 de junho de 1987.

Um novo prazo para apresentação de emendas foi aberto e, mais uma vez, a comissão do TFR contribuiu, por intermédio do deputado Michel Temer. Para o anteprojeto, foram propostas 17 emendas.

Antes da finalização do projeto da Constituição, ainda houve novas remessas de sugestões de emendas. Até que, em setembro de 1988, a redação final de nossa Carta Maior foi concluída e apresentada.

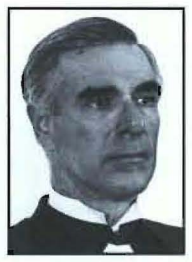
No mês seguinte, mais precisamente no dia 5 de outubro, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulisses Guimarães, anunciou ao Brasil que estava promulgado "o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil", cujo conteúdo trazia, entre tantas outras mudanças, uma nova estrutura jurídica para o país. ▪



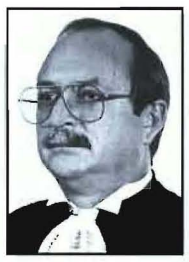
Min. **Flaquer Scartezzini**

Min. **Costa Lima**

Min. **Geraldo Sobral**



Min. **Carlos Thibau**



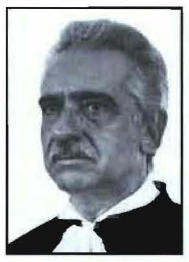
Min. **Costa Leite**

Min. **Ilmar Galvão**

Min. **Nilson Naves**

Min. **Eduardo Ribeiro**

Min. **Dias Trindade**



Min. **José de Jesus**

Min. **Assis Toledo**

Min. **Edson Vidigal**

Min. **Garcia Vieira**

Situação de crise no STF e no TFR

Era preciso um novo tribunal

O Tribunal da Cidadania é fruto de inúmeros estudos jurídicos, acadêmicos e políticos que marcaram e atravessaram todo o século XX, mas também foi o resultado de profundas crises no Supremo Tribunal Federal (STF) e no extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR). O resultado dos debates se materializou na Constituição Federal de 1988, que criou o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e os cinco tribunais regionais federais (TRFs).

Uma história que começou mais de 20 anos antes da promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Segundo Luiz Guilherme Marinoni, doutor em Direito Processual Civil e autor do livro *O STJ enquanto Corte de Precedentes*, em 1960 já se pensava na criação de um tribunal supremo para tratar das questões de direito federal infraconstitucional. Referia-se à "crise do Supremo Tribunal Federal", gerada pelo grande número de recursos extraordinários que lhe eram dirigidos, inviabilizando o desenvolvimento adequado das suas funções.

Marinoni também é professor e vice-presidente da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional, entidade criada em junho de 2013 visando desenvolver um Código de Processo Constitucional no Brasil. Ele conta que, por volta da metade dos anos 60, foi realizado um encontro presidido pelo ministro do STF Themístocles Brandão Cavalcanti, em que participaram – entre outros – Frederico Marques, Miguel Reale, Caio Mário da Silva Pereira, Caio Tácito e Miguel Seabra Fagundes.

Na ocasião, esclarece o professor, "concluiu-se pela criação de um novo tribunal, salientando-se que os recursos extraordinários fundados exclusivamente na lei federal seriam a ele encaminhados, aliviando o Supremo Tribunal Federal de uma sobrecarga". Marinoni acrescenta: "Ao lado da necessidade de reduzir o excesso de trabalho da Corte, buscava-se também delimitar a sua função em torno da resolução de questões constitucionais".

da ordem judiciária nacional, onde predominam os valores do direito constitucional".

O autor apresenta em sua obra dois organogramas da Justiça nacional: um com a estrutura existente à época e outro com a sugestão do Tribunal Superior de Justiça. Essa proposta foi aprovada pela Comissão de Estudos Constitucionais (Comissão Afonso Arinos), responsável pelo anteprojeto constitucional, e depois incluída na própria Constituição de 1988, apenas com a mudança do nome para Superior Tribunal de Justiça. O mesmo se deu com a criação dos tribunais regionais federais.

José Afonso da Silva ressalta que era inegável a profunda crise pela qual passava o STF, que se traduzia no afluxo insuportável de serviços, no acúmulo de processos, ao ponto de se proclamar um possível estrangulamento da Justiça brasileira. "Por ser o STF um órgão de cúpula do Judiciário e em face da elasticidade do recurso extraordinário, leva-se a ele parcela enorme das controvérsias judiciais, julgadas pelos demais órgãos da Justiça de todo o país", complementa.

Ele não foi o único visionário a pensar em um tribunal que fosse a última palavra em questões infraconstitucionais. Em 1975, o ministro do STF Aliomar Baleeiro, às vésperas de sua aposentadoria, propôs a instituição de um mesmo Tribunal Superior de Justiça, com competência para julgar os recursos que não envolvessem matéria constitucional.

Crise em números

O Brasil de meados da década de 80 se redemocratizava. Uma Assembleia Nacional Constituinte foi convocada. Todo esse contexto deu fôlego à possibilidade de reestruturação do Judiciário. Assim, em 1987, o Plenário do Tribunal Federal de Recursos formou uma comissão de magistrados do próprio TFR, presidida pelo ministro Antônio de Pádua Ribeiro, com vistas a apresentar sugestões aos parlamentares constituintes.

Na suprema corte brasileira, os processos se avolumavam. De acordo com a Seção de Arquivo do Supremo, em 1989 – ano em que começou a funcionar efetivamente o Superior Tribunal de Justiça – tramitavam 14 mil processos. Desses, apenas 1.743 foram julgados.

A criação do STJ era imprescindível para a racionalização das funções próprias às Cortes Supremas: controle de constitucionalidade, atribuição de sentido ao Direito e garantia da sua unidade, acredita Marinoni. "A partir de 1988, passaram a conviver duas Cortes Supremas, uma incumbida de, especialmente, realizar o controle direto da constitucionalidade e, mediante recurso extraordinário, definir o sentido das normas constitucionais e outra de, afora outras competências, atribuir sentido às normas federais infraconstitucionais mediante o recurso especial".

E foi assim que nasceu o STJ em outubro de 1988, junto com a Constituição, concretizando uma antiga reivindicação da comunidade jurídica. Instalado em abril de 1989, ao final daquele ano, ele já tinha recebido 6.103 processos e julgado 3.711.

Milhares de processos

Ao longo desses 25 anos, apesar dos avanços tecnológicos e na metodologia de trabalho, os números continuam a assustar, em decorrência da quantidade de recursos que pode gerar um só processo. De acordo com dados do boletim estatístico do STJ, em agosto de 2013, foram 187.489 processos distribuídos e 221.631 julgados. Eles fazem parte dos mais de quatro milhões de processos julgados pela Corte desde a sua criação. A cada ano, o STJ julga mais processos do que recebe, ainda assim existem 253.281 processos remanescentes de anos anteriores. Enfim, a conta não fecha.

Desde o início de sua atuação, o STJ editou mais de 300 súmulas, que visam garantir a segurança jurídica e promover a celeridade processual. A lei dos recursos repetitivos, de 2008, alterou o Código de Processo Civil e veio para ajudar a desafogar o tribunal, mas não obriga os juízes e tribunais estaduais e federais a acatar as decisões tomadas pelo novo rito. No entanto, mesmo com tantas matérias sumuladas e os mais de 400 processos julgados sob o novo rito, o Tribunal ainda busca novos instrumentos para enfrentar esse excessivo e crescente volume de processos.

Corte de precedentes

Segundo Guilherme Marinoni, não há mais dúvida que o STF e o STJ não mais podem ser vistos como Cortes de correção, ou seja, como Cortes que servem para atender aos reclamos dos litigantes inconformados com as decisões dos tribunais de justiça e regionais federais. Institutos como a "repercussão geral" – que já eram discutidos há 50 anos – são imprescindíveis para viabilizar o exercício das funções de uma Corte Suprema, ainda que no *civil law*.

Portanto, finaliza Marinoni, "o STJ deve funcionar como uma Corte de Precedentes, cujas decisões vinculam os juízes e os tribunais de justiça e regionais federais". Os precedentes orientam o comportamento social e obrigam os juízes pela simples razão de constituírem o que a lei significa.

Segundo Marinoni, é necessário dar ao STJ condições para o exercício das suas funções, para não fazer voltar à mesma crise do STF e do recurso extraordinário. "O STJ não é uma Corte de correção ou de mera tutela da lei, porém uma Corte de interpretação, ou seja, uma Corte que tem a função de definir o sentido da lei federal e de garantir-lhe a unidade e o respeito."

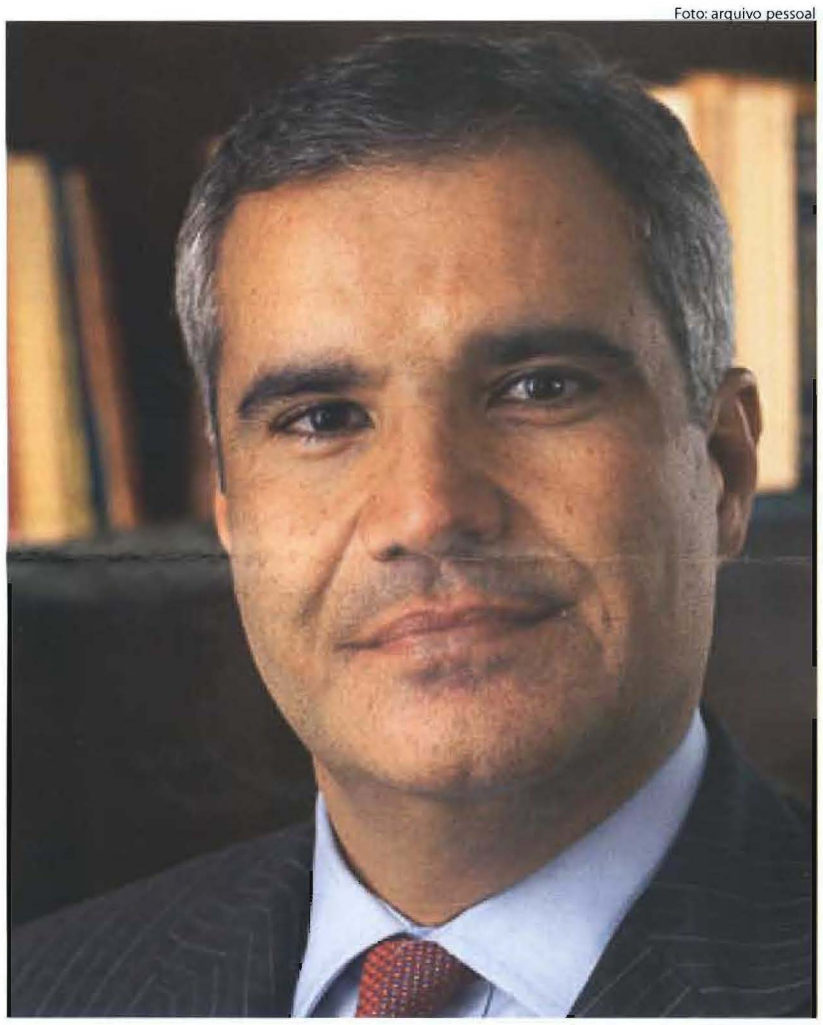
A decisão interpretativa do STJ é autônoma em face da lei, representando claramente a participação do Judiciário na formulação do Direito. As decisões do STJ, desse modo, inserem-se na ordem jurídica e, assim, regulam a vida em sociedade e devem pautar os julgados dos demais juízes e tribunais", acredita.

Ele une ao pensamento do atual presidente do STJ, ministro Felix Fischer, sobre a necessidade de instituir um filtro recursal semelhante à "repercussão geral", com a contrapartida de que os precedentes da Corte também tenham eficácia horizontal (sobre os órgãos do próprio STJ), os quais, por mera consequência, passarão a constituir os critérios para os demais juízes e tribunais resolverem os casos conflitivos concretos.

Dessa forma, esclarece Marinoni, "não será, apenas, favorecida a verdadeira função da Corte, como ainda serão racionalizadas as próprias funções dos tribunais de apelação, contribuindo-se para a otimização da distribuição de justiça a todos que dela carecem".

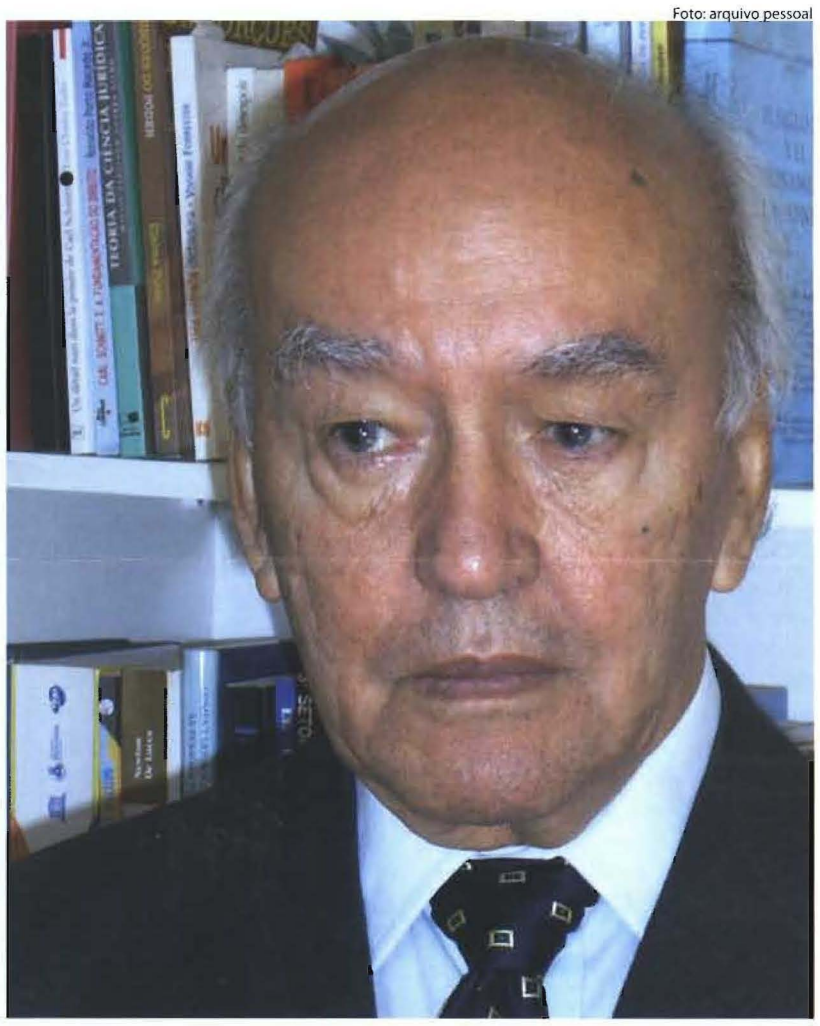
Essa e outras questões, como os desafios a serem enfrentados pelo Tribunal, serão tratados na edição de aniversário dos 25 anos de instalação do STJ, em abril de 2013. ▪

Foto: arquivo pessoal



Marinoni conta os motivos para a criação do novo tribunal

Foto: arquivo pessoal



José Afonso da Silva: defesa por novo tribunal desde 1963

Solução para a crise

O constitucionalista José Afonso da Silva defende a mesma tese no livro *Do Recurso Extraordinário no Direito Processual Brasileiro*, publicado em 1963. Ele, que também participou da Assembleia Constituinte de 1988, esclarece que a obra foi o resultado desse momento pelo qual passava o STF.

"Cumpre-nos procurar a solução da crise do Supremo sem mutilar qualquer princípio básico, na vida judiciária, nos institutos processuais, nos valores jurídicos secundários ou fundamentais, defendia Afonso da Silva. "É necessária uma reforma constitucional, no capítulo do Poder Judiciário federal, com o fim de redistribuir e redefinir competências e atribuições dos órgãos judiciários da União, sem os defeitos existentes, como o de prolongamento de estruturas judiciárias a um órgão, cuja missão é colocar-se no ápice

Professor de Direito Constitucional fala das principais mudanças e dos novos desafios da Justiça

O Poder Judiciário depois de 88

Sempre que a Constituição completa mais um ano de vigência, vem o questionamento: o que ela trouxe de benefícios para o país e o que ainda precisa avançar para que seu conteúdo tenha eficácia total? O Informe-se conversou com o professor de Direito Constitucional Sérgio Antônio Ferreira Victor sobre as mudanças para o Poder Judiciário e os desafios que ele teve de enfrentar.

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo e Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília, o professor oferece uma boa compreensão sobre o caminho trilhado pela Justiça nesses 25 anos, desde os direitos e garantias trazidos pela Carta de 88 à atual sobrecarga de processos.

Considerada uma das mais avançadas e democráticas do mundo, em relação aos direitos e garantias individuais, a Constituição de 88 aumentou a responsabilidade do poder judiciário.

A Constituição Federal de 1988 é, de fato, generosa no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais. Entre esses direitos e garantias, está o amplo acesso ao Poder Judiciário, nos termos do inciso XXXV do art. 5º da Carta de 1988: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Somada a essa previsão, tem-se que a Constituição cuidou de direitos fundamentais dos mais diversos matizes, além de haver tratado de assuntos variados. Nesse sentido, cuida dos tradicionais direitos liberais, mas também de direitos sociais, tais como o direito à educação, à saúde, ao trabalho com suas especificações, à moradia, entre outros.

Paralelamente, a ordem constitucional de 1988 aborda novos direitos, a exemplo do direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem como dos direitos dos povos indígenas, além de cuidar de diversos temas, tais como os direitos tributário, financeiro, previdenciário, para dar alguns exemplos.

Além disso, a nova ordem constitucional previu as bases para a instituição de uma advocacia pública cada vez mais preparada, bem como para a criação das defensorias públicas, imprescindíveis à garantia, em sentido material, do direito de acesso à Justiça.

Esse conjunto de fatores, positivos sob muitos aspectos, serve de alicerce para a crescente procura do Poder Judiciário por parte dos cidadãos brasileiros. Desse modo, é claro que a participação do Judiciário na solução dessas questões aumentou e continua a crescer. Isso ocorre como reflexo direto da chegada e da paulatina concretização da nova ordem constitucional brasileira.

Assim, sendo cada vez mais chamado a solucionar conflitos de natureza política, social, ambiental, entre outros temas, pode-se afirmar, com razoável tranquilidade, que a responsabilidade do Poder Judiciário, sob a Constituição de 1988, aumentou consideravelmente.

Foto: Moreno

Ferreira Victor fala das mudanças no Judiciário

Informe-se – Como eram divididas as competências das instâncias existentes?

SFV – Além do Conselho Nacional da Magistratura, abaixo do Supremo Tribunal existiam os tribunais e juízes estaduais, os tribunais e juízes militares, os tribunais e juízes eleitorais, os tribunais e juízes do trabalho e a Justiça Federal, composta pelos juízes federais singulares e pelo Tribunal Federal de Recursos.

As justiças estaduais e as especializadas em razão da matéria já detinham competências similares àquelas que detêm atualmente. A Justiça Federal, sim, era organizada de modo diferente do atual. Isso porque além dos juízes federais singulares, havia apenas o Tribunal Federal de Recursos ocupando o segundo grau de jurisdição.

Acima dele, apenas se poderia recorrer ao Supremo Tribunal Federal que, sob a ordem constitucional pretérita, era o guardião, em última instância, não apenas da Constituição, mas também da integridade e da uniformidade do direito federal em geral.

Desse modo, a Justiça Federal, nos moldes como foi organizada pela Constituição de 1967/69, era consideravelmente mais simples da atual.

Informe-se – Com a extinção do antigo Tribunal Federal de Recursos, para onde foram suas competências?

SFV – O constituinte de 1988 resolveu extinguir o TFR, que abrigou notáveis ministros, e reorganizar a Justiça Federal brasileira. Por um lado, foram criados cinco tribunais regionais federais de segunda instância, divididos por regiões definidas com esse objetivo específico. Por outro, a Constituição Federal instituiu o Superior Tribunal de Justiça, logo apelidado de Tribunal da Cidadania, que absorveria parte das competências do Supremo Tribunal Federal, em especial a competência para uniformizar a interpretação da legislação federal, mas também abrigaria parcela da competência do extinto Tribunal Federal de Recursos.

As competências do extinto TFR foram redistribuídas, em linhas gerais, ao Superior Tribunal de Justiça e aos novos tribunais regionais federais. Verifica-se, portanto, que a CF/88 cuidou de aparelhar melhor a Justiça Federal, distribuindo pelo país os tribunais federais de segunda instância e criando um tribunal superior, com a responsabilidade de integrar e uniformizar a interpretação do direito federal.

Informe-se – O Superior Tribunal de Justiça veio para desafogar o STF, isso realmente aconteceu?

SFV – Uma das finalidades da criação do Superior Tribunal de Justiça foi a de desafogar o Supremo Tribunal Federal, cujos membros sempre se preocuparam com o número excessivo de processos que chegavam a seu conhecimento. Quero crer que a instituição do STJ serviu a esse objetivo, pois a chamada crise numérica por que passou a Suprema Corte brasileira poderia ter sido pior não fosse a existência do STJ. Mas o fato é que a crise em razão da quantidade excessiva de feitos instalou-se no Supremo Tribunal Federal a despeito da criação do STJ e, no início desse século, ganhou ares dramáticos.

Em reação, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 45/04 que, entre várias medidas, criou os institutos da repercussão geral e da súmula vinculante, com o intuito de conceder ao STF os instrumentos para viabilizar as suas atividades e reduzir o número excessivo de processos que chegavam à Corte. O instituto da repercussão geral, que se refere às questões constitucionais eventualmente debatidas nos recursos extraordinários, após regulamentado, fez sentir seus efeitos e deu bons resultados. A distribuição de feitos diminuiu consideravelmente no âmbito do Supremo e penso que, caso seja bem utilizado e sofra algumas adaptações, poderá continuar gerando bons frutos.

Informe-se – E hoje vemos um STJ sobrecarregado. Como desafogá-lo?

SFV – Alguns novos institutos, tais como a previsão de julgamentos diferenciados nos casos de recursos repetitivos, geraram bons resultados, todavia, a sensação é de que o Superior Tribunal de Justiça sofre as consequências do número elevadíssimo de processos que batem à sua porta.

A responsabilidade de interpretar a legislação em última instância, somada, entre outras, às suas competências originárias e ao assustador número de habeas corpus lá protocolizados, leva a crer que talvez haja chegado a hora de se pensar em soluções radicais que impeçam que o STJ seja inviabilizado em razão de uma avalanche não administrável de feitos.

Parece-me que o Supremo Tribunal Federal, em breve, terá condições de avaliar o impacto que o instituto da repercussão geral teve sobre os seus trabalhos, podendo, inclusive, propor-lhe ajustes. Penso que seria desejável e oportuno que se refletisse sobre os problemas enfrentados pelo STJ (e sei que há muitas pessoas competentes cuidando disso), no sentido de encaminhar as soluções necessárias. Talvez algo próximo do instituto da repercussão geral seja desejável para administrar a distribuição de recursos especiais, no intuito de se evitar o (re)julgamento de temas infinitas vezes, permitindo que haja uma multiplicação das decisões adotadas pelo Superior Tribunal de Justiça em recursos paradigmas, nos moldes do que se faz hoje no STF.

Informe-se – O que mudou na relação Judiciário-cidadão depois da Carta de 88?

SFV – Sem dúvida, o Poder Judiciário tornou-se menos estranho às pessoas comuns. As portas da Justiça estão mais visíveis e a magistratura não é mais vista sob aquele olhar distante. O cidadão, em muitos casos, já enxerga o magistrado como um servidor qualificado, mas a serviço de seus semelhantes.

Por outro lado, o acesso à Justiça, conforme mencionei antes, é bastante amplo em nosso país. Buscar soluções no Judiciário é relativamente barato no Brasil, sobretudo se compararmos a outros países em nosso nível de desenvolvimento.

Além disso, várias medidas de aproximação da Justiça aos cidadãos têm sido reiteradamente adotadas: justiça itinerante, justiça no trânsito ou justiça volante, a criação dos juizados especiais, a instalação desses juizados em aeroportos, a realização de mutirões judiciais para julgar demandas que precisam de soluções urgentes, a criação do Conselho Nacional de Justiça, que tem como uma de suas principais funções a de reunir dados para melhorar a gestão do Poder Judiciário em geral, entre outras.

As políticas públicas voltadas à agilização da prestação jurisdicional têm sido adotadas, ainda que muito reste por fazer. O CNJ tem dado uma contribuição inestimável para que o Poder Judiciário se conheça melhor e, a partir daí, adote melhores estratégias de gestão. Tudo isso contribui para que o cidadão sinta-se à vontade para recorrer à Justiça quando julgar necessário.

Dessa forma, se no passado a magistratura era considerada arcaica por parte da população, hoje em dia os cidadãos confiam no Poder Judiciário e a ele recorrem quando julgam ter seus direitos violados. E isso, aliado à estabilidade institucional, à garantia da ordem democrática, entre tantas outras conquistas, é um grande feito da Constituição Federal de 1988. Espero que faça muitos outros aniversários! ▪

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho • **Secretário de Comunicação Social:** Armando de Araújo Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Cristine Marques Genú • **Produção, reportagem e edição:** Imprensa STJ • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Gráfica do CJF • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8278/ informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

Ano XVIII • nº 97 NOVEMBRO 2013

Juntos fazemos uma nova Justiça

COMPROMISSO SOCIAL

STJ alia sustentabilidade a avanços tecnológicos e preocupação com o ser humano

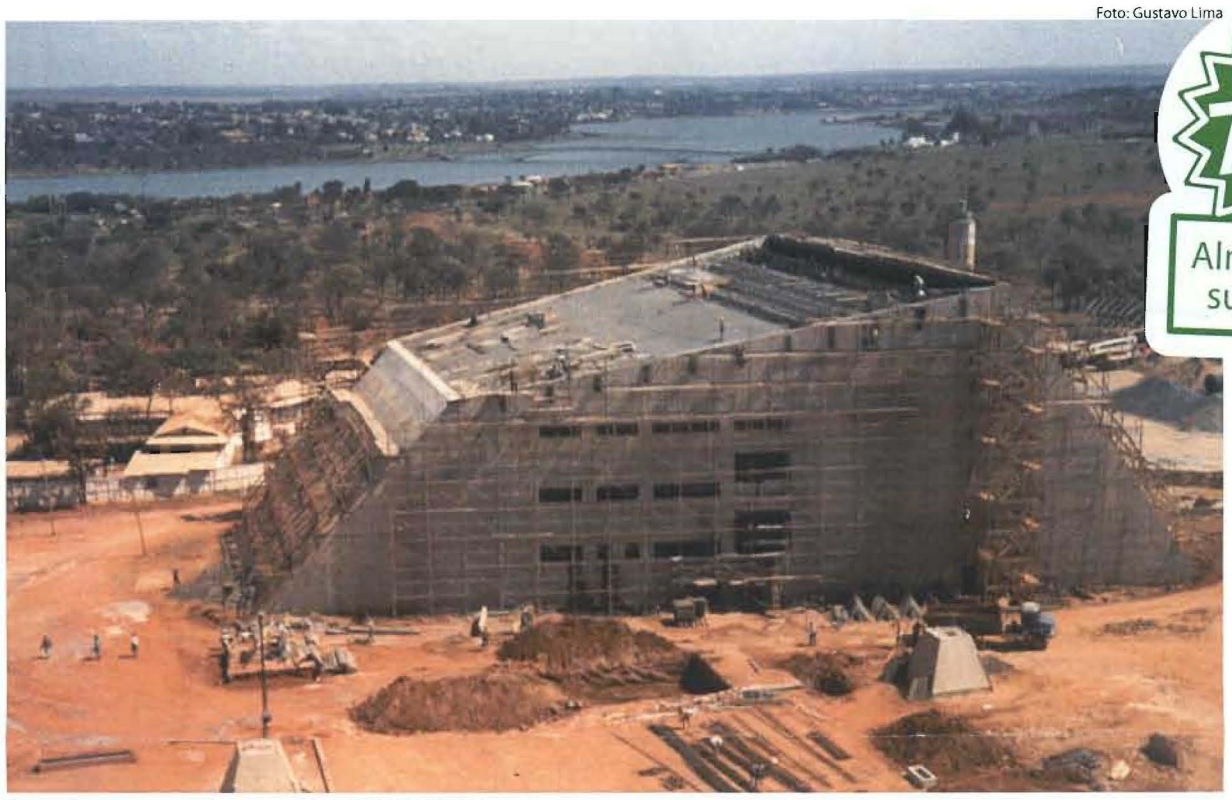
De volta ao verde

Como associar avanços tecnológicos com preservação ambiental, sustentabilidade e, acima de tudo, sem perder de vista o aspecto humano?

Com quase 25 anos, o Superior Tribunal de Justiça funciona na atual sede há mais de 18 anos. Um local que inicialmente era desabitado e repleto de vegetação nativa foi substituído pelo concreto, pessoas, veículos e processos. Ciente de sua missão não só na sociedade brasileira, mas também na comunidade local, o Tribunal da Cidadania tem tomado medidas importantes para reduzir os impactos ambientais de sua atividade.

Uma das primeiras ações neste sentido foi realizada em 1996, com a implantação do Programa de Conservação de Energia Elétrica. Ao longo desses anos, foram economizados quase 5 GigaWatts-hora, o equivalente a R$ 2 milhões.

Foto: Gustavo Lima



Impactos pela construção da sede e atuação são compensados e reduzidos

70%
Almoxarifado sustentável

Outro exemplo vem com a implantação, em 2005, da coleta seletiva de lixo. Além das lixeiras específicas para cada tipo de resíduo distribuídas por todo o Tribunal, o material reciclável é encaminhado para cooperativas de catadores. Mais recentemente, o STJ também passou a recolher materiais eletrônicos, doados a uma instituição que forma jovens carentes em Samambaia (DF). Só neste ano, foi mais de 1 tonelada de lixo eletrônico que teve destinação adequada.

60%
menos gasto com papel

As iniciativas foram progressivamente ampliadas, até que se consolidou a responsabilidade ambiental como um dos objetivos estratégicos do Tribunal. Com isso, em 2008, foi criado o Programa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

Já em 2009, foi realizada a primeira campanha de sensibilização que visava à diminuição do consumo de garrafas plásticas de água. O objetivo principal era conscientizar as pessoas para combater o desperdício e incentivar o consumo racional dos recursos naturais.

Trabalho exemplar

Um ano depois, o Tribunal aderiu à A3P, uma agenda voluntária que visa a construção de um novo modelo de cultura institucional por meio da inclusão de critérios de eficiência e sustentabilidade na Administração Pública.

Para a gerente de projetos da A3P no Ministério do Meio Ambiente, Ana Carla de Almeida, o STJ é referência na área: "As ações do Tribunal são exemplares e estruturantes para a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis, além de contribuir para a redução dos impactos ambientais gerados pelos resíduos sólidos".

Disseminando esses exemplos, o PRSA participou de iniciação funcional para cerca de 500 magistrados de diversos estados. O programa também incentiva a substituição da cultura do papel entre terceirizados, com ações de inclusão digital e alfabetização desse importante grupo de colaboradores.

O programa ainda oferece educação ambiental aos futuros cidadãos. Agora, os alunos do projeto de visitação do Museu-Escola recebem aulas sobre preservação e meio ambiente, com atividades lúdicas, cartilhas e jogos sobre o tema. O material foi desenvolvido pelo juiz Adalberto Cari, que dirigiu a 1ª Vara de Questões Ambientais e Agrárias por 15 anos.

Compras racionais

"A maior preocupação do programa é diminuir os impactos das nossas atividades com gestão mais racional, fazer mais com menos, se preocupar em comprar apenas o absolutamente necessário", explica a responsável pelo PRSA, Ketlin Feitosa.

Para isso, o programa desenvolveu parcerias com a Coordenadoria de Suprimentos e Material, com a Secretaria de Tecnologia da Informação e com a Coordenadoria de Serviços Gerais, para implantar a Campanha de Consumo Consciente. Por meio de palestras customizadas em cada unidade, os servidores são orientados a fazer pedidos de material de forma consciente.

Foto: Arquivo

Ações buscam reduzir dano ambiental e promover inclusão social

18%
menos copos gastos

Hoje, toda a área administrativa e mais 26 unidades, incluindo 22 gabinetes de ministros, já foram visitadas e aderiram às propostas de economia. O Guia de Boas Práticas também ganhou versões segmentadas: uma para os servidores e outra para os magistrados.

O resultado do trabalho foi a redução de mais de 50% nos gastos com material de 2009 até 2013. "Existem unidades que chegam a pedir R$ 6 mil e consomem apenas R$ 500. Poderia ser poupado esse dinheiro do contribuinte", defende Ketlin. Ela aponta os principais culpados: papel, toner, cartucho e copo plástico.

Para selar o compromisso do STJ com essa gestão mais racional, em agosto o Tribunal aderiu ao projeto Esplanada Sustentável. O projeto estabelece metas de economia em diversos itens. Os valores economizados pela instituição retornam na forma de novos investimentos.

"A decisão do STJ em aderir ao projeto vem reforçar e consolidar as iniciativas que já estavam em curso no âmbito do Tribunal. O projeto ataca o desperdício, com a estruturação de ações que levem o gestor a buscar eficiência na execução do gasto público", explica o secretário-adjunto de Orçamento Federal, Eliomar Rios.

Barato caro

A adoção de licitações sustentáveis é outro projeto em andamento. Com essa orientação, entende-se que a compra mais vantajosa para a Administração não é aquela que seleciona simplesmente o produto mais barato, mas sim o mais durável, de maior retorno para o Tribunal.

É disso, entre outras coisas, que trata a política de sustentabilidade do STJ, publicada em maio de 2012. Agora, os processos de aquisição passam pelo PRSA para a inclusão dos critérios de sustentabilidade do contrato. O Manual de Gestão de Contratos, que orienta a capacitação dos servidores, também está sendo revisado para inclusão desses critérios. ▪

BOAS PRÁTICAS

- Impressoras compartilhadas
- Pauta eletrônica
- Devolução de equipamentos ociosos
- Impressão frente e verso
- Uso de fontes econômicas
- Substituição do copo descartável pelo copo individual permanente
- Eliminação da lixeira embaixo da mesa, para redução no uso de sacos plásticos

Saiba mais: ramal 6210

Nó Górdio

STJ enfrenta aumento do volume de processos com medidas para solucionar de vez a questão

Contra o tsunami de processos

Com o papel de uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional, o STJ vê seu acervo processual crescer bem acima da média do Poder Judiciário. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgados em novembro, apesar da produtividade do STJ ter aumentado em 51%, o estoque de processos cresceu 22%.

Ganhos de eficiência não são mais suficientes para lidar com a demanda ainda excessiva e crescente. Por isso, o STJ atua para que o sistema recursal não contribua para a demora da solução dos processos. A forma defendida pelo Tribunal para conseguir isso é reservar à apreciação da instância superior apenas matérias de direito relevantes.

"É preciso reconhecer o valor dos julgamentos dos tribunais estaduais e dos tribunais regionais federais, reservando para as instâncias superiores o julgamento apenas de casos que extrapolem interesses exclusivamente individuais", explica Marcos Brayner, assessor da ministra Laurita Vaz.

Foto: Gustavo Lima

Diálogos para melhorar a justiça

Aproximação institucional

Essa mudança deve acontecer com a aprovação pelo Congresso da PEC 209/2012. Defendida pelo STJ, a emenda à Constituição viabilizará uma Justiça mais célere e efetiva. E o Tribunal vem buscando dialogar com o Legislativo, para demonstrar que o alívio no volume de processos não irá prejudicar o direito de defesa das partes nem o acesso à Justiça.

A proposta estabelece um filtro para a admissão de recursos especiais na Corte, similar ao que ocorre com o Supremo Tribunal Federal. Pela PEC, para que o recurso suba até Brasília, será preciso demonstrar a relevância do direito federal supostamente violado.

Métodos de trabalho

A partir das metas gerais estabelecidas pelo CNJ para 2013, o STJ se movimenta para diminuir o volume de processos na Casa. "Uma das estratégias que temos adotado, com bons resultados, tem sido agrupar processos com temas semelhantes, de modo a facilitar a resposta para o mesmo tipo de problema. Embora ainda longe do ideal, estamos conseguindo, aos poucos, reduzir o acervo e tornar mais curto o tempo de espera de julgamento", destaca Brayner.

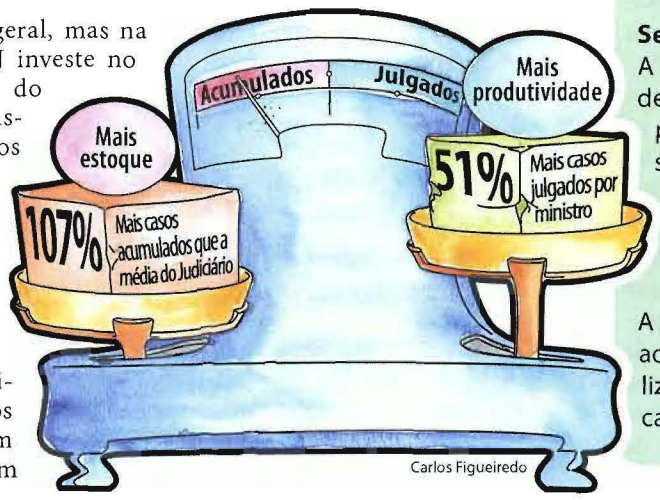
De modo mais geral, mas na mesma linha, o STJ investe no desenvolvimento do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (Nurer). O objetivo é que, por meio desse núcleo, cada vez mais sejam aplicados os entendimentos já uniformizados e exaustivamente debatidos pelos ministros em seus colegiados, sem que cada caso praticamente idêntico seja reanalisado.

STJ em 2012
Casos decididos: 347 mil
Novos processos recebidos: 316 mil
Processos julgados por ministro: 10.519
Processos pendentes: 300 mil

Dados: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Um exemplo: o pessoal do Nurer recebeu recentemente capacitação específica para lidar com processos sobre telefonia. O tema representa o segundo maior número de demandas que chegam ao STJ, perdendo apenas para contratos bancários.

O STJ também irá coordenar um fórum eletrônico reunindo todos os tribunais do país, para discutir os temas e recursos de maior relevância na aplicação da metodologia de julgamentos de recursos repetitivos. A medida irá tornar mais efetivo o instituto, permitindo que os ministros e pessoal de apoio cada vez mais se dediquem à análise do que é realmente relevante. ▪



Carlos Figueiredo

CURTAS

Jornal ecológico

O Informe-se também está alinhado à busca de redução do impacto ambiental pelo Tribunal. Desde outubro, o jornal conta com edições digitais. Com a mudança, a partir desta edição, ele terá uma redução de mil exemplares impressos. Ela também retoma um formato mais enxuto, com menos páginas e mais informação. Acesse-o na página da Comunicação Social, na intranet.

Sem fila

A perda de tempo à procura de locais para estacionar está próxima de acabar. O STJ conseguiu que o governo local criasse um novo estacionamento, com mais 300 vagas para atender o público interno e externo do Tribunal. A medida traz mais segurança aos motoristas ao disponibilizar um lugar adequado aos carros.

Semana do Servidor

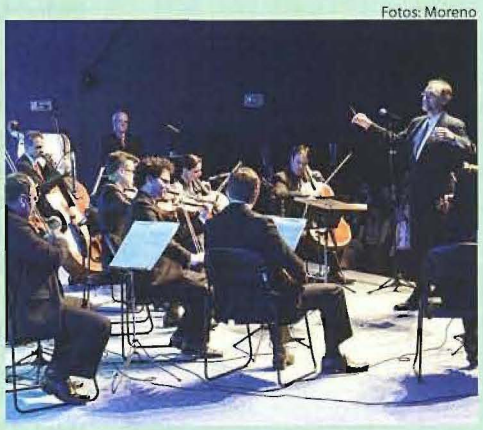
Importância da equipe é destaque

Reconhecimento

"Faz 16 anos que testemunho a capacidade e o entusiasmo do nosso quadro funcional. Por essa razão, o STJ encontra-se hoje em posição de destaque na sociedade, desempenhando com eficácia e rapidez a missão constitucional de julgar."

Ministro Felix Fischer

Fotos: Moreno



Semana teve esportes e cultura

Na Semana do Servidor, o presidente aproveitou a cerimônia de encerramento das comemorações para anunciar uma série de iniciativas de valorização do servidor, entre elas, o reposicionamento nas mesmas classes e padrões anteriores à Lei 12.774/2012, o aumento de 75% nos investimentos destinados à capacitação e a criação de 193 cargos efetivos de analista judiciário e 515 funções e cargos em comissão para atender à estrutura do Tribunal.

Durante a semana, foram oferecidos aos servidores oficinas e eventos de integração e bem-estar.

Antes do coquetel de encerramento, um *show* de música clássica, executada por uma camerata, emocionou servidores, colaboradores e estagiários STJ. ▪

STJ 25 Anos

Abertura das comemorações teve palestras, livro e exposição

História feita por você

No último dia 16 de outubro, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Felix Fischer, abriu oficialmente as comemorações dos 25 anos do Tribunal. O evento contou com a presença de muitos dos responsáveis pela transformação do STJ no Tribunal da Cidadania.

Entre outras lideranças políticas e jurídicas, o presidente Felix Fischer recebeu o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o ministro aposentado do STJ Paulo Costa Leite e o ex-constituinte Bernardo Cabral, além do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, do primeiro vice-presidente do Senado, Jorge Viana, e da vice-procuradora-geral da República, Ela Wieko. Costa Leite e Cabral proferiram palestras sobre a Constituinte e STJ.

Trabalho em equipe

O ministro Fischer abriu o Ciclo de Palestras: 25 Anos do STJ, em solenidade, no plenário da Corte, e aproveitou a oportunidade para destacar o significado desse momento histórico. "O evento marca o início de uma viagem simbólica no tempo. Para nossa alegria, ela pode ser facilmente materializada através das dezenas de milhares de decisões cidadãs já proferidas", disse.

"O ser humano movimenta histórias: a de um país, a de uma instituição, a sua própria história. Recriando a do STJ, mostraremos nossa evolução"

"São 25 anos de trabalho diuturno de magistrados e de servidores de variadas naturalidades e origens. Os ministros de ontem e os de hoje têm consciência de que, espalhadas pelos mais diversos espaços desta Corte, estão a memória, a história jurídica e as histórias de pessoas humildes, de uma cidade e de um tribunal que deu sentido e corpo ao conceito de humanização", acrescentou.

"Somos um colegiado de ideias e pensamentos. Eventuais divergências não atrapalham o nosso objetivo, muito menos nossa paixão pela causa jurídica. Através das ideias, perpetuamos um tribunal pioneiro", afirmou ainda o presidente.

"Simbolizamos o fim de uma era e o início de outra. Jamais devemos nos esquecer que um sonho sonhado em grupo mais facilmente transforma-se em realidade. Por isso, ao comemorarmos juntos os 25 anos do STJ, quero parabenizar prioritariamente as pessoas – ministros, servidores, operadores do direito e colaboradores – que trabalham e trabalharam pelo engrandecimento do Tribunal", concluiu o ministro Presidente.

Foto: Luiz Antonio

Evento foi prestigiado por líderes

Viagem no tempo

Uma das atividades comemorativas dos 25 anos do STJ foi o lançamento da mostra STJ – 25 anos do Tribunal da Cidadania. A exposição reúne 49 telas que levam o público a um passeio pela história do Tribunal. A exposição voltará a ser montada nos próximos dias, no Espaço Cultural do STJ, onde poderá ser visitada livremente.

Na solenidade, ocorreu também o lançamento do livro relacionado à mostra. A obra resgata importantes partes da história do Tribunal e revela as razões de o STJ ser considerado, verdadeiramente, o Tribunal da Cidadania. ▪

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-Geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho • **Secretário de Comunicação Social:** Armando de Araújo Cardoso • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Gerson Gonçalves • **Redação:** Karla Bezerra, Márcia Romão, Maurício Cardoso e Pollyanna Duarte • **Edição:** Murilo Pinto • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** SEREN/STJ • **Tiragem:** 2 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8026 / informe-se@stj.jus.br